



**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
TOCANTINS *CAMPUS* PALMAS
CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM GESTÃO PÚBLICA
COORDENAÇÃO DE GESTÃO E NEGÓCIOS**

MÁRCIA CRISTINA OLIVEIRA DE ALBUQUERQUE

**A educação profissional e sua relação com o mundo do trabalho: um estudo
de caso dos egressos dos cursos técnicos subsequentes do *Campus*
Palmas/IFTO.**

**Palmas - TO
2017**

MÁRCIA CRISTINA OLIVEIRA DE ALBUQUERQUE

**A educação profissional e sua relação com o mundo do trabalho: um estudo
de caso dos egressos dos cursos técnicos subsequentes do *Campus*
Palmas/IFTO.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins - *Campus* Palmas, como exigência à obtenção do grau de Gestora Pública.

Orientadora: Profª. Ma. Gislene Magali da Silva.

Palmas– TO

2017

MÁRCIA CRISTINA OLIVEIRA DE ALBUQUERQUE

**A educação profissional e sua relação com o mundo do trabalho: um estudo
de caso dos egressos dos cursos técnicos subsequentes do *Campus*
Palmas/IFTO.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Banca Examinadora do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins - *Campus* Palmas, como exigência à obtenção do grau de Gestora Pública.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof^a. Ma. Gislene Magali da Silva Orientadora
Campus Palmas/IFTO

Prof. Me. Robleik Barbosa – componente da Banca
Campus Palmas/IFTO

Prof^a. Dr^a. Paula Karini Dias Ferreira Amorim - componente da Banca
Campus Palmas/IFTO

Albuquerque, Márcia

A educação profissional e sua relação com o mundo do trabalho: um estudo de caso dos egressos dos cursos técnicos subsequentes do *Campus Palmas/IFTO*/ Márcia Cristina Oliveira de Albuquerque – Palmas, 2017.

111f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Tecnólogo em Gestão Pública) – Instituto Federal de Educação do Tocantins, Campus Palmas, 2017.

Orientador(a): Prof.^a Ma. Gislene Magali da Silva

1. Educação Profissional 2.Egressos 3. Cursos Técnicos Subsequentes
4.*Campus Palmas/IFTO* I.Título

Dedico este trabalho ao meu esposo, minha irmã Sandra Valéria, meu pai (in memoriam) e a todos que de alguma forma contribuíram para que meu sonho se tornasse realidade.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por ter conduzido minha vida para estudar novamente, cursando Gestão Pública, com uma turma tão querida, que me acolheu, estimulou, deu forças nos momentos difíceis e me ensinou a seguir a vida de uma forma mais leve e feliz.

Ao meu esposo, Edson Ribeiro, que me apoiou, compreendeu minhas ausências e me deu força para concluir este curso.

Ao meu amado pai, João Batista de Albuquerque (In memoriam), que apesar de não estar mais conosco, vive nos corações de todos que conviveram com ele, pelo exemplo de homem íntegro, pai carinhoso, dedicado aos filhos e demais familiares.

A minha irmã, Sandra Valéria, pelo apoio, orações e carinho incondicional a mim demonstrado.

Ao meu irmão, André Albuquerque, que mesmo distante, sempre me incentivou e torceu por minhas conquistas.

As minhas queridas amigas Marylândia Ferreira e Eliveth Vieira, que muito contribuíram e incentivaram para que eu não desistisse deste sonho.

A minha orientadora Prof^a. Ms. Gislene Magali da Silva, pela dedicação e empenho em todas as etapas para a realização deste trabalho.

Aos meus colegas de turma, pelo companheirismo, alegrias, aprendizados de vida, estudos, confraternizações e conquistas.

A todos os professores que contribuíram e enriqueceram meus conhecimentos durante minha trajetória acadêmica.

*“Sonhos determinam o que você quer. Ação
determina o que você conquista.”*

(Aldo Novak)

RESUMO

Este estudo teve como objetivo verificar as conquistas profissionais e as contribuições do ensino técnico na vida dos egressos de 2015, que concluíram os cursos subsequentes ao ensino médio, no *Campus Palmas/IFTO*. Foram analisados aspectos relacionados à inserção e permanência no mercado de trabalho - na área de formação, expectativa e satisfação dos egressos com os cursos, além da procura por outras qualificações e níveis de escolaridade. Buscou-se ainda, a visão de empreendedores da iniciativa privada de Palmas/TO, que apresentaram suas percepções quanto aos benefícios destas formações para os setores produtivos da região. Os cursos envolvidos no trabalho foram: Agrimensura, Controle Ambiental, Edificações, Eletrotécnica, Informática Mecatrônica, Secretariado e Segurança do Trabalho. Neste estudo de caso utilizou-se o método qualitativo do tipo descritivo, com procedimentos técnicos de pesquisa bibliográfica, documental e aplicação de questionários. De acordo com os resultados obtidos, verificou-se que os objetivos dispostos no Artigo 6º, que trata das finalidades da Lei nº 11.892/2008, não foram integralmente contemplados, posto que a maioria desses egressos não trabalha em suas respectivas áreas de formação. Nestes termos, percebe-se a necessidade de políticas de parcerias entre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins e os arranjos produtivos do município de Palmas/TO, tendo em vista a melhoria dos projetos educacionais desenvolvidos no IFTO, no diz respeito às reais demandas do mercado de trabalho local, visando contribuir, de forma mais articulada e efetiva, para a inserção do profissional técnico no mercado produtivo, bem como para a consolidação do desenvolvimento socioeconômico da região.

Palavras-chave: Educação profissional. Egressos. Cursos técnicos subsequentes. *Campus Palmas/IFTO*.

ABSTRACT

The objective of this study was to verify the professional achievements and contributions of technical education in the life of the former students of 2015, who completed the courses after high school in Campus Palmas / IFTO. It was analyzed aspects related to the insertion and permanence in the labor market - in the area of training, expectation and satisfaction of the graduates with the courses, as well as the search for other qualifications and levels of education. It was also sought the vision of entrepreneurs of the private initiative of Palmas/TO, who presented their perceptions regarding the benefits of these formations to the productive sectors of the region. The courses involved in the work were: Surveying, Environmental Control, Buildings, Electrotechnology, Mechatronics, Secretariat and Work Safety. In this case study it was used the qualitative method of the descriptive type, with technical procedures of bibliographical research, documentary and application of questionnaires. According to the results obtained, it was found that the subsequent technical education, in relation to the former students of the year 2015, did not fully comply with the provisions of Article 6 of Law 11.892/08, since most of these former students did not work in their respective areas of training. In these terms, there is the need for policies of partnerships between the Federal Institute of Education, Science and Technology of Tocantins and the productive arrangements of the municipality of Palmas / TO, with a view to improving the educational projects developed in IFTO, to the real demands of the local labor market, aiming to contribute, in a more articulated and effective way, to the insertion of the technical professional in the productive market, as well as to the consolidation of the socioeconomic development of the region.

Keywords: Professional education. Former students. Subsequent technical courses. Campus Palmas/IFTO.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Painel de meta - matrículas de educação profissional técnica no Brasil ..	24
Figura 2 - Oficina de sapataria da década de 1920	27
Figura 3 - Ensino profissional técnico – modalidade e formas.....	36
Figura 4 - Expansão da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica – em unidades.....	38
Figura 5 - Quantidade de municípios atendidos com a expansão da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica.....	38
Figura 6 - <i>Campi</i> e polos de educação a distância do IFTO no Tocantins	39
Figura 7 - <i>Campus</i> Palmas/ IFTO.....	43
Figura 8 - Competências como fonte de valor para o indivíduo e para a organização	52
Figura 9 - E-mail ACIPA - lista de associados.....	63
Figura 10 - E-mail SINE - Vagas de trabalho (SINE) e admissões/desligamentos (CAGED)	64

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Faixa etária	67
Gráfico 2 – Cursos técnicos subsequentes – <i>Campus</i> Palmas/IFTO	68
Gráfico 3 – Conclusão do curso dentro do prazo previsto	69
Gráfico 4 – Egressos que estão cursando alguma formação	69
Gráfico 5 – Cursos que os egressos estão formando ou tem formação.....	70
Gráfico 6 - Causa de não ter dado continuidade aos estudos	71
Gráfico 7 – Trabalha na área que se formou.....	72
Gráfico 8 – Atuação na área antes de ingressar no curso técnico	73
Gráfico 9 – Conhecimentos adquiridos no curso melhoraram o desempenho profissional.....	74
Gráfico 10 – A formação contribuiu para a melhoria salarial	74
Gráfico 11 – Vínculo empregatício dos egressos	75
Gráfico 12 – Ofertas profissionais na área de formação	76
Gráfico 13 – Influência da formação técnica	76
Gráfico 14 – Ensino de acordo com as exigências do mercado de trabalho	77
Gráfico 15 – Satisfação do egresso com a área de formação.....	78
Gráfico 16 – Expectativas em relação aos curso técnico	78
Gráfico 17 – Conhecimentos adquiridos no curso técnico	79
Gráfico 18 – Estágio em alguma instituição/empresa	80
Gráfico 19 – Contribuição do estágio em relação ao aprimoramento dos conhecimentos	80
Gráfico 20 – O estágio contribuiu para a inserção no mercado de trabalho.....	81
Gráfico 21 - Conhecimentos sobre os cursos técnicos subsequentes do IFTO	83
Gráfico 22 – Disponibilidade de vagas de estágio.....	83
Gráfico 23 – Interesse das empresas em ofertar vagas para estágio	84
Gráfico 24 – Estagiários atuando na empresa	85
Gráfico 25 – Funcionários admitidos em função do desempenho nos estágios.....	86
Gráfico 26 – Funcionários que cursam ou cursaram ensino técnico	86
Gráfico 27 – A qualificação do <i>Campus</i> Palmas/IFTO atende às demandas do mercado de trabalho	87

Gráfico 28 – Características que a empresa busca ao contratar um profissional.....	88
Gráfico 29 – Curso(s) que o <i>campus</i> Palmas/IFTO deveria ofertar.....	88

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Leis e decretos da educação profissional das décadas de 30 e 40	28
Quadro 2 – Dados de área, início das atividades e cursos ofertados nos <i>campi</i> do IFTO	40
Quadro 3 - Cursos ofertados pelo <i>Campus</i> Palmas/ IFTO – ano 2016	43
Quadro 4 - O perfil do técnico subsequente do <i>Campus</i> Palmas/IFTO	45
Quadro 5 - Relação entre educação profissional, visão pedagógica e trabalho	50
Quadro 6 - Vagas cadastradas no SINE de Palmas em 2015 e 2016	55
Quadro 7 - Trabalhadores admitidos e desligados em 2015 – por faixa etária	56
Quadro 8 - Trabalhadores admitidos e desligados em 2016 – por faixa etária	56
Quadro 9 - Trabalhadores admitidos e desligados em 2015 – por gênero	57
Quadro 10 - Trabalhadores admitidos e desligados em 2016 – por gênero	58
Quadro 11 - Quantitativo de alunos dos cursos técnicos subsequentes que formaram em 2015	60
Quadro 12 - Área de atuação das empresas	82

LISTA DE SIGLAS

APL – Arranjo Produtivo Local

ACIPA – Associação Comercial e Industrial de Palmas

BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento

CEB - Câmara de Educação Básica do CNE

CEFET - Centro Federal de Educação Tecnológica

CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

CNE - Conselho Nacional de Educação

CORES - Coordenação de Registros Escolares

DNEP - Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Profissional de Nível Técnico

EAFA - Escola Agrotécnica Federal de Araguatins

EPT - Educação Profissional e Tecnológica

ETF - Escola Técnica Federal de Educação

IFs - Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia

IFET - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia

IFTO - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC - Ministério da Educação

ONU – Organização Mundial das Nações Unidas

PNE - Plano Nacional de Educação

PROEJA - Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos

PROEP - Programa de Expansão da Educação Profissional

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

RH – Recursos Humanos

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Nacional

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem industrial

SINE – Sistema Nacional de Emprego

TI – Tecnologia da Informação

TO – Estado do Tocantins

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	JUSTIFICATIVA	19
3	REFERENCIAL TEÓRICO	22
3.1	Políticas Públicas Educacionais	22
3.2	Educação Profissional no Brasil nos Séculos XX e XXI: Contexto e Legislação.....	26
3.3	A Implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no Tocantins	38
3.3.1	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – <i>Campus</i> Palmas.....	42
3.3.2	Ensino Técnico Subsequente – <i>Campus</i> Palmas	44
3.3.3	O Ensino Técnico Subsequente e seus Impactos	48
3.4	As Novas Competências para o Mundo do Trabalho.....	49
3.4.1	Arranjos Produtivos Locais no Tocantins (APLs).....	53
3.4.2	Sistema Nacional de Emprego (SINE).....	54
3.4.3	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED).....	55
4	METODOLOGIA.....	59
5	ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	66
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	90
	REFERÊNCIAS	92
	APÊNDICE A	99
	APÊNDICE B	100
	APÊNDICE C	101
	APÊNDICE D	102
	APÊNDICE E.....	107
	ANEXO I	109
	ANEXO II	110
	ANEXO III	111

1 INTRODUÇÃO

A educação profissional no Brasil teve seu marco inicial em 1909, com a criação das Escolas de Aprendizes e Artífices, que tinham como missão habilitar os filhos de cidadãos das classes menos favorecidas para o ofício do trabalho. (GOMES, 2003). Isso, porque essas crianças eram vistas como possíveis elementos de desordem social, e, diante do processo de urbanização, buscava-se a disciplinarização dessa camada da sociedade por meio do ensino profissionalizante, com o intuito de assegurar o controle social, a sobrevivência dos mesmos e a formação de cidadãos úteis à nação. (BRASIL, 1909).

Apresentada como política pública assistencialista, esta modalidade de ensino também teve forte ligação com os interesses econômicos do governo, que promovia a formação técnica para suprir a necessidade de mão de obra nas indústrias. Deste modo, o ensino propedêutico¹ era destinado às elites e o profissionalizante às classes populares, constituindo um dualismo no sistema educacional que perdurou por vários anos no Brasil. (MOURA, 2007).

Entre as décadas de 30 e 80, mesmo sob os comandos de governantes do regime ditatorial, foram estabelecidas reformas educacionais, constituições, leis, e decretos, que revolucionaram a história da educação brasileira. Tendo grande destaque a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que regulamentou o sistema educacional do país. (GHIRALDELLI, 2000).

Segundo Ribeiro e Chaves (2012), a globalização e a inserção das tecnologias no mercado de trabalho, desde a década de 90, promoveram rapidez e agilidade nos processos de produção e de serviços, gerando a necessidade de mudanças no ramo educacional, em especial, a educação profissional, que prepara cidadãos para o mundo de trabalho. Sendo indispensável, tanto para as instituições de ensino quanto para a classe trabalhadora, a adequação à lógica do mercado.

A partir do Decreto nº. 2.208/97 foram inseridas duas formas de articulação de ensino técnico de nível médio: a concomitante e a subsequente (BRASIL, 1997). Mesmo com a revogação deste decreto, as formas de articulação foram incorporadas ao Decreto nº 5.154/04, permanecendo em vigor até os dias atuais. (GUIMARÃES, 2015).

¹ O ensino propedêutico, modelo predominante na educação média brasileira, é aquele organizado com o objetivo principal de levar o aluno a um nível mais avançado de aprendizagem. É um ensino preparatório. Uma porta de entrada para o ensino superior.

Em 2008, mais um passo foi dado em prol da educação profissional, com a Lei nº 11.892, que criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, unificando estabelecimentos de educação profissional e expandindo IFs em diversas cidades do território brasileiro. (BRASIL, 2008).

No Tocantins existem oito *Campi* do IFTO dispostos de norte a sul do estado, nos quais são ofertados cursos técnicos, nas formas de integrado ao ensino médio e subsequente e de nível superior, abrangendo diversas áreas do conhecimento. Há também, três *Campi* avançados² que ofertam exclusivamente cursos técnicos profissionalizantes. (IFTO, 2016).

No sentido de consolidar a realização deste estudo, foram realizadas pesquisas bibliográficas, análises documentais e aplicação de questionário aos egressos de 2015 dos cursos técnicos de Agrimensura, Controle Ambiental, Edificações, Eletrotécnica, Informática, Mecatrônica, Secretariado e Segurança do Trabalho, como também, a gestores dos setores produtivos da iniciativa privada do município de Palmas/TO.

De acordo com Lousada e Martins (2005 apud BRANDALISE, 2012), egresso é [...] aquele que efetivamente concluiu os estudos, recebeu o diploma e está apto a ingressar no mercado de trabalho.

Deste modo, as informações coletadas proporcionaram uma visão do cenário profissional dos egressos dos referidos cursos, assim como a percepção da classe empresarial no que se refere à efetividade desses cursos para o mercado produtivo.

Com as constatações obtidas no estudo, buscou-se apresentar indicadores que norteiem o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia quanto ao cumprimento de sua missão em benefício da sociedade e do desenvolvimento socioeconômico local e regional.

Assim sendo, esta pesquisa pretende responder ao seguinte questionamento: O *Campus* Palmas/IFTO tem formado e qualificado cidadãos com vistas à atuação profissional, conforme relata o Art. 6º das finalidades da Lei nº 11.892/08³ ?

A partir deste questionamento, buscou-se alcançar o objetivo geral através da análise do contexto profissional em que estão inseridos os egressos de 2015, dos

² *Campi* avançados : são extensões de um campus já existente, que ofertam cursos profissionalizantes de curta duração, com turmas reduzidas, atendendo às demandas da região.

³ A Lei nº 11.892 determina que os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia devem ofertar educação profissional e tecnológica, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico.

cursos técnicos subsequentes do *Campus Palmas/IFTO*. Na perspectiva dos seguintes objetivos específicos: a) identificar os cursos do *Campus Palmas* que proporcionam maior e menor índice de profissionais empregados na área de formação; b) registrar as contribuições que os cursos técnicos subsequentes proporcionaram na vida dos egressos; c) conhecer quantos egressos buscam outras formações ou qualificações profissionais; d) conhecer como os gestores da iniciativa privada utilizam da formação profissional do *Campus Palmas* em função dos setores produtivos.

Com o propósito de atingir os objetivos supracitados, o presente estudo compõe-se em cinco etapas: a primeira consta a justificativa do mesmo; a segunda consiste no referencial teórico, que está dividido em quatro seções: a primeira seção trata das políticas públicas educacionais e a importância destas para o desenvolvimento socioeconômico da população; a segunda aborda sobre o contexto histórico e a legislação que envolve a educação profissional no Brasil a partir do século XX; a terceira seção contempla a implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia no Tocantins, destacando a implantação do *Campus Palmas/IFTO* e o ensino técnico subsequente; a quarta seção reflete as novas competências para o mundo do trabalho, tendo como subitem os arranjos produtivos locais no Tocantins. A terceira etapa trata da metodologia que direcionou o estudo, com a apresentação do público alvo e a descrição dos instrumentos que foram utilizados, os procedimentos e tratamentos dos resultados; na quarta etapa foram apresentados os resultados da pesquisa e suas respectivas análises; a quinta etapa compreende as considerações finais, as referências bibliográficas que embasaram o estudo, os apêndices e os anexos.

2 JUSTIFICATIVA

“Com o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, o mundo do trabalho reconfigura-se, e, conseqüentemente as exigências quanto à formação dos profissionais toma uma nova dimensão”. (SENAI, 2014, p.10).

Aos trabalhadores passou a ser exigido um perfil profissional caracterizado pela dinamicidade, pelo potencial criativo e pela capacidade de responder a permanentes e novos desafios. Face à nova realidade, onde o emprego de avançadas tecnologias e o uso de conhecimentos constituem algumas das marcas da chamada era da competitividade, compete às instituições responsáveis pela formação destes profissionais, reavaliarem os indicadores que têm utilizado para a estruturação de suas propostas curriculares. (SENAI, 2014, p.10).

Nesse contexto, as empresas também reconstroem seus processos, a fim de se adequarem às novas imposições de mercado provocadas pelo dinamismo do mundo globalizado. Considerando ainda, que o cenário nacional no que tange a empregabilidade passa por período delicado em função da crise econômica, exigindo ainda mais do trabalhador conhecimentos e aptidões que contribuam para o acesso e permanência na empresa.

Segundo Souza (2004, p.3):

Inexoráveis também têm sido consideradas as novas exigências de qualificação do trabalhador, pois, diante de um processo “natural” de desenvolvimento científico e tecnológico, a formação de novas competências no conjunto dos trabalhadores tornou-se condição para a geração de emprego e renda. Como consequência, ocorre uma verdadeira despolitização dos esforços sociais para a formação/qualificação profissional. Aparentemente, a política de educação profissional nada mais é do que uma prática social de adaptação dos trabalhadores às novas demandas de qualificação do trabalho e da produção, vista por diferentes sujeitos sociais como condição básica de inserção e permanência no mercado de trabalho.

Na busca pela formação e adaptação aos novos paradigmas que compõem o campo profissional, jovens e adultos têm encontrado no ensino técnico subsequente de nível médio o apoio para a qualificação, que tem duração de 1 a 2 anos e possuem componentes curriculares que contribuem para “a formação profissional, cultural e social” (Resolução nº 38 CONSUP/IFTO/2013).

Mehedff (1999 apud LOUSADA e MARTINS, 2005, p. 74) considera que:

Formar cidadãos aptos a exercerem atividades produtivas ainda é um desafio em muitos países como o Brasil. Mas é preciso mais que isso. É

preciso formar cidadãos capazes para desempenhar atividades que sequer existem atualmente. Isso significa ensinar conteúdos e habilidades úteis no presente, mas também ensinar a aprender no futuro, fora da escola convencional.

A Lei nº 11.892/08, Art. 6º, que trata das finalidades e características dos Institutos Federais, vem proporcionar meios para esta formação diferenciada no que tange a atuação profissional.

I - oferta de educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico e cultural nas esferas local, regional e nacional; [...]

IV - orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal; [...]

Para atender a esta lei, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins tem como missão “proporcionar desenvolvimento educacional, científico e tecnológico no Estado do Tocantins por meio da formação pessoal e qualificação profissional” (IFTO, 2016), acompanhando as transformações do mundo contemporâneo, que devem ser inseridas nos contextos educacionais de forma articulada e prática, superando a cada dia, os níveis de qualidade deste sistema de ensino. Para tanto, é primordial a verificação e análise de aspectos inerentes aos cursos e, sobretudo, os impactos proporcionados à sociedade e para desenvolvimento econômico da região.

Assim, o presente estudo de caso tem como objetivo verificar os contextos profissionais em que observando os índices de inserção e permanência no mercado de trabalho - na área de formação, aspectos inerentes à satisfação dos egressos com cursos, como também relacionados à busca por outras qualificações e níveis de escolaridade. Neste contexto, gestores da iniciativa privada apresentam suas percepções sobre os benefícios dessas qualificações em função do mercado produtivo de Palmas.

Devido ao desconhecimento de estudos que mostrem estes aspectos, surge a necessidade de um estudo que constate as causas que favorecem ou desfavorecem a atuação profissional dos egressos do *Campus* Palmas. E, a partir dessas constatações, proporcionar à administração do IFTO, indicadores que auxiliem na

avaliação da dinâmica de ensino desenvolvida na instituição, de modo que estes indicadores possibilitem a articulação de ações, que contribuam para a consolidação da missão do IFTO em benefício da sociedade e dos setores produtivos.

3 REFERENCIAL TEÓRICO

3.1 POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS

As políticas públicas têm sua base na palavra “política”, sendo Aristóteles o disseminador desse vocábulo, que em geral significa um conjunto de relações de poder com vistas à resolução de conflitos de forma não-violenta. Estudos sobre as políticas públicas como área específica da ciência política começaram apenas em meados do século XX, quando a sociedade começou a reivindicar ações governamentais nos setores: econômico, financeiro e social. (ZANATTA, 2014).

De acordo com Santos (2014, p.73):

A Política é designada como esfera de atividades que “movem”, “comandam” um povo, um estado, uma nação. É um conjunto de interações que definem múltiplas estratégias para alcançar certos objetivos. Ela é fundamental para a cidadania de um povo.

A política pública tem como foco o compromisso com o todo social, como algo que funda a igualdade na diversidade (social, econômica, geográfica, cultural, etc.); estando articulada a outras políticas (de trabalho e renda, de desenvolvimento setorial, ambiental, social e educacional), buscando proporcionar impactos nesse universo. (MEC, 2010).

Para atingir as metas pretendidas e promover o bem comum da sociedade, os governos criam políticas públicas que podem ser conceituadas como: “[...] conjunto de ações e decisões do governo, voltadas para a solução (ou não) de problemas da sociedade [...]”; em outras palavras são a totalidade de ações, metas e planos que o governo (federal, estadual e municipal) articula para alcançar o bem-estar da social e o interesse público. (LOPES; AMARAL e CALDAS 2008, p. 5).

Rodrigues (2010 apud Ferreira e Nogueira, 2016) complementa que as políticas públicas são constituídas de ações, decisões e incentivos que buscam mudar uma realidade em resposta às demandas e interesses sociais.

De acordo com Dias e Matos (2012, p. 12), políticas públicas são entendidas como:

Conjunto de princípios e linhas de ação que garantem e permitem a gestão do Estado na solução de problemas nacionais ou são as ações empreendidas ou não pelos governos que deveriam estabelecer condições

de equidade no convívio social, tendo por objetivo que todos possam atingir uma melhoria na qualidade de vida compatível com a atividade humana.

As políticas públicas abrangem todas as necessidades da sociedade civil, que através das políticas sociais determinam as ações a serem realizadas pelo Estado. Estas, em princípio, são voltadas à “redistribuição de benefícios sociais visando à diminuição das desigualdades estruturais produzidas pelo desenvolvimento socioeconômico”. (HOLFLING, 2001, p. 31).

De acordo com as concepções de Oliveira (2010), o debate sobre políticas públicas nas últimas décadas tornou-se mais amplo, em virtude do avanço das condições democráticas em âmbito mundial e da totalidade de arranjos institucionais dos governos, necessários para a efetivação da governabilidade. Entende-se por governabilidade a estabilidade política, social e financeira para que o governo exerça plenamente as suas atribuições.

A partir deste entendimento, sabe-se que as diretrizes que norteiam a política educacional no Brasil estão alicerçadas em um conceito liberal, com diferentes concepções que fundamentam sua aplicabilidade. A Política Educacional pertence ao grupo de Políticas Públicas sociais do país, as quais estão relacionadas com o poder social. Este instrumento de implementação dos movimentos e referenciais educacionais se faz presente através da Legislação Educacional. (SANTOS, 2014, p. 11).

Santos (2014, p.11), afirma que “as políticas públicas são caracterizadas pela reflexão, elaboração e implantação de projetos de governo voltados para setores específicos da sociedade, dentre eles a educação”, destacando ainda, que a finalidade das políticas educacionais é articular meios que solucionem os problemas desta área social, com base na Constituição Federal, bem como em instrumentos legislativos reguladores que representam os anseios da sociedade.

Nesse prisma, o Plano Nacional de Educação é uma política pública que visa efetivar as tarefas do governo em relação à Educação. (FERREIRA; NOGUEIRA, 2016). De acordo com o Art. 214 da Constituição Federal:

A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a:

I - erradicação do analfabetismo;

- II - universalização do atendimento escolar;
- III - melhoria da qualidade do ensino;
- IV - formação para o trabalho;
- V - promoção humanística, científica e tecnológica do País.
- VI - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto.

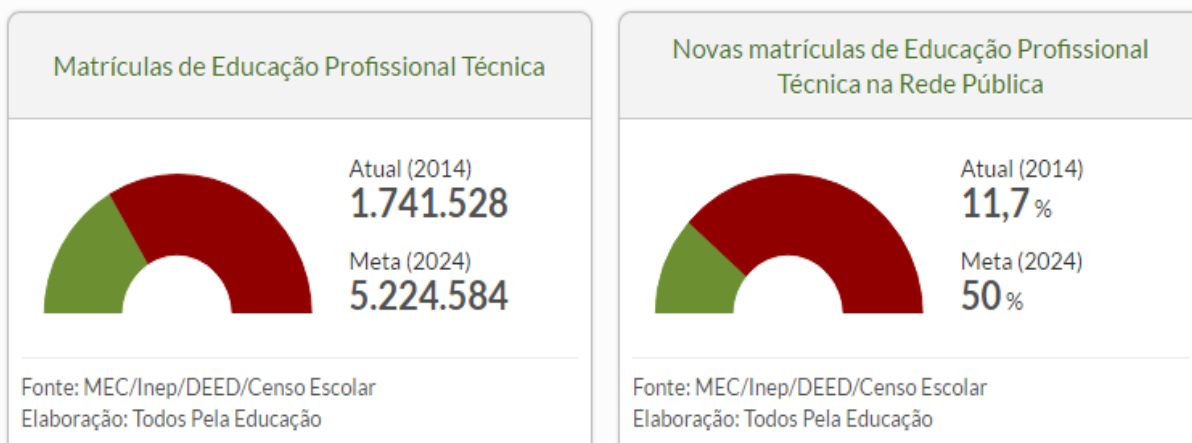
O Plano Nacional de Educação (PNE) estabelece diretrizes, metas e estratégias que caracterizam a política educacional a cada dez anos. (MEC, 2016). Os grupos de metas compostos da seguinte forma:

O primeiro grupo são metas estruturantes para a garantia do direito a educação básica com qualidade, e que assim promovam a garantia do acesso, à universalização do ensino obrigatório, e à ampliação das oportunidades educacionais. Um segundo grupo de metas diz respeito especificamente à redução das desigualdades e à valorização da diversidade, caminhos imprescindíveis para a equidade. O terceiro bloco de metas trata da valorização dos profissionais da educação, considerada estratégica para que as metas anteriores sejam atingidas, e o quarto grupo de metas refere-se ao ensino superior. (MEC, 2016).

O Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 13.005, de 24 de junho de 2014, orienta a execução e o aprimoramento de políticas públicas do setor, referentes ao decênio de 2014 a 2024. De acordo com o art. 7º dessa lei, a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios atuarão em regime de colaboração para atingir as metas e implementar as estratégias previstas no texto.

A Meta 11 do PNE visa “triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público”. (BRASIL, 2014).

Figura 1 – Painel de Meta - Matrículas de Educação Profissional Técnica no Brasil



Ranieri (2011, p. 166) destaca que:

A garantia do padrão de qualidade da educação é princípio constitucional da educação nacional, previsto no artigo 206, inciso VII, da Constituição Federal. Foi replicada na legislação infraconstitucional, no artigo 3º, inciso IX, da Lei de Diretrizes e Bases[...].

Segundo Dourado, Oliveira e Santos (2007, p. 9),

(...) a qualidade da educação é um fenômeno complexo, abrangente, e que envolve múltiplas dimensões, não podendo ser apreendido apenas por um reconhecimento de variedade e das quantidades mínimas de insumos considerados indispensáveis ao desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem e muito menos sem tais insumos (...). Desse modo, a qualidade da educação é definida envolvendo a relação entre os recursos materiais e humanos, bem como a partir da relação que ocorre na escola e na sala de aula (...).

Dourado, Oliveira e Santos (2007) destacam ainda, que a qualidade da educação abrange os processos ensino aprendizagem, os currículos, as expectativas de aprendizagem com relação à aprendizagem. A qualidade pode ser definida a partir dos resultados educativos, representados pelo desempenho dos educandos.

Para o cumprimento da Meta 11 do Plano Nacional de Educação, o governo irá empregar as seguintes estratégias:

11.1) expandir as matrículas de educação profissional técnica de nível médio na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, levando em consideração a responsabilidade dos Institutos na ordenação territorial, sua vinculação com arranjos produtivos, sociais e culturais locais e regionais, bem como a interiorização da educação profissional;

11.2) fomentar a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio nas redes públicas estaduais de ensino;

11.3) fomentar a expansão da oferta de educação profissional técnica de nível médio na modalidade de educação a distância, com a finalidade de ampliar a oferta e democratizar o acesso à educação profissional pública e gratuita, assegurado padrão de qualidade;

11.4) estimular a expansão do estágio na educação profissional técnica de nível médio e do ensino médio regular, preservando seu caráter pedagógico integrado ao itinerário formativo do aluno, visando à formação de qualificações próprias da atividade profissional, à contextualização curricular e ao desenvolvimento da juventude;

11.5) ampliar a oferta de programas de reconhecimento de saberes para fins de certificação profissional em nível técnico;

11.6) ampliar a oferta de matrículas gratuitas de educação profissional técnica de nível médio pelas entidades privadas de formação profissional

vinculadas ao sistema sindical e entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência, com atuação exclusiva na modalidade;

11.7) expandir a oferta de financiamento estudantil à educação profissional técnica de nível médio oferecida em instituições privadas de educação superior;

11.8) institucionalizar sistema de avaliação da qualidade da educação profissional técnica de nível médio das redes escolares públicas e privadas;

11.9) expandir o atendimento do ensino médio gratuito integrado à formação profissional para as populações do campo e para as comunidades indígenas e quilombolas, de acordo com os seus interesses e necessidades;

11.10) expandir a oferta de educação profissional técnica de nível médio para as pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

11.11) elevar gradualmente a taxa de conclusão média dos cursos técnicos de nível médio na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica para 90% (noventa por cento) e elevar, nos cursos presenciais, a relação de alunos (as) por professor para 20 (vinte);

11.12) elevar gradualmente o investimento em programas de assistência estudantil e mecanismos de mobilidade acadêmica, visando a garantir as condições necessárias à permanência dos (as) estudantes e à conclusão dos cursos técnicos de nível médio;

11.13) reduzir as desigualdades étnico-raciais e regionais no acesso e permanência na educação profissional técnica de nível médio, inclusive mediante a adoção de políticas afirmativas, na forma da lei;

11.14) estruturar sistema nacional de informação profissional, articulando a oferta de formação das instituições especializadas em educação profissional aos dados do mercado de trabalho e a consultas promovidas em entidades empresariais e de trabalhadores.

3.2 Educação Profissional no Brasil a partir do século XX: Contexto e Legislação

A educação profissional no Brasil, desde os primórdios de sua história, caracterizou-se pela formação técnica destinada a amparar às camadas menos favorecidas da sociedade - os “desvalidos da fortuna”. Assim, em 23 de setembro de 1909, foram criadas 19 Escolas de Aprendizizes Artífices em diversos Estados da Federação, através do Decreto nº. 7.566, no qual o Presidente Nilo Peçanha lançou a pedra fundamental da rede federal de educação profissional no país. (FERNANDES, 2009).

O Decreto nº 7.566 apresenta a seguinte fundamentação para a criação de tais escolas:

Considerando que o aumento constante da população das cidades exige que se facilitem às classes proletárias os meios de vencer as dificuldades sempre crescentes da luta pela existência; que para isso se torna necessário, não só habilitar os filhos dos desfavorecidos da fortuna com o indispensável preparo técnico e intelectual, como fazê-los adquirir hábitos de trabalho profícuo, que os afastará da ociosidade, escola do vício e do crime; que é um dos primeiros deveres do Governo da República formar cidadãos úteis à nação.

Essas escolas formavam operários e contramestres mediante ensino prático e técnico, em oficinas convenientes às necessidades do estado em que funcionasse a escola, observando as especialidades das indústrias locais. (CUNHA, 2000).

Gomes (2003) confirma que as Escolas de Aprendizes e Artífices tinham como objetivo desempenhar função econômica na consolidação de cidadãos úteis e produtivos para a sociedade capitalista, representando, com relativa importância, o papel de alfabetizar menores tecnicamente, visando o desenvolvimento social e industrial.

Figura 2 – Oficina de sapataria da década de 1920



Fonte: T&C Amazônia (2009).

Na década de 30, iniciou-se um período de grande instabilidade econômica, reflexo da crise da Bolsa de Valores de Nova York, que afetou diretamente o comércio de exportação do Brasil. Nessa época, houve o chamado golpe do Estado

Novo, que levou Getúlio Vargas interinamente à presidência da República. (REZENDE, 2008).

Castellar & Martins (2006 apud OLIVEIRA, 2011) destacam que Vargas buscou fortalecer a indústria nacional mediante a instituição de leis destinadas a regulação do mercado de trabalho. A intenção do governo era não deixar o Brasil cair na dependência externa. Getúlio Vargas criou 12 medidas protecionistas e investimentos em infraestrutura. Deste modo, a indústria nacional cresceu consideravelmente nas décadas de 30 e 40.

Kunze (2009) aponta que as mudanças ocorridas na economia agrário-exportadora propiciaram o surgimento de indústrias no país e, conseqüentemente, o crescimento populacional nas cidades, favorecendo investimentos na educação profissional para impulsionar a oferta de mão de obra, de incentivo ao trabalho e à produção industrial.

De acordo com essas tendências de desenvolvimento econômico, a Constituição de 1937 foi a primeira Carta Magna a tratar sobre a educação profissional, estabelecendo em seu artigo 129:

“O ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado. Cumpre-lhe dar execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais. É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo poder público.”

Quadro 1 – Leis e Decretos da Educação Profissional das décadas de 30 e 40

ANO	INSTRUMENTO LEGAL	CONTEÚDO/ FINALIDADE
1930	Decreto nº 19.402, de 14 de novembro de 1930.	Criação do Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública
Reforma Francisco Campos		
1931	Decreto 19.850, de 11 de abril de 1931.	Criação do Conselho Nacional de Educação.
	Decreto 19.851, de 11 de abril de 1931.	Regulamentação e organização do ensino superior no Brasil, adotando o “regime universitário”.

	Decreto 19.852, de 11 de abril de 1931.	Organização da Universidade do Rio de Janeiro.
	Decreto nº 19.890, de 18 de abril de 1931.	Organização do Ensino Secundário.
1932	Decreto nº 21.241, de 04 de abril de 1932.	Consolidação das disposições sobre a organização do Ensino Secundário e dá outras providências.
1934	Decreto nº 24.588, de 03 de julho de 1934	Transforma a Inspetoria do Ensino Profissional Técnico em Superintendência do Ensino Industrial, e dá outras providências.
1937	Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937.	Transforma as Escolas de Aprendizes e Artífices em Liceus Industriais.
1942	Decreto-Lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942.	Criação do SENAI
	Reforma Capanema	
	Decreto-Lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942	Lei Orgânica do Ensino Industrial.
	Decreto-Lei nº 4.244, de 09 de abril de 1942.	Lei Orgânica do Ensino Secundário.
1943	Decreto-Lei nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943.	Lei Orgânica do Ensino Comercial.
1946	Decreto-Lei nº 8.529, de 02 de janeiro de 1946.	Lei Orgânica do Ensino Primário.
	Decreto-Lei nº 8.530, de 02 de janeiro de 1946.	Lei Orgânica do Ensino Normal.
	Decreto-Lei nº 8.621 e 8.622, 10 de janeiro de 1946	Criação do SENAC
	Decreto-Lei nº 9.613, de 20 de agosto de 1946.	Lei Orgânica do Ensino Agrícola.

Fonte: Elaborado pela autora.

Zotti (2006, p. 6), ressalta que:

A Reforma Capanema consagrou a tendência que já vinha sendo afirmada por Francisco Campos e reafirmada nos princípios da Constituição de 1937, em relação à dualidade do sistema de ensino brasileiro: um ensino

secundário público destinado às elites condutoras do país e um ensino profissionalizante destinado à formação da classe trabalhadora.

Pereira (2009) destaca que a Reforma Capanema não permitiu o acesso ao ensino superior para os concluintes dos cursos técnicos. Sendo possível apenas em 1953, ano em que foi instituída a Lei nº 1.821, dispondo “sobre o regime de equivalência entre diversos cursos de grau médio para efeito de matrícula no ciclo colegial e nos cursos superiores”. (BRASIL, 1953). Assim, os concluintes dos cursos técnicos tiveram acesso ao ensino superior desde que estivesse relacionado à formação técnica do ensino médio e mediante aprovação no vestibular.

A partir de 1956, o presidente Juscelino Kubitschek iniciou a segunda fase do processo de industrialização no Brasil. Período esse, marcado pelo chamado desenvolvimentismo, definido no Plano de Metas do governo, constituído em cinco setores: transporte, energia, alimentação, indústria de base, educação, além da construção de Brasília. (ESPECIAL e BORDIGNON, 2011).

Ainda no governo de Juscelino Kubitschek foi sancionada a Lei nº 3.522, de 16 de fevereiro de 1959, que transformou as Escolas de Ensino Industrial em Escolas Técnicas Federais. Essas instituições tornaram-se “autarquias, providas de autonomia didática, administrativa, técnica e financeira”. (BRASIL, 1959).

Em 20 de dezembro de 1961 foi promulgada a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº 4.024, que em relação à educação profissional definiu as diretrizes para o ensino técnico (industrial, comercial e agrícola), tanto no período ginasial, como no colegial. (BRASIL, 1961).

Cordão (2012) considera que a LDB de 1961 gerou uma verdadeira reforma na Educação Nacional, possibilitando a descentralização da educação, que até então, era influenciada pelas concepções estabelecidas nas Leis Orgânicas da Educação Nacional, no período do Estado Novo.

Cordão (2012, p.75) acrescenta ainda que:

A descentralização, portanto, é sua primeira conquista a ser apontada. A segunda não é menos importante que a primeira: é a da valorização dos professores de todos os níveis, etapas e modalidades de ensino como profissionais da educação.

O terceiro destaque vai para a equivalência plena de todos os cursos desenvolvidos no mesmo nível ou etapa de ensino, para fins de continuidade de estudos superiores, representando uma grande valorização dos cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, os quais deixaram de ser discriminados como cursos de segunda categoria,

destinados aos pobres e àqueles que necessitavam ingressar precocemente na força de trabalho.

A Educação Profissional Técnica de Nível Médio tornou-se um curso plenamente equivalente aos demais cursos secundários e ao curso normal, este orientado para a formação de professores primários, mas ambos destinados à formação das elites condutoras do País. O quarto destaque, bastante ligado ao primeiro, refere-se à reforma curricular patrocinada pela primeira LDB.

Ela propiciou a aguardada liberdade para que a escola efetivamente escolhesse seus cursos e sua organização curricular, de acordo com o seu projeto pedagógico, planejando a oferta dos componentes curriculares segundo idênticos valores formativos.

O quinto destaque a ser dado está ligado à possibilidade de a escola poder realizar Projetos Pedagógicos Experimentais, independentemente das amarras da Lei. Podemos apontar, ainda, como sexto destaque de nossa primeira LDB a criação do Conselho Federal de Educação, como Órgão Normativo, Consultivo e Deliberativo do Sistema Federal de Ensino. A mesma lei dispunha, também, sobre a criação dos Conselhos Estaduais de Educação, com a mesma orientação, nos Estados e no Distrito Federal.

De acordo com Fernandes (2015), a Ditadura militar no Brasil, fortaleceu o ensino industrial, que visava garantir o crescimento econômico, numa perspectiva de elevação do país ao nível de potência econômica.

A LDB passou por três reformulações desde a sua implantação: a primeira, por meio da Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968, que dispôs sobre as “normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média”, além de “outras providências” Esta foi intitulada de Lei da Reforma Universitária e tinha como objetivos modernizar e expandir as universidades públicas, em especial, as instituições federais (BRASIL, 1968); a segunda, com a Lei nº. 5.692/71, que fixou, de maneira compulsória, o 2º grau exclusivamente com o ensino técnico-profissional; e a terceira, conhecida como Lei Darcy Coelho, nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, foi elaborada a partir da necessidade de uma reforma na educação nacional para adequar-se à Constituição Federal de 1988. (NOVAES, 2010).

Vale ressaltar que nesse período de implementações na LDB, a educação profissional passou por consideráveis avanços iniciados com a Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978, que transformou as Escolas Técnicas Federais de Paraná, Minas Gerais e Celso Suckow da Fonseca, no Rio de Janeiro em Centros Federais de Educação Tecnológica - CEFETs. Conforme o Art 2º desta lei, os Centros Federais de Educação Tecnológica tinham os seguintes objetivos:

I - ministrar ensino em grau superior:

- a) de graduação e pós-graduação, visando à formação de profissionais em engenharia industrial e tecnólogos;
 - b) de licenciatura plena e curta, com vistas à formação de professores e especialistas para as disciplinas especializadas no ensino de 2º grau e dos cursos de formação de tecnólogos;
- II - ministrar ensino de 2º grau, com vistas à formação de auxiliares e técnicos industriais;
- III - promover cursos de extensão, aperfeiçoamento e especialização, objetivando a atualização profissional na área técnica industrial;
- IV - realizar pesquisas na área técnica industrial, estimulando atividades criadoras e estendendo seus benefícios à comunidade mediante cursos e serviços.

Jimenez (2005) ressalta que gradativamente o processo de “cefetização” no Brasil foi estabelecido. Em 31 de outubro de 1989, a Lei nº 7.863, transformou a Escola Técnica Federal do Maranhão em Centro Federal de Educação Tecnológica do Maranhão. Em 28 de setembro de 1993, com a lei nº 8.711 a Escola Técnica Federal da Bahia também mudou para Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia.

A chamada “lei da cefetização”, Lei nº 8.948, de 08 de dezembro de 1994, criou o Sistema Nacional de Educação Tecnológica, transformando em Centros Federais de Educação Tecnológica, todas as Escolas Técnicas Federais instituídas por meio da Lei nº 3.552, de 16 de fevereiro de 1959 e pela Lei nº 8.670, de 30 de junho de 1983, nos termos da Lei nº 6.545, de 30 de junho de 1978, alterada pela Lei nº 8.711, de 28 de setembro de 1993, e do Decreto nº 87.310, de 21 de junho de 1982. (RAMOS, 2014). No entanto, conforme tratava o Art 3º, § 1º da Lei nº 8.948/94:

A implantação dos Centros Federais de Educação Tecnológica de que trata este artigo será efetivada gradativamente, mediante decreto específico para cada centro, obedecendo a critérios a serem estabelecidos pelo Ministério da Educação e do Desporto, ouvido o Conselho Nacional de Educação Tecnológica.

Assim, progressivamente as instituições de ensino estabelecidas na Lei nº 8.948/94 tornaram-se efetivamente CEFETs. (RAMOS, 2014).

Em relação à Lei nº 9.394/96, esta criou dois níveis de educação: básica e superior; duas modalidades: educação para jovens e adultos e educação especial,

além da modalidade complementar: a educação profissional. Esta LDB expressa em seu art. 39 que: “A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva”.

Cordão (2009, p. 5) complementa que:

Essa concepção representa a superação, tanto dos enfoques assistencialistas ou economicistas da educação profissional, quanto dos preconceitos sociais que a desvalorizavam. A Educação Profissional e Tecnológica é situada na confluência de dois dos direitos fundamentais do cidadão: o direito à educação e o direito ao trabalho. Nesse contexto, como muito bem enfatiza o Parecer CNE/CEB nº. 16/1999, “após o Ensino Médio, a rigor, tudo é Educação Profissional”.

De acordo com Sousa (2002 apud VIAMONT, 2011) a Lei nº 9394/96 exclui definitivamente a preocupação com a educação para o trabalho no ensino fundamental.

No ano seguinte à publicação da Lei n.º 9.394/96, houve uma nova alteração nesta lei, com o Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997, que complementou o §2º do art.36 e os artigos 39 a 42, caracterizando a educação profissional de forma específica, com organização curricular própria e independente do ensino médio, compreendendo em seu artigo 3º, os seguintes níveis de educação profissional:

- I – básico: destinado à qualificação e reprofissionalização de trabalhadores, independente de escolaridade prévia;
- II- técnico: destinado a proporcionar habilitação profissional a alunos matriculados ou egressos do ensino médio, devendo ser ministrado na forma estabelecida por este Decreto;
- III – tecnológico: corresponde a cursos de nível superior na área tecnológica, destinados aos egressos do ensino médio e técnico.

Coelho (2012, p. 20) destaca que:

Neste contexto, além de reforçado, foi reinstituído, legalmente, o dualismo entre a formação geral e a formação profissional, característico da educação profissional brasileira, mantendo em sua estrutura a separação entre a formação geral - propedêutica - destinada a preparar para o ingresso no ensino superior, e a formação profissional/técnica, dedicada a preparar para o mercado de trabalho imediato.

Coelho (2014) afirma que além da separação entre formação geral e técnica, os currículos dos cursos técnicos passaram a ser desenvolvidos sob o conceito de

competências, adaptadas às novas reivindicações sociais e do mercado. Conforme a Resolução CNE/CEB N° 04/99, o conceito de competência profissional refere-se à “[...] capacidade de articular, mobilizar e colocar em ação valores, conhecimentos e habilidades necessários para o desempenho eficiente e eficaz de atividades requeridas pela natureza do trabalho” (BRASIL, 1999).

Alves e Rado (2009, p.6) destacam que:

Com o Decreto 2208/97 a dicotomia entre o ensino médio e a educação profissional ficou patente. O artigo 5° do Decreto estabelece que “a educação profissional de nível técnico terá organização curricular própria e independente do ensino médio, podendo ser oferecida de forma concomitante ou seqüencial a este”. Assim, altera toda a estrutura do sistema de ensino profissional, separando-o totalmente do ensino médio, de acordo com o sentido liberalizante e flexibilizante da educação, fragmentando em vários sistemas de educação a rede de ensino do país.

Ainda em 1997, foi criado o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP), elaborado de acordo com a Lei nº 9.394/96 e o Decreto nº 2.208/97, visando ampliar a oferta de cursos de qualificação profissional no país, em função da urgência de recursos humanos aptos ao mercado de trabalho em processo de modernização. Nessa ocasião, o presidente da República Fernando Henrique Cardoso, firmou um acordo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), principal agência financiadora da reforma da educação profissional. (MEC, 1997).

Conforme o guia de orientações disponibilizado pelo MEC, conceitua-se o PROEP como:

O Programa de Expansão da Educação Profissional - PROEP é uma iniciativa do Ministério da Educação - MEC em parceria com o Ministério do Trabalho - MTb, que visa, de acordo com a nova legislação sobre a Educação, à expansão, modernização, melhoria de qualidade e permanente atualização da Educação Profissional no País, através da ampliação e diversificação da oferta de vagas; da adequação de currículos e cursos às necessidades do mundo do trabalho; da qualificação, reciclagem e reprofissionalização de trabalhadores, independente do nível de escolaridade e da formação e habilitação de jovens e adultos nos níveis técnico e tecnológico. (MEC, 1997, p. 7).

Melo (2008 apud ALVES e RADO, 2009) considera que o PROEP objetivava implementar a reforma no ensino profissionalizante em conformidade com o modelo proposto pelo BID. Sendo que a adesão rápida este modelo era uma condição para que as escolas recebessem recursos financeiros para melhorar a infraestrutura,

equipamentos, bem como para a capacitação de pessoal, adequação e atualização de currículos.

O Decreto nº. 2.208/97, o Programa de Expansão da Educação Profissional (PROEP) e as ações deles decorrentes ficaram conhecidos como a Reforma da Educação Profissional. Nesse contexto, o ensino médio retoma legalmente um sentido puramente propedêutico, enquanto os cursos técnicos, agora obrigatoriamente separados do ensino médio, passam a ser oferecidos de duas formas. Uma delas é a Concomitante ao ensino médio, em que o estudante pode fazer ao mesmo tempo o ensino médio e um curso técnico, mas com matrículas e currículos distintos, podendo os dois cursos serem realizados na mesma instituição (concomitância interna) ou em diferentes instituições (concomitância externa). A outra forma é a Seqüencial, destinada a quem já concluiu o ensino médio e, portanto, após a educação básica. (MEC, 2007, p.19).

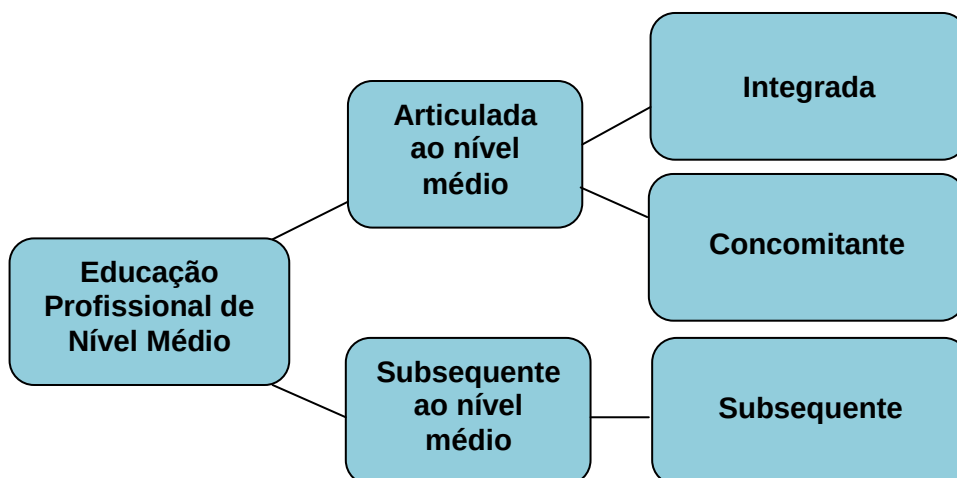
Novaes (2010) relata que no primeiro mandato da presidência de Luiz Inácio Lula da Silva, houve nova alteração na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, no qual o Decreto 5.154, de 23 de julho de 2004, restabeleceu a integração curricular entre Ensino Médio e o Ensino Técnico, utilizando a mesma infraestrutura, no mesmo turno/escola com os mesmos professores, revogando ainda, o Decreto nº. 2.208/97.

O novo decreto regulamentou em seu Artigo 4º, § 1º as seguintes formas de articulação entre Ensino Médio e o Ensino Técnico:

I – integrada, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental, sendo o curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio, na mesma instituição de ensino, contando com matrícula única para cada aluno. II - concomitante oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino fundamental ou esteja cursando o ensino médio, na qual a complementaridade entre a educação profissional técnica de nível médio e o ensino médio pressupõe a existência de matrículas distintas para cada curso (...). III - subsequente, oferecida somente a quem já tenha concluído o ensino médio. (BRASIL, 2004).

Moura (2010) lembra que o Decreto nº 5.154/04 manteve a oferta de cursos técnicos concomitantes e subsequentes oriundos do Decreto nº 2.208/97, com perspectivas e princípios que direcionam à educação tecnológica.

Figura 3 – Ensino profissional técnico – modalidades e formas



Fonte: IFBA – Campus Porto Seguro. (2014).

De acordo com Frigotto, Ciavatta e Ramos (2005, p.37-38):

O Decreto n.º 5.154/2004 tenta restabelecer as condições jurídicas, políticas e institucionais que se queria assegurar na disputa da LDB na década de 80. Daqui por diante, dependendo do sentido em que se desenvolva a disputa política e teórica, o 'desempate' poderá conduzir a superação do dualismo na educação brasileira ou consolidá-la definitivamente.

Sancionada em 2008, a Lei nº 11.741, alterou dispositivos da LDB no sentido de redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica, permitindo a flexibilização na articulação do ensino médio com o ensino técnico e o incentivo do retorno do ensino técnico integrado. (TUDE, FERRO e SANTANA, 2010).

A Educação Profissional e Tecnológica, nos termos da Lei nº 9.394/96 (LDB), alterada pela Lei nº 11.741/2008, abrange os cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional, educação profissional técnica de nível médio, educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação (BRASIL, 2008).

Em 29 de dezembro de 2008, foi promulgada a Lei nº 11.892, instituindo a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no país, criando 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), por meio da integração dos Centros Federais de Educação Tecnológica, Escolas Agrotécnicas e Escolas

Técnicas vinculadas às universidades. De acordo com o art. 2, da Lei nº 11.892/2008:

Os institutos federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multi*Campi*, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas.

Silva (2015, p. 76) acrescenta que:

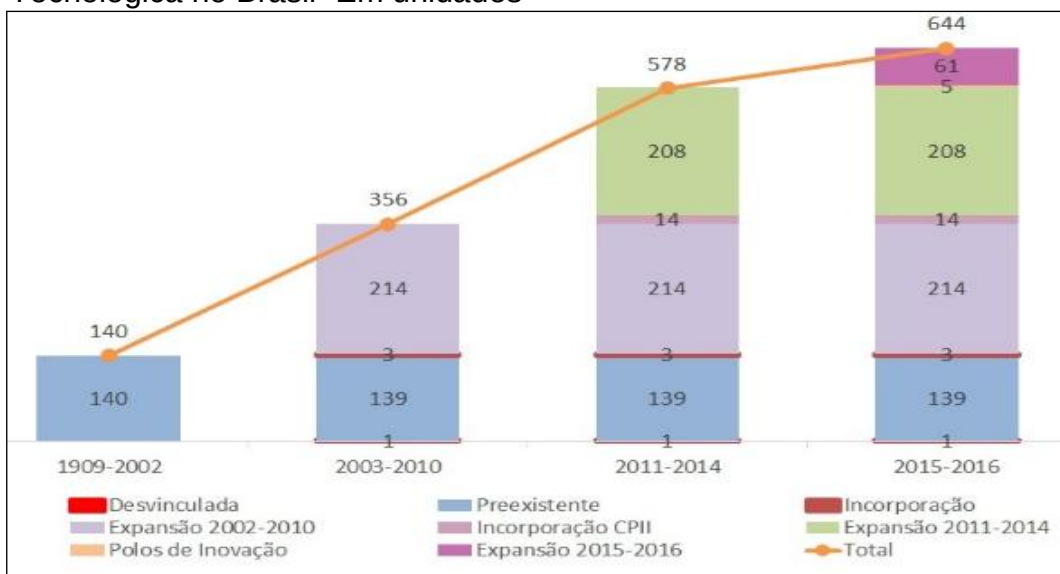
Consideram-se itinerários formativos ou trajetórias de formação, as unidades curriculares de cursos e programas da educação profissional em uma determinada área, que possibilitem o aproveitamento contínuo e articulado dos estudos. A partir do Decreto n. 8.268, passa a ser adotada a expressão 'qualificação profissional' incluindo nesta, a formação inicial e continuada de trabalhadores.

De acordo com Oliveira e Scott (2015), os Institutos Federais são as mais novas autarquias de regime especial de base educacional humanístico-técnico-científica do Brasil, possuindo em seu formato pedagógico particularidades que definem a identidade desse modelo de instituição.

De acordo com o Ministério da Educação está em curso o reordenamento da rede federal de educação profissional, a partir de um novo modelo de atuação, pautado na “verticalidade da oferta de educação profissional e tecnológica, articulação com o ensino regular, aumento da escolaridade do trabalhador, interação com o mundo do trabalho e as ciências e apoio à escola pública”. (BRASIL, MEC, 2007, p.33)

Essa Rede é formada também por instituições que não aderiram aos Institutos Federais, mas também oferecem educação profissional em todos os níveis. São dois Centros Federais de Educação Tecnológica, 25 Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais, o Colégio Pedro II e a Universidade Tecnológica Federal do Paraná. (PORTAL DA REDE FEDERAL, 2016)

Figura 4 - Expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no Brasil- Em unidades



Fonte: Portal da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (2016).

Figura 5 - Quantidade de Municípios atendidos com a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no Brasil



Fonte: Portal da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia (2016).

3.3 A IMPLANTAÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO TOCANTINS

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO) foi criado por meio da Lei nº 11.892/2008, que implantou a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no Brasil. (BRASIL, 2008).

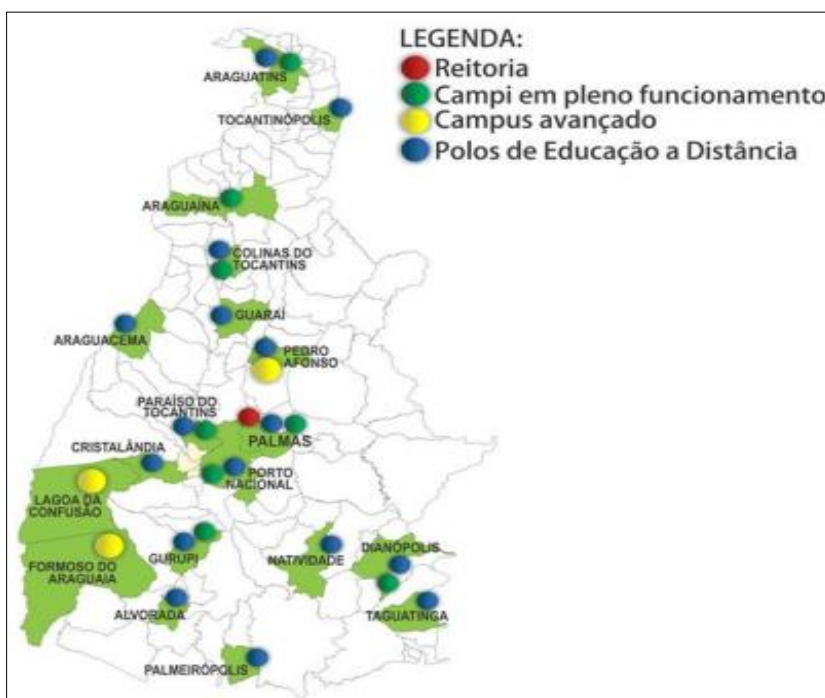
O IFTO foi constituído a partir da integração da Escola Técnica Federal de Palmas (ETF) e da Escola Agrotécnica Federal de Araguatins (EAFA), com a missão

de oportunizar o desenvolvimento educacional, científico e tecnológico no Estado do Tocantins por meio da formação pessoal e qualificação profissional, sendo referência no ensino, pesquisa e extensão, com ênfase na inovação tecnológica de produtos e serviços, proporcionando o desenvolvimento regional sustentável. (IFTO, 2016).

O IFTO tem uma estrutura organizada através da formação inicial e continuada, na modalidade presencial e à distância, em cursos de nível médio (Integrado, Subsequente e Proeja), cursos de graduação (Licenciatura, Tecnologia e Bacharelado) e de pós-graduação, além dos cursos de qualificação profissional de curta duração ofertados por meio do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) e do Programa Mulheres Mil. São mais de 60 cursos regulares ofertados no IFTO. (IFTO, 2016).

Atualmente, o IFTO é composto pelos *Campi* Araguaína, Araguatins, Colinas do Tocantins, Dianópolis, Gurupi, Palmas, Paraíso do Tocantins e Porto Nacional; *Campi* avançados Formoso do Araguaia, Lagoa da Confusão e Pedro Afonso e Polos de Educação a Distância de Alvorada, Araguacema, Araguatins, Colinas do Tocantins, Cristalândia, Dianópolis, Guaraí, Gurupi, Natividade, Palmas, Palmeirópolis, Paraíso do Tocantins, Porto Nacional, Taguatinga e Tocantinópolis. (Projeto Pedagógico de Engenharia Civil – IFTO, 2015).

Figura 6 – Campi e Polos de Educação a Distância do IFTO no estado do Tocantins.



Fonte: Projeto Pedagógico de Engenharia Civil - IFTO (2015).

Quadro 2 – Dados de áreas, início das atividades, níveis e modalidades dos cursos ofertados nos *Campi* do IFTO.

CAMPUS	ÁREA (m²)	INÍCIO	NÍVEIS / MODALIDADES
Araguaína	9.000,00 m²	2010	- Técnico Subsequente; - Proeja; - Pós-graduação lato sensu;
Araguatins	561,84 ha	2003	- Técnico integrado ao ensino médio; - Técnico subsequente; - Proeja; - Bacharelado; - Licenciatura
Colinas do Tocantins	-	2014	- Técnico integrado ao ensino médio; - Técnico subsequente.
Dianópolis	593 ha	2013	- Técnico integrado ao ensino médio; - Técnico subsequente; - Bacharelado; - Licenciatura
Gurupi	20.000,00 m²	2010	- Técnico integrado ao ensino médio; - Técnico subsequente; - Proeja; - Educação a distância; - Graduação tecnológica; - Licenciatura; - Pós-graduação lato sensu.
Palmas	128.508,38 m²	2003	- Técnico integrado ao ensino médio; - Técnico subsequente; - Proeja; - Educação a distância; - Graduação tecnológica; - Bacharelado; - Licenciatura; - Pós-graduação lato sensu.
Paraíso do Tocantins	19,73 ha	2007	- Técnico integrado ao ensino médio; - Técnico subsequente; - Proeja; - Educação a distância; - Graduação tecnológica; - Licenciatura; - Pós-graduação lato sensu.
Porto Nacional	88.070 m²	2010	- Técnico subsequente; - Educação a Distância; - Graduação tecnológica; - Licenciatura.

Fonte: Adaptado pela autora. Projeto Pedagógico de Engenharia Civil - IFTO (2015).

De acordo com a Organização Didático-pedagógica do IFTO, no que tange a política de educação profissional:

Art. 7º. O Instituto Federal do Tocantins – IFTO – é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicâmpus, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas/andragógicas, nos termos deste regulamento.

§3º O IFTO tem autonomia para criar e extinguir cursos conforme normas complementares, nos limites de sua área de atuação territorial, bem como

para registrar certificados e diplomas dos cursos por ele oferecidos e autorizados pelo seu Conselho Superior.

Art. 9º A execução da Política de Educação Profissional o IFTO observará suas finalidades e objetivos, a saber:

I - oferta de educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas à atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico e cultural nas esferas local, regional e nacional;

II - desenvolvimento da educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;

III - integração e verticalização da educação básica/Educação de Jovens e Adultos à educação profissional e educação superior de demais modalidades de ensino, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;

IV - orientação da oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos locais – APLs –, sociais e culturais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação;

V - constituição como centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;

VI - qualificação como centro de referência no apoio à oferta do ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas;

VII - desenvolvimento de programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;

VIII - realização e estímulo à pesquisa aplicada, à produção cultural, ao empreendedorismo, ao cooperativismo e ao desenvolvimento científico e tecnológico;

IX - produção, desenvolvimento e transferência de tecnologias sociais, notadamente as voltadas à preservação do meio ambiente;

Art. 10. No desenvolvimento da sua ação escolar, cada *Campus* do IFTO, em cada exercício, deverá garantir o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para os Cursos Técnicos de Nível Médio, distribuídas da seguinte forma:

I – mínimo de 51% (cinquenta e um por cento) para as vagas na forma de articulação integrada.

a) deverá ser reservado o mínimo de 10% (dez por cento) do total de vagas previstos no inciso I para a modalidade de Educação de Jovens e Adultos integrada com a Educação Profissional.

II – no máximo, 49% (quarenta e nove por cento) das vagas poderão ser ofertadas nas formas de articulação concomitante e subsequente.

3.3.1 Instituto Federal de Ciências e Tecnologia – *Campus Palmas*

O IFTO da capital tocaninense teve seu marco inicial em 30 de junho de 1993, com a implantação da Escola Técnica Federal de Palmas, criada por meio da Lei nº 867/93. Em 21 de dezembro de 1998, tornou-se Autarquia Federal pelo Decreto nº 2980/MEC. (IFTO - PPC LETRAS, 2012).

Em 2002, sob a gestão do Centro Federal de Educação Tecnológica do Paraná (CEFET-PR), houve o primeiro concurso público para corpo docente e administrativo. (IFTO, 2016). Neste ano, foi realizado também, o exame de seleção para os primeiros cursos técnicos oferecidos: Eletrotécnica, Edificações e Informática. Em 2003, os primeiros servidores da unidade tomaram posse, sendo 44 docentes e 12 técnicos administrativos, bem como foram matriculados 360 alunos. (IFTO - PPC LETRAS, 2012).

Em 04 de abril de 2003, a Escola Técnica Federal de Palmas foi oficialmente inaugurada pelo então ministro da Educação, Cristóvão Buarque, que na mesma data, empossou o primeiro diretor, Prof. MSc. Adail Pereira Carvalho. (IFTO, 2016).

No ano seguinte, a ETF-Palmas realizou um novo Processo Seletivo, ofertando mais seis novos Cursos Técnicos: Eletrônica, Agrimensura, Gestão em Agronegócio, Turismo e Hospitalidade, Secretariado Executivo; e Saneamento Ambiental. Em janeiro de 2005, iniciou a oferta de cursos de ensino profissional integrado ao ensino médio, nos cursos de Edificações, Eletrônica, Eletrotécnica e Informática. Nesse mesmo ano, foi implantado também, o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – PROEJA. (IFTO - PPC LETRAS, 2012, p. 9-10). Em 2006, a ETF-Palmas passou a ofertar cursos superiores de graduação tecnológica em Construção de Edifícios, Gestão Pública, Sistemas Elétricos e Sistemas para Internet. (IFTO - PPC ENGENHARIA CIVIL, 2015).

Com a criação da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, a Escola Técnica Federal de Palmas integrou-se à Escola Agrotécnica Federal de Araguatins formando o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins. (IFTO, 2016).

Figura 7 – Campus Palmas/ IFTO

Fonte: Site do Campus Palmas/ IFTO – (2016).

Quadro 3 – Cursos ofertados pelo Campus Palmas/ IFTO – Ano 2015

PÓS-GRADUAÇÃO
Especialização em telemática
SUPERIORES
Sistema para Internet
Gestão Pública
Agronegócio
Gestão de Turismo
Licenciatura em Letras (Habilitação em Língua Portuguesa)
Licenciatura em Matemática
Licenciatura em Física
Licenciatura em Educação Física
Engenharia Civil
Engenharia Elétrica
TÉCNICOS INTEGRADOS AO ENSINO MÉDIO
Administração
Agrimensura
Agronegócio
Eletrotécnica
Eventos
Informática
Mecatrônica
TÉCNICOS SUBSEQUENTES

Agrimensura
Controle Ambiental
Mecatrônica
Edificações
Eletrotécnica
Informática
Secretariado
Segurança do trabalho
TÉCNICOS EAD
Controle ambiental
Administração
Secretariado
Agroecologia
Segurança do Trabalho
PROEJA
Atendimento
Manutenção e Operação de Computadores

Fonte: Elaborado pela autora.

3.3.2 Ensino Técnico Subsequente

Os cursos técnicos subsequentes, também chamados de cursos pós-médio, são cursos profissionalizantes destinados a alunos que já concluíram o Ensino Médio. Estes cursos conferem aos formados, diploma de técnico de nível médio. (IFPR, 2016).

O Decreto nº 2.208/97 estabeleceu para a educação profissional de nível técnico, a forma concomitante ou seqüencial. A partir do Decreto nº 5.154/2004, a denominação “seqüencial” foi alterada para “subsequente”, em função dos “cursos seqüenciais por campo do saber, de diferentes níveis de abrangência”, previstos no inciso I, do Artigo 44, da LDB, no capítulo da Educação Superior. (PARECER CNE/CEB Nº 39/2004).

De acordo com a Resolução CNE/CEB nº 06/2012:

Art. 29 Os cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio oferecidos nas formas *subsequente* e *articulada concomitante*, aproveitando as oportunidades educacionais disponíveis, portanto sem projeto pedagógico unificado, devem respeitar as cargas horárias mínimas de 800, 1.000 ou 1.200 horas, conforme indicadas para as respectivas habilitações profissionais no Catálogo Nacional de Cursos Técnicos, instituído e mantido pelo MEC.

Quadro 4 – O perfil do técnico subsequente do *Campus Palmas/IFTO*

TÉCNICO EM AGRIMENSURA
Objetivos: O Curso Técnico em Agrimensura tem por objetivo a formação de profissionais que venham a atuar na comunidade de modo a contribuir na solução de problemas que envolvam a aquisição, o armazenamento, a análise, a disseminação e o gerenciamento de dados espaciais; dentro de um espírito de liderança, colaboração, responsabilidade, boa conduta moral, ética profissional, e tendo, sobretudo o reconhecimento que ele é um cidadão, e que deve contribuir para a harmonia dentro da comunidade. Assim deverá trabalhar de forma precisa e para tanto deve ter competência suficiente para poder representar uma determinada localização espacial com posicionamento geográfico que atenda às normas técnicas vigentes. Logo, o curso se propõe a desenvolver no educando habilidades para poder trabalhar com as diferentes bases tecnológicas do mundo moderno.
Áreas de Atuação: Os profissionais desta área estão habilitados a trabalhar fundamentalmente com informação espacial fornecendo suporte a diversas áreas que necessitam de dados espacialmente relacionados como Construção Civil, Informática, Mineração, Agropecuária, Meio Ambiente, Transportes, Telecomunicações, Turismo, entre outras. Podendo trabalhar em levantamento e mapeamento de: loteamentos rurais e urbanos, georeferenciamento de imóveis, implantação de obras, redes de transmissão de energia, projetos de saneamento, ferrovias, estradas, projetos de irrigação.
Itinerário Formativo: O curso Técnico em Agrimensura é composto de quatro módulos semestrais, acrescidos de estágio curricular de 160 horas e de 40 horas complementares, totalizando 1466,67 horas. Ao completar os quatro módulos e o estágio curricular, o estudante receberá o Diploma de Técnico em Agrimensura.
TÉCNICO EM CONTROLE AMBIENTAL
Objetivos: O Curso Técnico em Controle Ambiental tem por objetivo formar profissionais que apresentem competências para desempenhar atividades visando ao controle da qualidade ambiental, o planejamento e a execução de projetos na área ambiental.
Áreas de Atuação: Controle da qualidade ambiental; planejamento e execução de projetos; acompanhamento e implementação de obras de saneamento básico e ambiental; desenvolvimento de soluções químicas; desenvolvimento de campanhas de mudanças, adaptações culturais e transformações de atividades; e condutas relativas ao meio ambiente.
Itinerário Formativo: O Curso Técnico em Controle Ambiental é composto de quatro módulos semestrais, acrescidos de estágio curricular de 200 horas, totalizando 1433 horas. Ao completar os quatro módulos e o estágio curricular, o estudante receberá o Diploma de Técnico em Controle Ambiental.
TÉCNICO EM EDIFICAÇÕES
Objetivos: O Curso Técnico em Edificações tem por objetivo a formação de profissionais responsáveis, criativos, críticos, conscientes da ética, com espírito de liderança e participantes no processo transformador da sociedade, tendo como principais atribuições: elaborar projetos arquitetônicos,

estruturais, de instalações hidráulicas e elétricas, fiscalizar e executar esses projetos (em obras de até 80 m² de área construída), além de auxiliar a execução de levantamentos topográficos, planejar e realizar orçamentos, acompanhar a execução de sondagens, realizar ensaios laboratoriais em solos e materiais de construção e realizar projetos por meio de sistemas informatizados.

Áreas de Atuação:

Na cadeia produtiva da indústria da construção civil, como: indústria de produtos, revendas de materiais, empresas de engenharia e arquitetura (nas áreas de projeto e execução de obras) e empresas de manutenção voltadas à área e instituições públicas. Empreender negócios em sua área de atuação.

Itinerário Formativo:

O Curso Técnico em Edificações é composto de quatro módulos semestrais, acrescidos de estágio curricular de 368 horas, totalizando 1700 horas. Ao completar os quatro módulos e o estágio curricular, o estudante receberá o Diploma de Técnico em Edificações.

TÉCNICO EM ELETROTÉCNICA

Objetivos:

O Curso Técnico em Eletrotécnica tem por objetivo o aprendizado de novas tecnologias, atualização perante o mercado, gestão de pessoas e problemas, buscando aumento da qualidade das instalações elétricas prediais e industriais, a automatização de sistemas industriais, a geração, transmissão e distribuição de energia. Ainda visa a desenvolver o espírito empreendedor dos futuros técnicos.

Áreas de Atuação:

Processo de produção e manutenção industrial, dentro das suas atribuições. Planejamento, projeto e execução de instalações elétricas prediais e industriais. Planejamento, projeto, execução, operação e manutenção de sistemas de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Empreender negócios em sua área de atuação.

Itinerário Formativo:

O Curso Técnico em Eletrotécnica é composto de quatro módulos semestrais, acrescidos de estágio curricular de 368 horas, totalizando 1700 horas. Ao completar os quatro módulos e o estágio curricular, o estudante receberá o Diploma de Técnico em Eletrotécnica.

TÉCNICO EM INFORMÁTICA

Objetivos:

O Curso Técnico em Informática tem por objetivo propiciar ao estudante a construção de competências profissionais que assegurem a formação necessária ao seu desenvolvimento integral, garantindo-lhe direito ao permanente desenvolvimento de aptidões para atuar na área de Informática em nossa sociedade, tendo em vista um significativo aumento da melhoria qualitativa em manutenção e operação de computadores, desenvolvimento de software, comunicação de dados e em programas de apoio às atividades empresariais, industriais, de comercialização e prestação de serviço.

Áreas de Atuação:

Atividades de instalação, configuração, operação e manutenção de microcomputadores, projeto e desenvolvimento de software, gerência e administração de redes de computadores. Além disso, ele pode atuar em empresas particulares e instituições públicas e, se preferir, empreender negócios em sua área de atuação.

Itinerário Formativo:

O Curso Técnico em Informática é composto de quatro módulos semestrais, acrescidos de estágio curricular de 368 horas, totalizando 1700 horas. Ao completar os quatro módulos e o estágio curricular, o estudante receberá o Diploma de Técnico em Informática.

TÉCNICO EM MECATRÔNICA**Objetivos:**

O Curso Técnico em Mecatrônica tem por objetivo desenvolver a capacidade de planejamento, entendimento, montagem, instalação, operação, manutenção e projeto (de média complexidade) de sistemas mecatrônicos, usados nos processos produtivos, industriais e na fabricação de equipamentos, ou para solucionar problemas relacionados à área, e ainda o desenvolvimento do espírito empreendedor do futuro técnico.

Área de atuação:

O Técnico em Mecatrônica pode desenvolver suas atividades em qualquer indústria de transformação, órgãos públicos, empresas prestadoras de serviços de controle; montagem, projeto e manutenção de sistemas eletroeletrônicos, eletropneumáticos, eletro hidráulicos e mecânicos; empreender negócios em sua área de atuação.

Itinerário Formativo:

O Curso Técnico em Mecatrônica é composto de quatro módulos semestrais, acrescidos de estágio curricular de 320 horas, totalizando 1653 horas. Ao completar os quatro módulos e o estágio curricular, o estudante receberá o diploma de Técnico em Mecatrônica.

TÉCNICO EM SECRETARIADO**Objetivos:**

O Curso Técnico em Secretariado tem por objetivo formar profissionais competentes, para atuar, preferencialmente, nas atividades de assessoria técnica, assessoria direta e administração em secretaria de empresas comerciais, industriais, agrícolas, cooperativas, prestadoras de serviços, instituições e órgãos de classe, do setor privado ou público.

Áreas de Atuação:

Assessoramento empresarial e processos das atividades de Secretariado; coordenação das operações de controle e avaliação do setor de atendimento; planejamento e execução de atividades sociais e eventos; planejamento de atividades de negócios de empresas.

Itinerário Formativo:

O Curso Técnico em Secretariado é composto de três módulos semestrais, acrescidos de estágio curricular de 200 horas, totalizando 1240 horas. Ao completar todos os módulos e o estágio curricular, o estudante receberá o Diploma de Técnico em Secretariado.

TÉCNICO EM SEGURANÇA DO TRABALHO**Objetivos:**

Formar profissionais de nível técnico na área de Saúde, com habilitação em Segurança do Trabalho, capazes de acompanhar atividades de planejamento, projeto e prevenção nos acidentes de trabalho; aplicar normas técnicas de saúde e segurança no trabalho e de controle de qualidade no processo industrial, aplicar técnicas de primeiros socorros e métodos de higiene e segurança no trabalho; identificar características, possibilidades e limites na área de atuação profissional, aplicar normas, métodos, técnicas e procedimentos estabelecidos, visando à qualidade e produtividade dos processos construtivos e de segurança dos trabalhadores; identificar e caracterizar situações de risco e aplicar métodos de eliminação ou de impactos

ambientais, avaliar os efeitos ambientais causados por resíduos sólidos, poluentes, atmosféricos e afluentes líquidos, identificando as consequências sobre a saúde humana e econômica.

Áreas de atuação:

Empresas da Indústria de construção civil, Construção e manutenção de sistemas elétricos; Empresas geradoras, transmissoras e distribuidoras de energia elétrica; Indústrias de transformação; Agroindústria; Empresas de projetos e de consultoria; Como profissional liberal ou empresário; Estabelecimentos de ensino; Prefeituras e outros órgãos governamentais; Empresas do sistema de saúde.

Itinerário Formativo:

O Curso Técnico em Segurança do Trabalho é composto de quatro módulos semestrais, acrescidos de estágio curricular de 200 horas, totalizando 1533 horas. Ao completar os quatro módulos e o estágio curricular, o estudante receberá o Diploma de Técnico em Segurança do Trabalho.

Fonte: Adaptado pela autora. Site do *Campus Palmas/IFTO* (2016).

3.3.3 O Ensino Técnico Subsequente e seus Impactos

De acordo com as concepções de Cohen & Franco (1999, p. 94):

O impacto é a consequência dos efeitos de um projeto ou prática social. Expressa o grau de consecução dos objetivos em relação à população-meta do projeto. E ainda, o impacto pode ser medido em distintas unidades de análise: a do indivíduo ou grupo familiar, ou em distintos conglomerados societários (comunitário, regional, nacional).

Para Bauer (2010), impactos são compreendidos como efeitos da intervenção que se mantêm em longo prazo.

Bickman (2005 apud MATOS, 2014, p. 7) conceitua avaliação de impacto como um procedimento que foca os resultados ou impactos de um programa, política, organização ou tecnologia. “Avaliações de impacto tipicamente tentam fazer inferência causal que conecta o avaliado com o resultado. [...] Avaliação de impacto também é referenciada como resultado, impacto ou avaliação somativa”.

O Ensino Técnico Subsequente, como ferramenta estratégica para a formação técnica, vem oportunizando a qualificação profissional, para aqueles que buscam a profissionalização e a adequação às novas exigências no mercado de trabalho, sendo indispensável “acompanhar o itinerário profissional do egresso, na perspectiva de identificar cenários junto ao mundo produtivo e retroalimentar o processo de ensino [...]”. (IFMG – 2016).

De acordo com Videira, Leite e Braga (2012), a expressão “qualidade educacional” está diretamente ligada a aspectos referentes à eficiência, a eficácia, a

efetividade e a relevância nos sistemas educacionais e instituições. Esses são considerados alicerces da qualidade em Educação.

3.4 AS NOVAS COMPETÊNCIAS PARA O MUNDO DO TRABALHO

Desde a década de 90 o sistema operacional dos mercados produtivos tomou novos rumos, passando por profundas mudanças fruto dos avanços tecnológicos. O modelo fordista, caracterizado pela produção em série e rigorosa hierarquia de funções foi gradativamente substituído por um modelo de empresa mais flexível e automatizado, tendo como mecanismo essencial a tecnologia da informação. (SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO, 2001).

Segundo Catani, Oliveira e Dourado (2001 apud XAVIER e KOIFMAN, 2011, p.2), “tecnologia tornou-se fator fundamental no contexto em que a competitividade e a produtividade se tornaram dogmas absolutos e sinônimo de luta pela sobrevivência no mundo dos negócios”.

A crise econômica, fator em evidência na atualidade, também impõe às empresas identificarem novas oportunidades e nichos de mercado para introduzi-las em suas organizações. (RETAMAL, 2010). Tais fatores conduzem a um delineamento de estratégias de trabalho, somadas à adesão de colaboradores capazes de canalizar suas aptidões e atitudes a favor de resultados que agreguem valor à empresa.

Com vistas à almejada vantagem competitiva, as empresas buscam profissionais com múltiplas competências e habilidades,

[...] para enfrentarem uma família de situações análogas, mobilizando de forma correta, rápida, pertinente e criativa, recursos cognitivos: saberes, capacidades, microcompetências, informações, valores, atitudes, esquemas de percepção, de avaliação e de raciocínio. (PERENOUD, 2002. p. 19).

Machado (2012, p. 18) confirma as palavras de Perenoud quando diz que “o mundo corporativo, hoje, requer profissionais que possuam o domínio de sua especialidade e tenham capacidade de execução e desempenho”.

Quadro 5 - Relação entre educação profissional, visão pedagógica e trabalho.

CONCEITO	VISÃO PEDAGÓGICA	MARCOS	PERFIL DO TRABALHADOR /TRABALHO
Educação para a formação de mão-de-obra. Destinada aos “pobres e desafortunados”.	Desvinculada do ensino científico. Socializar a criança cedo para preparar mão-de-obra dócil para funções subalternas.	1909 Criação da Rede Federal de Ensino Profissional. Escolas de Aprendizizes Artífices.	O trabalhador devia ser capaz de apenas executar as tarefas. Trabalho redentor, atrelado ao disciplinamento e a ordem.
Aperfeiçoamento da mão de obra para atender demandas específicas de um mundo que passa por mudanças tecnológicas que requerem melhor formação para execução de tarefas especializadas.	Pedagogia tecnicista. Ação pedagógica fragmentada, ensino médio profissionalizante. (1971)	1937 Promulgação da Constituição que trata em seu artigo 129 especificamente da educação profissional e industrial	Executa as tarefas mecanicamente, sem compreensão do processo como um todo. Atende as orientações do taylorismo/fordismo. Mercado de trabalho: conceito relacionado à produtividade.
		1971 Promulgação da Lei 5.692 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. A Lei traz o conceito de mercado de trabalho e qualificação profissional para o nível 2º grau. Referenda o ensino tecnicista como preparação da mão de obra para atuar na crescente indústria nacional e nas multinacionais instaladas no país.	
Formação do cidadão trabalhador. Relacionado aos conceitos modernos de trabalho onde o trabalhador é tido não apenas como quem faz. Implica relações sociais, intervenção e posicionamento crítico frente ao que lhe é apresentado.	Pedagogia das Competências Remete ao ensino politécnico.	1996 Promulgação da Lei 9.394 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional e traz o conceito de mundo do trabalho e o preparo para o trabalho e a cidadania.	Multifuncional e bem qualificado. O trabalhador é preparado para conhecer todos os processos de produção, podendo atuar em várias áreas do sistema produtivo da empresa (Toyotismo). Mundo do trabalho: somam-se as relações sociais às relações técnicas que perpassam o universo do trabalho.

Fonte: Adaptado pela autora. Site do IFTO (2013).

Fleury e Fleury (2001, p.186) dizem que:

Trabalho não é mais o conjunto de tarefas associadas descritivamente ao cargo, mas se torna o prolongamento direto da competência que o indivíduo mobiliza em face de uma situação profissional cada vez mais mutável e complexa.

Os fenômenos decorrentes do desenvolvimento do modo de produção capitalista desencadeiam desafios a serem enfrentados constantemente na educação brasileira, uma vez que as mudanças nos paradigmas do mundo dos negócios evidenciam a necessidade de reestruturação no sistema de ensino, em especial, na educação profissionalizante que essencialmente prepara o educando para o mercado de trabalho.

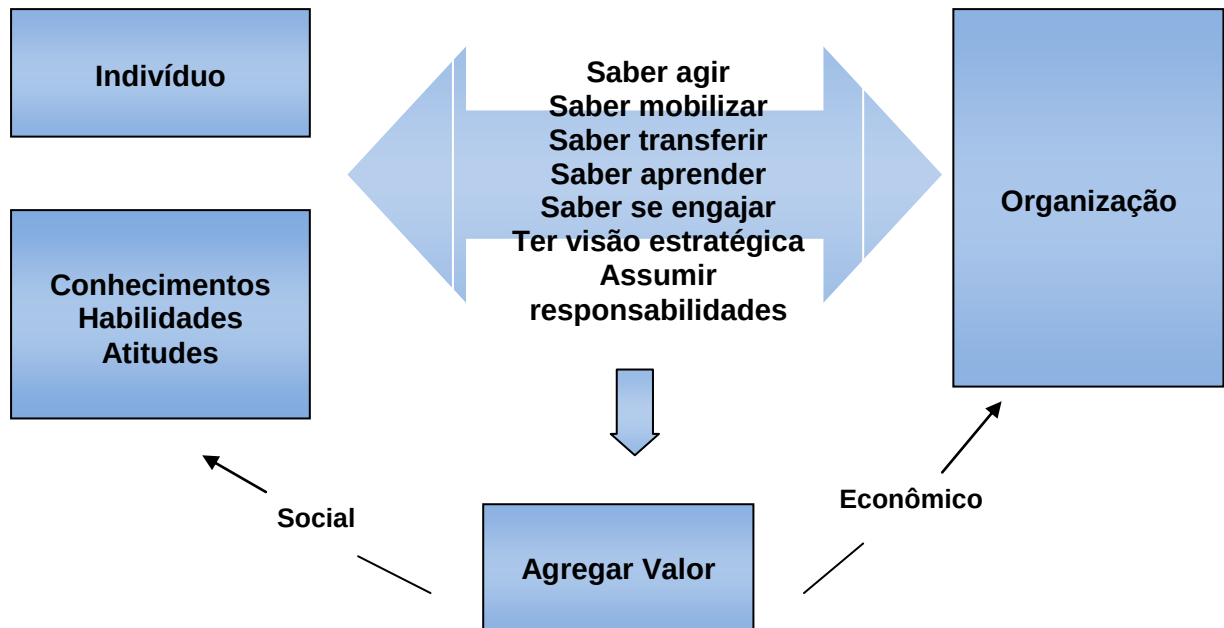
O processo produtivo, à medida que modifica e evolui o mecanismo de produção mecânica para tecnológica, exige modificações também na formação do trabalhador quanto a seus conhecimentos e técnicas para atender esse processo produtivo (GALVANIN, 2005, p.2).

Nesta linha de considerações, Martins (2002) afirma que a exigência de profissionais polivalentes, cooperativos e capazes de desempenhar toda sua potencialidade de aprendizagem e de trabalho, assim como a eleição do conhecimento como agente propulsor desta fase de reorganização do capitalismo, constituíram o cenário cultural que vem configurando as mudanças expressadas no conceito de educação necessária para a formação dessa mão de obra.

Para Santos (2010, p. 137):

[...] têm-se empreendido esforços para formar competências sociais e profissionais no conjunto da classe trabalhadora em busca da formação de um trabalhador de novo tipo, mais adaptado à volatilidade do mercado e à velocidade das mudanças no trabalho e na produção, propiciadas pelo avanço da ciência e da tecnologia.

Figura 8 - Competências como fonte de valor para o indivíduo e para a organização



Fonte: Adaptado pela autora. Fleury & Fleury (2001).

Ao desenvolver essas competências, o indivíduo contribui para o efetivo crescimento da empresa, tornando-se um importante colaborador, com chances reais de conquistar promoções de cargo e aumentos salariais.

De acordo com Pinto (2004), a obrigação de um domínio cada vez maior de conhecimentos e habilidades diante da realidade diversa e complexa, impõe novas concepções de educação, escola e ensino.

Silva (2011, p.164) destaca que os profissionais da atualidade precisam transitar:

[...] com autonomia no mercado de trabalho, tendo emprego formal, de modo que suas necessidades imediatas sejam atendidas, sem que se perca de vista “o foco da formação cidadã, cujos objetivos de ensino passam pela criatividade, consciência, criticidade, autonomia e competência”.

Ressaltando ainda que:

“A organização desses Institutos, segundo o MEC, tem o objetivo de funcionar como “centros de excelência na formação de profissionais para as mais diversas áreas da economia e de professores para a escola pública”. (BRASIL, MEC/SETEC, 2008).

3.4.1 Arranjos Produtivos Locais no Tocantins (APLs)

Em resposta à crescente globalização dos mercados e consequente flexibilização e desregulamentação das relações produtivas e trabalhistas, foram criados os Arranjos Produtivos Locais (APLs), que constituem uma aglomeração de empresas setorialmente especializadas e geograficamente próximas, que mantêm vínculos de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais, como: governo, associações empresariais, instituições de crédito, ensino e pesquisa, objetivando a elevação da competitividade de pequenos negócios, com resultados para o desenvolvimento econômico dos municípios. (FUINI, 2008).

Segundo Fleury (2006), houve um considerável crescimento econômico nas regiões periféricas do Brasil, configurando um novo processo de interiorização da atividade econômica brasileira. Esse processo de deslocamento da atividade econômica esteve associado ao dinamismo de aglomerações.

Fleury (2006, p.330), afirma que

Essas aglomerações, quando apresentam um razoável grau de coordenação interior, envolvendo articulação entre as empresas e entre essas e outras instituições públicas ou privadas, são denominadas “arranjos produtivos locais (APLs).

Conforme Ribeiro (2013, p. 102):

Os APLs se apresentam, assim, como caminhos para o desenvolvimento baseado em atividades que levam à expansão da renda, do emprego e da inovação. Espaços econômicos renovados, onde as pequenas empresas podem se desenvolver usufruindo as vantagens da localização, a partir da utilização dos princípios de organização industrial como alavanca para o desenvolvimento local, pela ajuda local às micro, pequenas e médias empresas (PMEs), trabalhando paralelamente estratégias de aprendizagem coletiva direcionada à inovação e ao crescimento descentralizado, enraizado em capacidades locais.

Os Arranjos Produtivos Locais são uma ferramenta importante do governo federal para regionalizar o Plano Brasil Maior, lançado em 2011 pelo Governo Federal com o objetivo de fortalecer e incrementar a indústria nacional. A política de APLs ficou mais robusta com o lançamento da Segunda Geração da Política de Arranjos Produtivos Locais, no final de 2012. (PORTAL FEDERATIVO, 2014).

Municípios que são fortes em uma determinada cadeia produtiva, como confecção, artesanato ou tecnologia da informação, por exemplo, podem se organizar para criar um Arranjo Produtivo Local (APL) e ter acesso facilitado a linhas específicas de financiamento e políticas do governo federal para incremento dos negócios. (PORTAL FEDERATIVO, 2014).

O objetivo no novo programa é integrar ações do governo, como o Plano Brasil sem Miséria, Plano de Desenvolvimento Regional e o Brasil Maior. Outra ação regional do Plano Brasil Maior foi a realização de seminários estaduais em todos os estados e no Distrito Federal para discutir medidas do plano e como elas podem ser integradas com políticas estaduais e municipais de apoio à indústria. (PORTAL FEDERATIVO, 2014).

Machado (2016) expõe que:

No Tocantins, os pré-diagnósticos dos aglomerados foram iniciados no Tocantins em 2011, gerenciados pela Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia, Turismo e Cultura (Seden), com a elaboração do plano de desenvolvimento do artesanato de capim dourado da região do Jalapão, e hoje já são cinco setores atendidos: piscicultura, cana de açúcar, artesanato com Capim Dourado, Flores Tropicais e a mandioca.

De acordo com os dados do Observatório Brasileiro de APLs:

O Tocantins possui 22 arranjos produtivos locais identificados, sendo nove cidades polos, com destaque para Palmas e Araguaína; e 14 setores produtivos, distribuídos entre agricultura, apicultura, economia criativa e artesanato. (MACHADO, 2016)

3.4.2 Sistema Nacional de Emprego (SINE)

Criado a partir da Convenção nº 88 da Organização Internacional do Trabalho (OTI) e por meio do Decreto nº 76.403, de 08 de outubro de 1975, o SINE é um órgão do governo federal, que promove ações integradas (intermediações de mão de obra, qualificação profissional e emissão de CTPS, entre outros), para a (re)inserção de trabalhadores no mercado de trabalho. Com agências existentes em todo o Brasil, o SINE é coordenado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, sob a responsabilidade da Secretaria de Políticas de Emprego e Salário. (SETAS, 2016)

O Sistema Nacional de Emprego tem a seguinte finalidade:

Implantar serviços e agências de colocação em todo o país; estabelecer condições para adequação entre a demanda de mercado de trabalho e a força de trabalho, em todos os níveis de capacitação; e organizar um sistema de informações e pesquisas sobre o mercado de trabalho capaz de subsidiar a operacionalidade da política de emprego. (LABOISSIÈRE, 2015, p. 62).

Com a instituição da Lei nº 7.998/1990 e suas alterações, as ações do SINE passaram a fazer parte do Programa de Seguro-desemprego. (PORTAL DO FUNDO DE AMPARO AO TRABALHADOR, 2017).

No Tocantins, os núcleos do Sistema Nacional de Emprego estão jurisdictionados à Secretaria do Trabalho e Assistência Social do Estado, sendo que em Palmas, existe o SINE estadual e o SINE municipal. (SETAS, 2016).

Quadro 6 – Vagas cadastradas no SINE de Palmas em 2015 e 2016

Ocupação	2015	2016	Total
Técnico de apoio ao usuário de informática (helpdesk)	0	1	1
Técnico de controle de meio ambiente	0	0	0
Técnico de manutenção eletrônica	6	6	12
Técnico de obras civis	8	3	11
Técnico em agrimensura	0	1	1
Técnico em manutenção de equipamentos de informática	20	8	28
Técnico em mecatrônica – automação da manufatura	0	1	1
Técnico em mecatrônica - robótica	1	-	1
Técnico em secretariado	1	0	1
Técnico em segurança no trabalho	12	4	16
Total	48	24	72

Fonte: Adaptado pela autora. SINE (2016).

3.4.3 Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED)

O CAGED foi constituído pela Lei nº 4.923/65, “como registro permanente de admissões e dispensa de empregados, sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)”. Este cadastro integra também, o Programa de Seguro-Desemprego. (MINISTÉRIO DO TRABALHO, 2015).

Os dados abaixo são referentes aos trabalhadores admitidos e desligados, no município de Palmas, entre os anos de 2015 e 2016, organizados por faixa etária

e funções técnicas relacionadas aos cursos subsequentes ofertados no *Campus* Palmas/IFTO.

Quadro 7 – Trabalhadores admitidos e desligados em 2015 - por faixa etária

2015												
Ocupação	Faixa Etária											
	Até 17 anos		18 a 24		25 a 29		30 a 39		40 a 49		50 a 64	
	Adm	Desl	Adm	Desl	Adm	Desl	Adm	Desl	Adm	Desl	Adm	Desl
Técnico de apoio ao usuário de informática (helpdesk)	0	0	7	4	5	1	6	5	0	1	0	0
Técnico de controle de meio ambiente	0	0	1	1	0	1	0	2	0	1	0	2
Técnico de manutenção eletrônica	0	0	1	2	3	5	1	5	0	1	0	0
Técnico de manutenção eletrônica (Circuitos de máquinas com comendo numérico)	0	0	1	0	0	0	1	1	0	0	0	0
Técnico de obras civis	0	0	10	14	6	17	3	12	0	3	0	0
Técnico em agrimensura	0	0	1	1	1	1	2	0	0	1	0	0
Técnico em manutenção de equipamentos de informática	1	1	19	20	10	8	3	6	3	2	0	0
Técnico em mecatrônica – automação da manufatura	0	0	1	0	0	1	2	4	0	0	0	2
Técnico em mecatrônica - robótica	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0
Técnico em secretariado	1	0	7	9	10	7	6	4	1	2	0	1
Técnico em segurança no trabalho	1	1	10	8	13	22	17	27	10	11	3	7
Total	3	2	58	62	50	65	39	68	14	23	3	12

Fonte: Adaptado pela autora. CAGED (2016).

Quadro 8 – Trabalhadores admitidos e desligados em 2016 - por faixa etária

2016												
Ocupação	Faixa Etária											
	Até 17 anos		18 a 24		25 a 29		30 a 39		40 a 49		50 a 64	
	Adm	Desl	Adm	Desl	Adm	Desl	Adm	Desl	Adm	Desl	Adm	Desl
Técnico de apoio ao usuário de informática (helpdesk)	0	0	5	6	2	1	1	3	1	0	0	0
Técnico de controle de meio ambiente	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0
Técnico de manutenção eletrônica	1	1	1	0	0	1	0	1	0	0	0	0
Técnico de obras	0	0	6	9	6	5	3	3	1	0	0	0

civis												
Técnico em agrimensura	0	0	0	1	1	1	1	1	0	0	0	0
Técnico em manutenção de equipamentos de informática	0	0	9	6	1	2	4	8	1	2	0	0
Técnico em mecatrônica - robótica	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0
Técnico em secretariado	1	0	11	11	3	2	2	5	0	2	2	0
Técnico em segurança no trabalho	0	0	4	6	6	6	13	14	3	2	2	3
Total	2	1	36	39	19	19	24	37	6	6	4	3

Fonte: Adaptado pela autora. CAGED (2016).

Quadro 9 – Trabalhadores admitidos e desligados em 2015 – por gênero

2015						
Ocupação	Gênero					
	Masculino		Feminino		Total	
	Admitidos	Desligados	Admitidos	Desligados	Admitidos	Desligados
Técnico de apoio ao usuário de informática (helpdesk)	16	8	2	3	18	11
Técnico de controle de meio ambiente	0	6	1	1	1	7
Técnico de manutenção eletrônica	5	13	0	0	5	13
Técnico de manutenção eletrônica (Circuitos de máquinas com comendo numérico)	2	1	0	0	2	1
Técnico de obras civis	17	38	2	8	19	46
Técnico em agrimensura	4	2	0	1	4	3
Técnico em manutenção de equipamentos de informática	35	36	1	1	36	37
Técnico em mecatrônica – automação da manufatura	2	13	1	1	3	14
Técnico em mecatrônica - robótica	0	1	0	0	0	1
Técnico em secretariado	4	3	21	20	25	23
Técnico em segurança no trabalho	39	53	15	23	54	76
Total	124	174	43	58	167	232

Fonte: Adaptado pela autora. CAGED (2016).

Quadro 10 – Trabalhadores admitidos e desligados em 2016 – por gênero

2016						
Ocupação	Gênero					
	Masculino		Feminino		Total	
	Admitidos	Desligados	Admitidos	Desligados	Admitidos	Desligados
Técnico de apoio ao usuário de informática (helpdesk)	8	8	1	2	9	10
Técnico de controle de meio ambiente	0	3	0	0	0	3
Técnico de manutenção eletrônica	2	3	0	0	2	3
Técnico de obras civis	12	16	4	1	16	17
Técnico em agrimensura	2	2	0	1	2	3
Técnico em manutenção de equipamentos de informática	15	18	0	0	15	18
Técnico em mecatrônica - robótica	0	1	0	0	0	1
Técnico em secretariado	2	1	17	19	19	20
Técnico em segurança no trabalho	22	20	6	11	28	31
Total	63	72	28	34	91	106

Fonte: Adaptado pela autora. CAGED (2016).

4 METODOLOGIA

Para a realização deste trabalho foi feito um estudo de caso, utilizando o método qualitativo do tipo descritivo, com procedimentos técnicos de pesquisa bibliográfica, documental e aplicação de questionários, que fundamentaram a interpretação dos dados e a constatação dos resultados.

O estudo de caso “consiste no estudo profundo e exaustivo de um ou mais objetos, de maneira que permita seu amplo e detalhado conhecimento.” Define-se, também, um estudo de caso como: “[...] uma estratégia de pesquisa que busca examinar um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto. [...] (GIL, 2010, p. 37).

Segundo Maanem (1979 apud NEVES, 1996), a pesquisa qualitativa interpreta os fenômenos do mundo social, possibilitando “reduzir a distância entre indicador e indicado, entre teoria e dados, entre contexto e ação”. Complementada por Denzin e Lincoln (2006 p. 23) os quais acreditam que esta abordagem busca soluções para as questões que realçam o modo como a experiência social é criada e adquire significado.

Nesse prisma, Antonio Chizzotti (2010, p. 28) afirma que:

O termo qualitativo implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma atenção visível.

Para Oliveira (2002), a abordagem qualitativa facilita a descrição da “complexidade de uma determinada hipótese ou problema”, a análise de variáveis, a compreensão e classificação de experiências vividas por grupos sociais, auxilia na interpretação das particularidades comportamentais e atitudinais dos envolvidos, contribuindo para a proposição de soluções e implementação de mudanças.

Segundo os autores Cervo, Bervian e Silva, esse tipo de pesquisa:

[...] observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los... busca conhecer as diversas situações e relações que ocorrem na vida social, política, econômica e demais aspectos do comportamento humano, tanto do indivíduo tomado isoladamente como de grupos e comunidades mais complexas. (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007, p.61-62).

De acordo com Prodanov e Freitas (2013, p. 131):

[...] o pesquisador deve iniciar amplo levantamento das fontes teóricas (relatórios de pesquisa, livros, artigos científicos, monografias, dissertações e teses), com o objetivo de elaborar a contextualização da pesquisa e seu embasamento teórico, o qual fará parte do referencial da pesquisa na forma de uma revisão bibliográfica (ou da literatura), buscando identificar o “estado da arte” ou o alcance dessas fontes.

Essas providências mostrarão até que ponto esse tema já foi estudado e discutido na literatura pertinente. Convém estabelecer um marco teórico de referência (corte epistemológico-estabelecimento dos níveis de reflexão e de objetividade do conhecimento referentes aos modos de observação e experimentação) e sua abrangência em termos temporais.

Nessa etapa, como o próprio nome indica, analisamos as mais recentes obras científicas disponíveis que tratem do assunto ou que deem embasamento teórico e metodológico para o desenvolvimento do projeto de pesquisa.

O estudo teve como públicos-alvo os egressos de 2015 dos cursos técnicos subsequentes de Agrimensura, Controle Ambiental, Edificações, Eletrotécnica, Informática, Mecatrônica, Secretariado, Segurança do Trabalho, do *Campus* Palmas/IFTO, bem como dirigentes de empresas privadas deste município, que atuam nos ramos relacionados aos cursos.

Quadro 11 – Quantitativo de alunos dos cursos técnicos subsequentes que formaram em 2015

CURSOS TÉCNICOS SUBSEQUENTES	EGRESSOS DE 2015
Agrimensura	25
Controle ambiental	14
Edificações	10
Eletrotécnica	30
Informática	11
Mecatrônica	28
Secretariado	6
Segurança do Trabalho	29
TOTAL DE EGRESSOS	153

Fonte: Elaborado pela autora. Atas de colação de 2015 do *Campus* Palmas/IFTO.

Por problemas no sistema de informação do IFTO relacionados aos cadastros de egressos que iniciaram as formações antes de 2015, foram disponibilizados, pelo instituto, (81) contatos telefônicos, de um total de (153) egressos.

De modo que, dentre os (81) contatos, (7) deles foram constatados como inexistentes; (4) foram feitas tentativas de chamadas, em dias alternados, porém não

atenderam às ligações; (4) estavam com os números bloqueados; (3) os números de celulares pertencem a outras pessoas; e (3) estavam com o telefone fora da área de cobertura. Assim sendo, a pesquisa teve a participação de (60) egressos dos cursos técnicos subsequentes de 2015.

Quanto às empresas, o questionário foi aplicado a (7) empresários e (19) responsáveis pelos departamentos de Recursos Humanos (RH) das empresas selecionadas, visto que, no momento do contato telefônico, quando preliminarmente foram solicitadas as aplicações do questionário e apresentados os objetivos do mesmo, houve o encaminhamento para os respectivos RH, em razão das informações almejadas para esta pesquisa, só poderem ser respondidas, com precisão, pelos responsáveis pelos referidos setores.

Os instrumentos utilizados para a coleta de dados foram constituídos pela fundamentação teórica, enfatizando o contexto histórico e legal, com a visão de diversos autores sobre a Educação Profissional e suas especificidades. Foi realizada ainda, a pesquisa documental por meio de acervos disponibilizados no site do *Campus Palmas/ IFTO*, na Coordenação de Integração do Serviço Empresa-Escola (CISEE), e no Departamento de Desenvolvimento Institucional do *Campus Palmas*.

A pesquisa documental é muito próxima da pesquisa bibliográfica. O elemento diferenciador está na natureza das fontes: a pesquisa bibliográfica remete para as contribuições de diferentes autores sobre o tema, atentando para as fontes secundárias, enquanto a pesquisa documental recorre a materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou seja, as fontes primárias. Essa é a principal diferença entre a pesquisa documental e pesquisa bibliográfica. No entanto, chamamos a atenção para o fato de que: “na pesquisa documental, o trabalho do pesquisador (a) requer uma análise mais cuidadosa, visto que os documentos não passaram antes por nenhum tratamento científico” (OLIVEIRA, 2007, p. 70).

A análise documental permite a verificação do processo de maturação ou de evolução de indivíduos, grupos, conceitos, conhecimentos, comportamentos, mentalidades, práticas, entre outros. (CELLARD, 2008).

Para identificação de variáveis que caracterizam a realidade profissional e a visão sobre os cursos técnicos subsequentes do *Campus Palmas/ IFTO*, foram aplicados questionários com questões abertas e fechadas para os dois públicos-alvo, dispostos nos apêndices D e E.

Segundo Marconi e Lakatos (1996), o questionário é um instrumento de coleta de dados que possui várias vantagens, dentre as quais se pode destacar o fato de

que este atinge, simultaneamente, um maior número de pessoas, obtendo respostas mais rápidas e mais precisas.

De acordo com Gil (1999), o questionário é uma técnica de investigação composta por questões apresentadas por escrito às pessoas, com o intuito de saber as opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas e situações vivenciadas etc.

Conforme apresentado no apêndice A, em 24 de agosto de 2016 foi encaminhada à Direção Geral do IFTO a solicitação para autorizar o fornecimento dos nomes e dados telefônicos dos egressos de 2014 e 2015, assim como os nomes e contatos telefônicos das empresas que mantêm parcerias de estágios com o *Campus Palmas – IFTO*, visando à aplicação de questionários, com o intuito de coletar dados para a verificação, análise e tabulação dos resultados.

De acordo com o apêndice B, em 24 de outubro de 2016 foi encaminhada à Direção de Relações Empresariais e Comunitárias – DIREC a solicitação para autorizar a realização de chamadas telefônicas destinadas à aplicação dos referidos questionários.

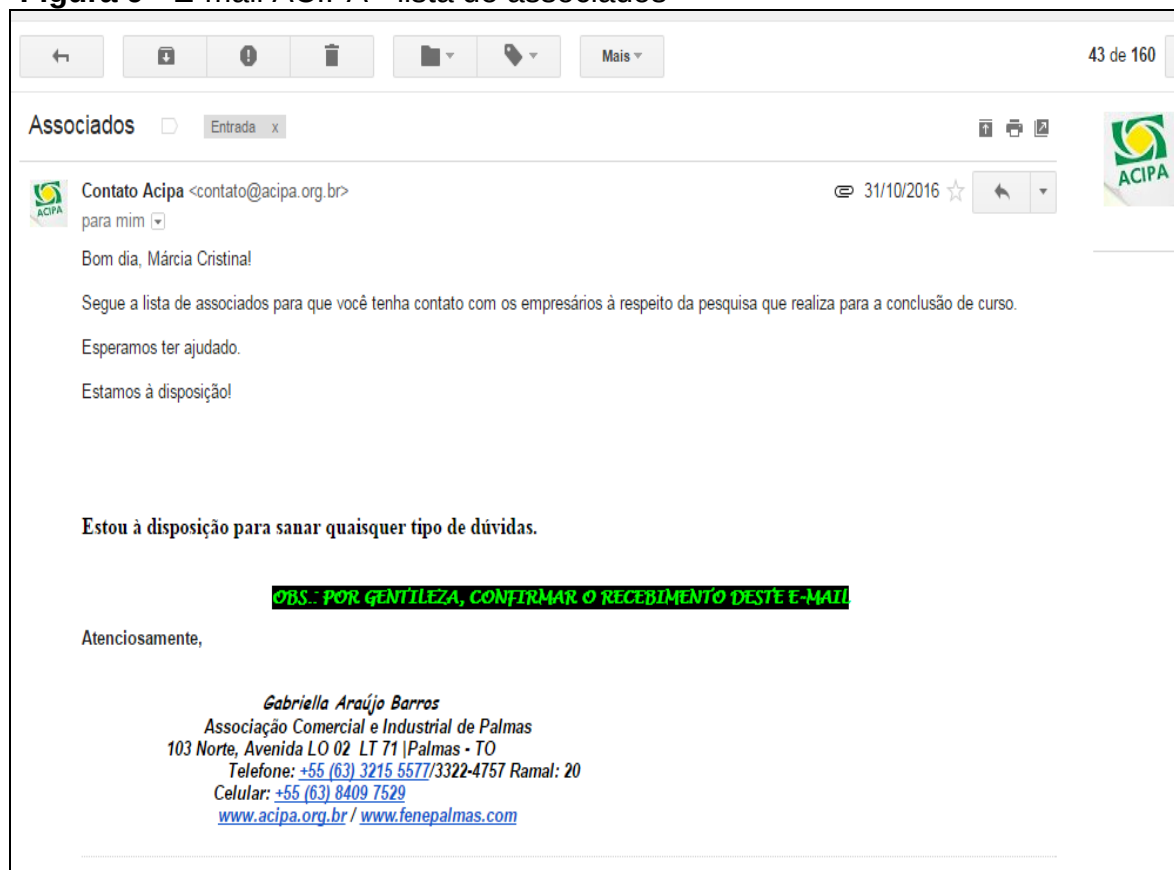
Este estudo de caso teve como meta inicial a participação dos egressos dos anos de 2014 e 2015 dos cursos técnicos subsequentes, além de empresários dos setores produtivos de Palmas. No entanto, em razão de não constar no sistema de informação da Instituição os contatos telefônicos dos egressos de 2014, além de 72 contatos dos egressos de 2015, a pesquisa foi redimensionada a 81 egressos de 2015, os quais o *Campus Palmas/IFTO* disponibilizou os nomes e os contatos telefônicos.

Ainda na tentativa de concretizar a meta inicial do presente estudo, conforme o apêndice C, no dia 09 de dezembro de 2016 foi encaminhada uma nova solicitação à Direção Geral do IFTO para autorizar o fornecimento dos nomes e contatos telefônicos dos egressos de 2014 e dos 72 egressos de 2015. Porém, devido não haver um registro informatizado e atualizado desses egressos no *Campus Palmas*, o estudo permaneceu conforme as possibilidades redimensionadas.

Para organizar de forma mais precisa a aplicação do questionário aos participantes deste estudo que atuam nos setores produtivos privados, foi solicitado junto à Associação Comercial e Industrial de Palmas - ACIPA, em 26 de outubro de 2016, os nomes de empresas que atuam nas áreas específicas que envolvem os

curso técnicos subsequentes do *Campus* Palmas/IFTO, com seus contatos telefônicos. A ACIPA prontamente atendeu à solicitação, que foi de grande valia para a definição das empresas as quais foi aplicado o questionário.

Figura 9 - E-mail ACIPA - lista de associados

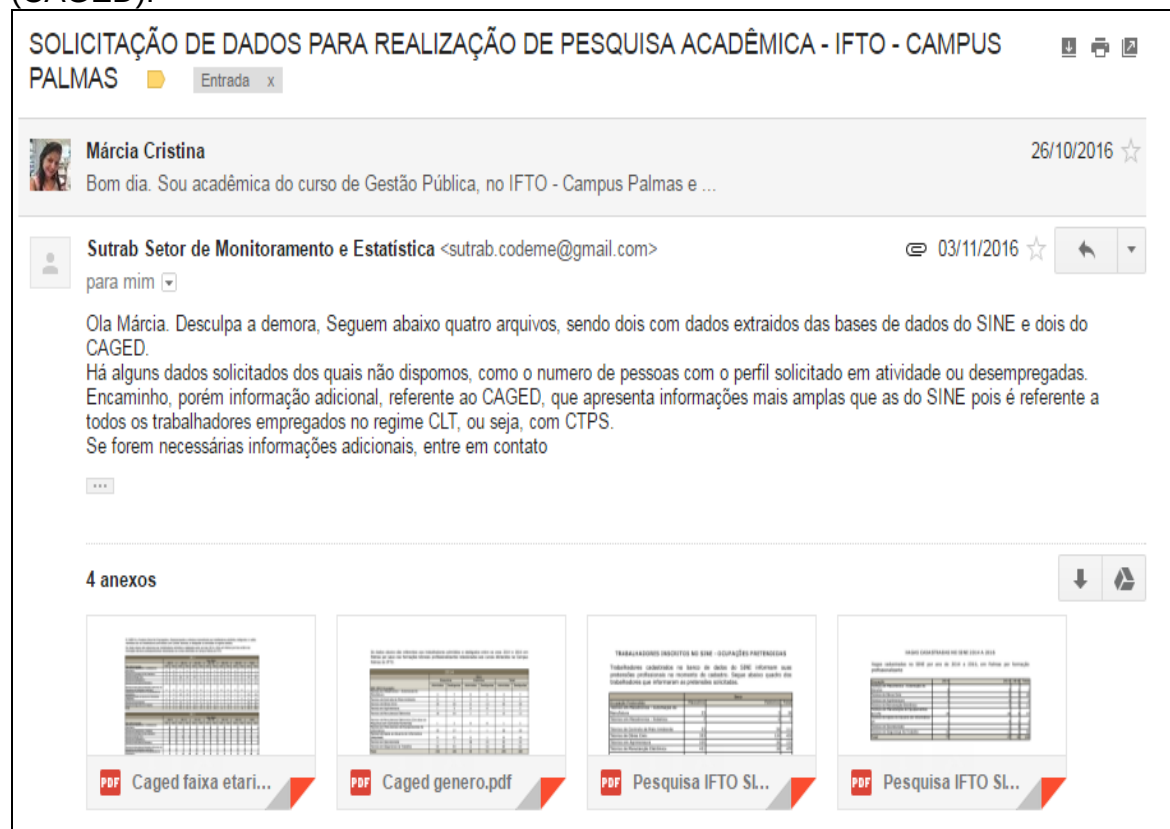


Fonte: Elaborado pela autora.

No processo de escolha das empresas para a aplicação do questionário houve ainda, a cooperação do CISEE do *Campus* Palmas, que forneceu os nomes e contatos das organizações da iniciativa privada de Palmas que mantêm parcerias de estágios com o referido *Campus* Palmas.

Ainda em 26 de outubro de 2016, foi solicitado junto ao Sistema Nacional de Emprego - SINE dados sobre vagas de trabalho referentes ao município de Palmas/TO, para conhecimento dos quantitativos relacionados à empregabilidade nesta capital. A solicitação foi atendida em 03 de novembro de 2016.

Figura 10 - E-mail SINE - vagas de trabalho (SINE) e admissões/desligamentos (CAGED).



Fonte: Elaborado pela autora.

Antes de aplicar definitivamente os questionários, foi feito um pré-teste com 2 egressos e 2 empresários, a fim de verificar se haveria ou não a necessidade de readequar as questões.

Após o aprimoramento das questões, houve a aplicação dos questionários a 60 egressos de 2015 e 26 dirigentes de empresas dos setores produtivos de Palmas, todos via telefone, os quais foram informados sobre os objetivos da abordagem telefônica e deram consentimento verbal para a aplicação dos questionários. Estes contatos telefônicos ocorreram entre os meses de outubro e dezembro de 2016.

Na aplicação do questionário aos dirigentes das empresas selecionadas, houve certa resistência para responderem os questionamentos pelo fato de estarem ocupados no momento da ligação, por desinteresse, números telefônicos inexistentes e por alguns dos empresários ou responsáveis pelos RH não se encontrarem nas empresas. Assim, foi aplicado o questionário com 10 questões, conforme área de atuação/área do curso técnico subsequente do *Campus Palmas/IFTO*.

Os questionamentos foram orientados por meio do nível de concordância da escala Likert, com até 5 pontos.

Conforme Nogueira (2002, p. 5):

A escala de Likert, que consiste de uma série de afirmações a respeito de um determinado objeto. Para cada afirmação há uma escala de cinco pontos, correspondendo nos extremos a "concordo totalmente" e "discordo totalmente". Uma aplicação típica apresenta um número de afirmações em torno de 20, com escala de resposta de 1 a 5. Também se utiliza a inversão de parte das afirmações para que não ocorra o efeito de halo, isto é, que o respondente marque uma alternativa em função unicamente da sua marcação para a afirmação anterior. O valor da medida é obtido através da soma dos valores das respostas às afirmações (tomando-se o cuidado de reinverter os valores dos itens previamente invertidos).

Os dados coletados foram lidos, organizados, inferidos e tabulados, utilizando valores quantitativos e percentuais, com apresentação gráfica.

O processamento é um “tratamento sistemático de dados, [...] com o objetivo de ordenar, classificar ou efetuar quaisquer transformações de dados, segundo um plano previamente programado, visando à obtenção de um determinado resultado”. (HOUAISS e VILLAR, 2005, p.28).

O material elaborado a partir dos dados coletados e da construção dos gráficos, fundamentado pelo referencial teórico, compôs a base da averiguação deste estudo, que será apresentado a seguir.

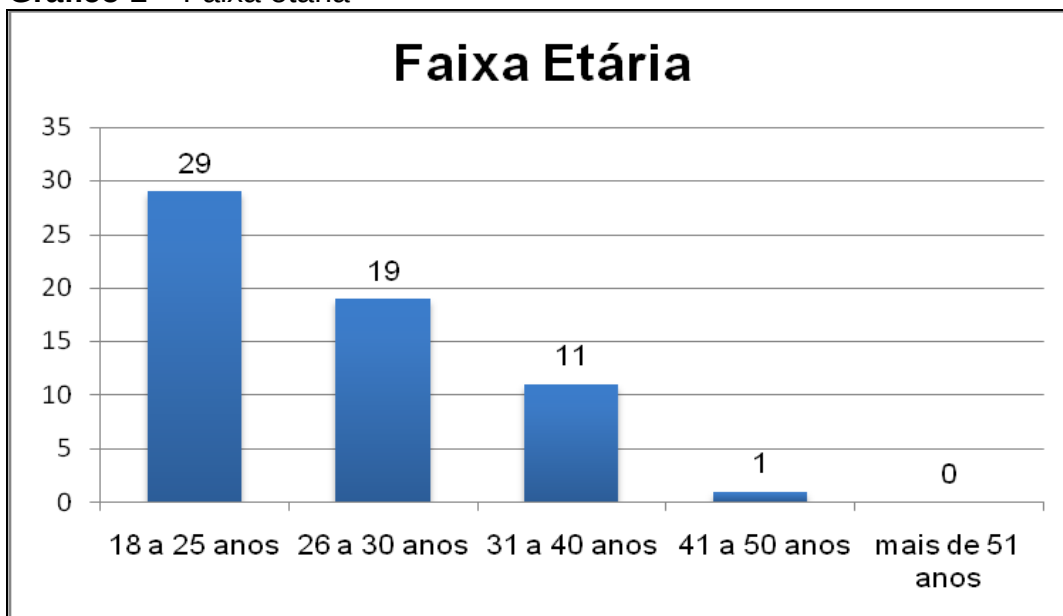
6 ANÁLISE DOS RESULTADOS E DISCUSSÕES

A partir das inferências dos dados coletados, os resultados foram organizados da seguinte forma: os gráficos 1 a 20, referem-se ao questionário aplicado para os egressos; o quadro 12 e os gráficos 21 a 29, dizem respeito ao questionário destinado à classe empresarial de Palmas. Deste modo, o gráfico 1 dispõe sobre a faixa etária dos egressos de 2015; gráfico 2 mostra os cursos técnicos subsequentes do Campus Palmas/IFTO que constituíram este estudo, com os percentuais de egressos que participaram da pesquisa; gráfico 3 mostra o total de egressos de 2015 que concluíram os cursos no tempo previsto para o término; gráfico 4 expõe a quantidade de egressos que estão cursando alguma formação; gráfico 5 apresenta as qualificações que os egressos estão formando ou formaram, após a conclusão do curso técnico; gráfico 6 mostra os motivos pelos quais alguns egressos não estão estudando na atualidade; gráfico 7 apresenta, em percentuais, os egressos que trabalham na área formação, egressos que atuam em outra área, os que estão desempregados e os que estão apenas estudando; gráfico 8 revela o quantitativo de egressos que já trabalhavam na área de formação antes de ingressarem no curso técnico; gráfico 9 trata sobre a visão dos egressos sobre os conhecimentos adquiridos no curso técnico em relação ao desempenho profissional; gráfico 10 diz respeito à melhoria salarial dos egressos a partir da formação técnica; gráfico 11 apresenta os vínculos empregatícios dos egressos; gráfico 12 trata da percepção dos egressos quanto à oferta de trabalho na área de formação; gráfico 13 refere-se ao ponto de vista dos egressos quanto à influência da formação técnica em relação à inserção no mercado de trabalho; gráfico 14 expõe a visão dos egressos sobre a formação técnica cursada em relação às exigências do mercado produtivo; gráfico 15 diz respeito à satisfação dos egressos em relação às formações técnicas; gráfico 16 mostra, sob a ótica dos egressos, o quanto as expectativas de aprendizagem dos mesmos foram alcançadas; no gráfico 17 os egressos avaliam os conhecimentos adquiridos na formação; gráfico 18 apresenta o total de egressos que estagiaram em alguma Instituição ou empresa; gráfico 19 trata da percepção dos egressos quanto ao aprimoramento dos conhecimentos nos estágios; gráfico 20 versa sobre a inserção de egressos no mercado de trabalho, a partir do estágio supervisionado; o quadro 12 apresenta os ramos em que as empresas integrantes deste estudo atuam; o gráfico 21 mostra quantos gestores de empresas, dentre as 26

selecionadas, sabem a respeito dos cursos técnicos ofertados pelo *Campus Palmas/IFTO*; gráfico 22 refere-se à disponibilidade de vagas de estágios nessas empresas; gráfico 23 mostra o total de empresas deste estudo, que tem interesse em ofertar vagas de estágio para o *Campus Palmas/IFTO*; gráfico 24 apresenta o total de alunos dos cursos técnicos subsequentes do *Campus Palmas/IFTO* que estavam estagiando nas empresas no período em que os questionários foram aplicados; gráfico 25 mostra quantos funcionários foram admitidos nas empresas em função do desempenho no estágio; gráfico 26 expõe o quantitativo de funcionários das empresas que cursam ou cursaram o ensino técnico; gráfico 27 apresenta a percepção dos dirigentes de empresas quanto à formação técnica do *Campus Palmas/IFTO* em relação às demandas do mercado de trabalho; gráfico 28 aborda sobre as principais características que as empresas buscam nos profissionais ao contratá-los; gráfico 29 mostra, na opinião dos gestores das empresas integrantes deste estudo, quais cursos o IFTO deveria ofertar.

No gráfico 1, (29) egressos têm idade entre 18 e 25 anos, (19) têm entre 26 e 30 anos, (11) está na faixa etária entre 31 e 40 anos e nenhum possui mais de 51 anos.

Gráfico 1 – Faixa etária



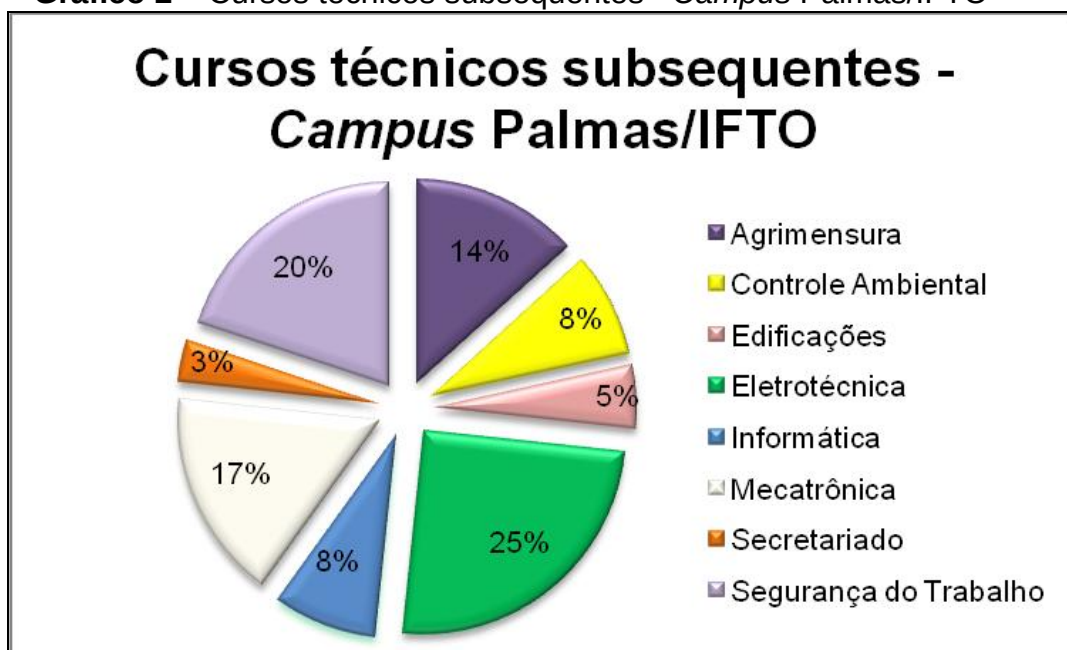
Fonte: Elaborado pela autora.

Assim, percebe-se a prevalência de pessoas mais jovens buscando o ensino técnico subsequente, que segundo relatos dos mesmos, por ser uma formação mais rápida, eficaz e que os encaminha à inserção no mercado de trabalho. Já os adultos,

com mais de 31 anos informaram que buscaram a qualificação técnica porque já atuavam profissionalmente na área e necessitavam aprimorar técnicas e adquirir novos conhecimentos.

O gráfico 2 demonstra que (14%) dos participantes deste estudo cursaram Agrimensura, (8%) Controle Ambiental, (5%) Edificações, (25%) Eletrotécnica, (8%) Informática, (17%) Mecatrônica, (3%) Secretariado e (20%) Segurança do Trabalho.

Gráfico 2 – Cursos técnicos subsequentes - Campus Palmas/IFTO



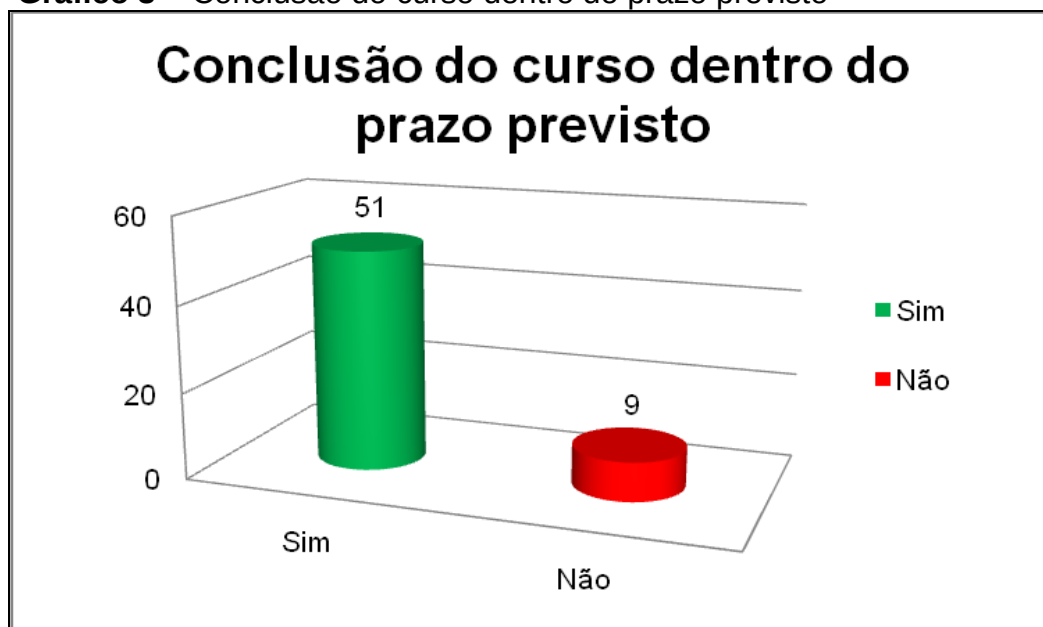
Fonte: Elaborado pela autora.

Deste modo, nota-se que a maioria cursou, respectivamente, Eletrotécnica, Segurança do Trabalho, Mecatrônica e Agrimensura. Quanto aos cursos de Controle Ambiental, Informática, Edificações e Secretariado, mesmo com percentuais menores, os dados coletados permitiram constatar as realidades profissionais referentes estas formações, visto que na fase de organização dos dados para tabulação foi possível perceber que independente do curso técnico, de um modo geral, os egressos apontaram diversos aspectos e opiniões em comum, demonstrando que o conjunto de informações caracteriza a realidade da grande maioria.

O gráfico 3 mostra que (51) participantes afirmaram que terminaram o curso no prazo previsto e (9) disseram não, visto que (4) deles em função do período de greve ocorrido no IFTO e os (5) demais, por motivo de reprovação, tiveram que

cursar novamente suas respectivas disciplinas, o que conseqüentemente, protelou para o semestre seguinte a formação.

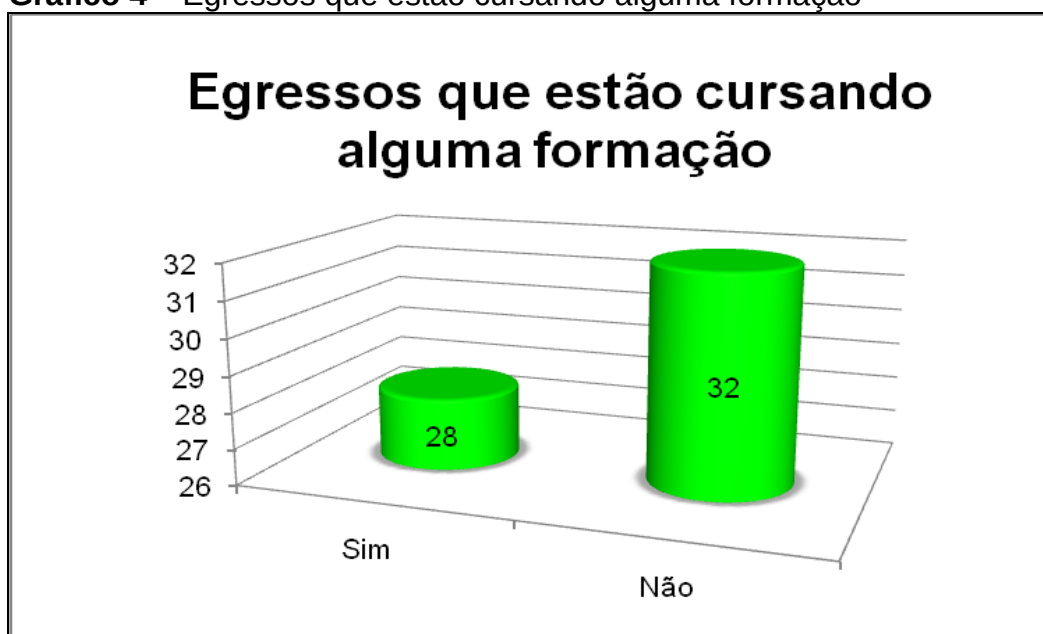
Gráfico 3 – Conclusão do curso dentro do prazo previsto



Fonte: Elaborado pela autora.

Assim, observou-se que (85%) dos egressos concluíram os respectivos cursos conforme o previsto e (15%) pelos motivos acima citados, formaram posteriormente.

Gráfico 4 – Egressos que estão cursando alguma formação

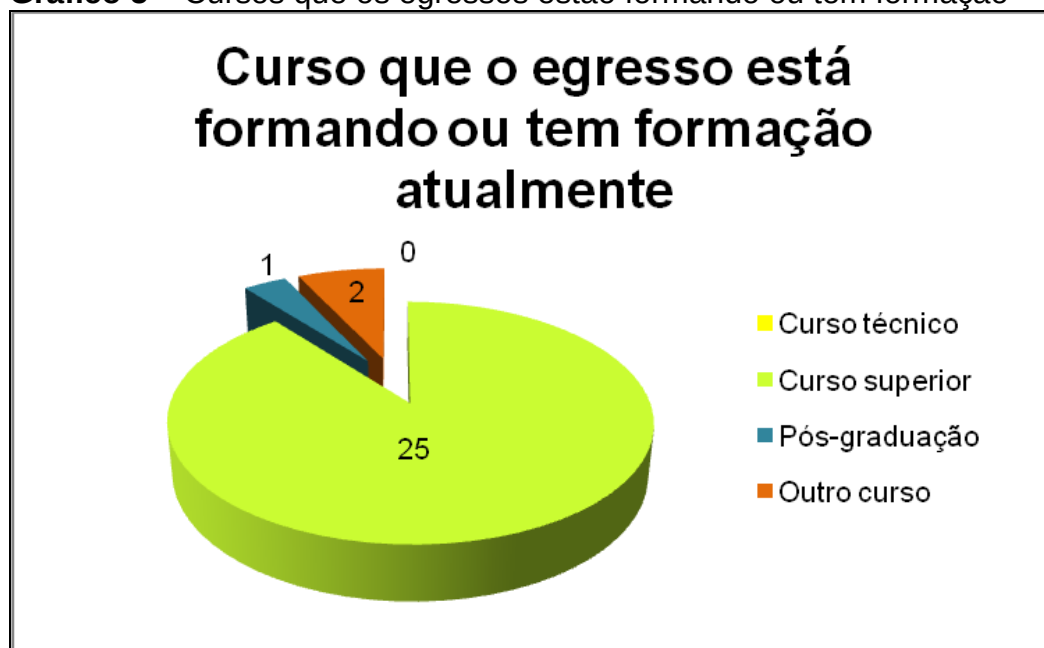


Fonte: Elaborado pela autora.

O gráfico 4 mostra que (28) egressos estão cursando alguma formação e (32), por causas que serão abordadas nesta pesquisa, não buscaram novas qualificações.

Neste contexto, constatou-se, mediante relatos, que grande parte dos egressos que não buscaram outras formações, pretende ingressar em novas qualificações, por considerarem que quanto mais capacitados forem, mais terão oportunidades de trabalho e de melhoria da qualidade de vida.

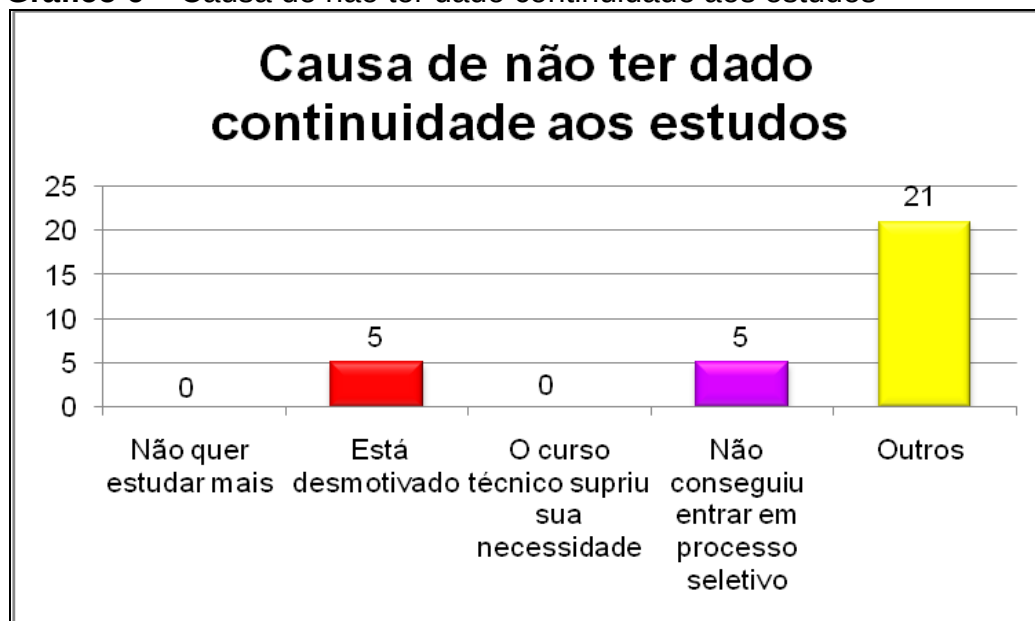
Gráfico 5 – Cursos que os egressos estão formando ou tem formação



Fonte: Elaborado pela autora.

O gráfico 5 mostra que dos (60) egressos participantes deste estudo, (25) estão cursando nível superior em áreas como: Administração, Agronomia, Agronegócio, Arquitetura e Urbanismo, Ciências Contábeis, Direito, Engenharia Ambiental, Engenharia Civil, Engenharia de Alimentos Engenharia de Produção, Engenharia Elétrica, Física, Gestão de Turismo, Gestão Pública, Matemática e Pedagogia; (2) cursaram informática básica; (1) egresso que já tinha formação acadêmica cursou pós-graduação; não havendo egresso cursando ou que formaram em outra qualificação técnica subsequente.

O gráfico 6 expõe os motivos pelos quais (32) egressos não estão estudando na atualidade.

Gráfico 6 – Causa de não ter dado continuidade aos estudos

Fonte: Elaborado pela autora.

De acordo com as informações coletadas, dos (5) egressos que afirmaram estar desmotivados, (2) justificaram que, pelo fato de uma gravidez inesperada, tiveram que postergar os objetivos relacionados aos estudos e trabalho e (3) alegaram que no momento não possuem recursos para pagar os cursos superiores almejados, por isso, não se sentem motivados. Os (5) que não conseguiram entrar em processo seletivo, revelaram que pela falta de tempo para estudar, não conseguiram ingressar em outra área de formação. E, dentre os (21) que não estão estudando por outros motivos, (11) não continuaram os estudos por alegarem, também, falta de tempo, (6) falaram que por estarem desempregados, preferem conseguir um trabalho e depois continuarão os estudos, (3) citaram que estão se preparando para o vestibular, (1) está aguardando o processo seletivo para o curso técnico de Mecatrônica. Não havendo egressos que não querem mais estudar ou que aleguem que o curso supriu a necessidade.

O gráfico 7 mostra que (24) egressos trabalham na área de atuação do curso técnico subsequente que formaram, (23) trabalham em outra área, (8) estão desempregados e (5) estão apenas estudando.

Gráfico 7 – Trabalha na área do curso técnico que se formou

Fonte: Elaborado pela autora.

Assim, considerando os egressos que não trabalham na área de formação, os que estão desempregados e os que estão somente estudando, constatou-se que (60%) dos egressos de 2015 não trabalham nas respectivas áreas de formação técnica.

Deste modo, dos (24) egressos que trabalham na área de formação, (10) são técnicos em Eletrotécnica, (4) em Agrimensura, (4) Mecatrônica, (2) Informática, (2) da área de Segurança do Trabalho e (2) de Edificações.

Conforme relatos, a maior dificuldade enfrentada pelos egressos para trabalharem na área de formação é a falta de experiência profissional de no mínimo 6 meses, que é exigida pelas empresas, levando os egressos a atuarem em outros ramos, para garantirem a sobrevivência. Estes estão inseridos no mercado de trabalho nas seguintes áreas: automação bancária, educação, saúde, telemarketing, vendas, sendo que os demais trabalham como: agente de registro, auxiliar administrativo, artífice de manutenção, empresário de área de alimentação e operador de terminal ferroviário. Existe ainda, (1) egresso policial militar aposentado, que segundo ele, cursou a formação técnica por ter afinidade com a área e como uma forma de terapia ocupacional e (1) que é estagiário em uma empresa na área de direito.

Considerando os percentuais dos egressos que trabalham em outra área, os que estão desempregados ou somente estudando, aponta-se que a maioria dos egressos, de fato, não atua na área de formação técnica. Configurando um aspecto

preocupante quanto aos objetivos da oferta desses cursos, que visam à qualificação de mão de obra em favorecimento desenvolvimento socioeconômico local e regional.

É pertinente ressaltar que, dentre os (8) egressos desempregados, (7) são mulheres e apenas (1) homem, confirmando assim, outro fator dificultador para a inserção no mercado de trabalho, no que se refere às mulheres. O que pode ser confrontado e confirmado com os dados apresentados pelo SINE de Palmas.

Questionados se já atuavam na área correspondente à formação antes de ingressar no curso técnico, (13) egressos responderam que sim e (47) que não.

Gráfico 8 – Atuação na área antes de ingressar no curso técnico



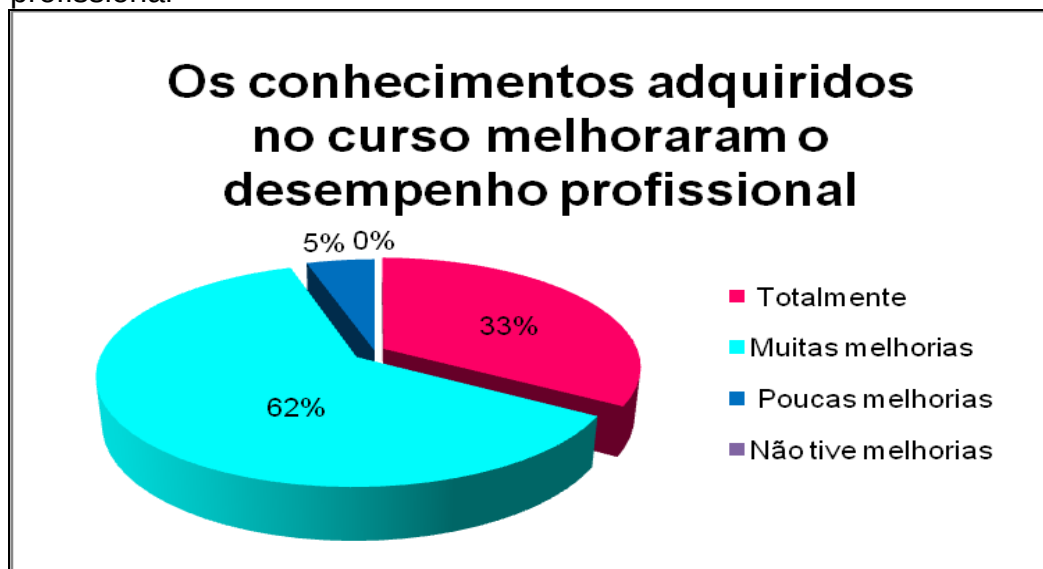
Fonte: Elaborado pela autora.

Os egressos que não atuavam na área antes de ingressar no curso justificaram que optaram pela qualificação por acreditarem na possibilidade de conquistas profissionais ou por afinidade com a área.

Assim, observa-se que cerca de (78,4%) dos egressos escolheram seus cursos em função das perspectivas com relação aos benefícios destes e por interesse em atuar na área, sendo que somente (21,6%) buscaram a formação visando o aprimoramento na área que já trabalhavam.

O gráfico 9 busca saber se os conhecimentos adquiridos pelos egressos no curso técnico melhoraram o desempenho profissional. Assim, (62%) afirmou que teve muitas melhorias, (33%) que melhorou totalmente o desempenho, (5%) disse que tiveram poucas melhorias e nenhum deles respondeu que não teve melhorias.

Gráfico 9 – Conhecimentos adquiridos no curso melhoraram o desempenho profissional

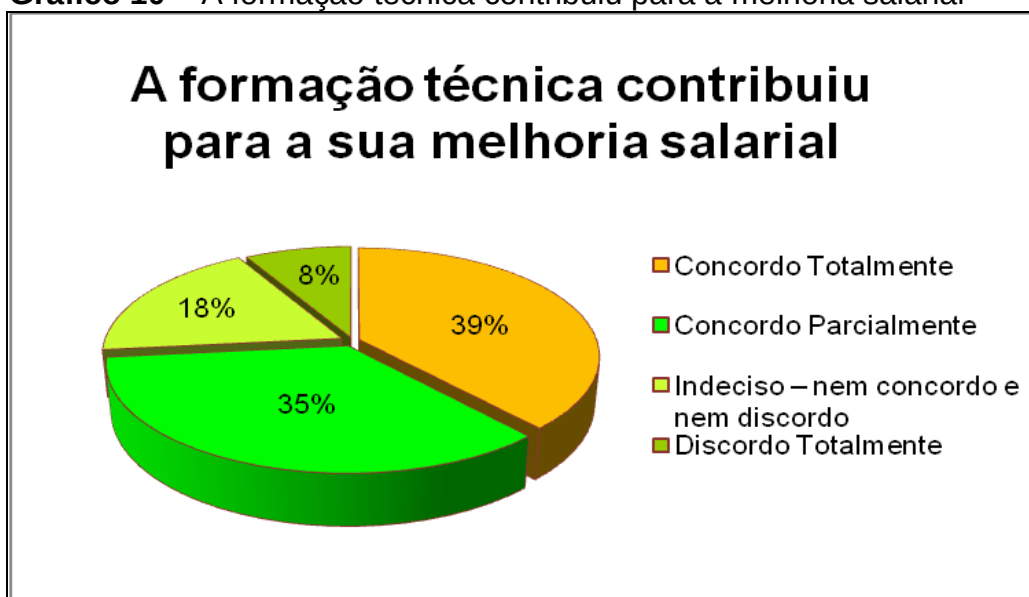


Fonte: Elaborado pela autora.

As informações obtidas indicam que grande parte dos ex-alunos questionados teve melhorias significativas e, segundo os mesmos, foram essenciais para aperfeiçoar o desempenho profissional, apesar de a maioria não atuar na área de formação do curso técnico.

Os egressos apontaram ainda, algumas falhas no processo de aprendizagem relacionadas às aulas práticas, por considerarem reduzidas as horas destinadas a esta aprendizagem, como também expuseram reclamações inerentes às metodologias de ensino de alguns docentes.

Gráfico 10 – A formação técnica contribuiu para a melhoria salarial



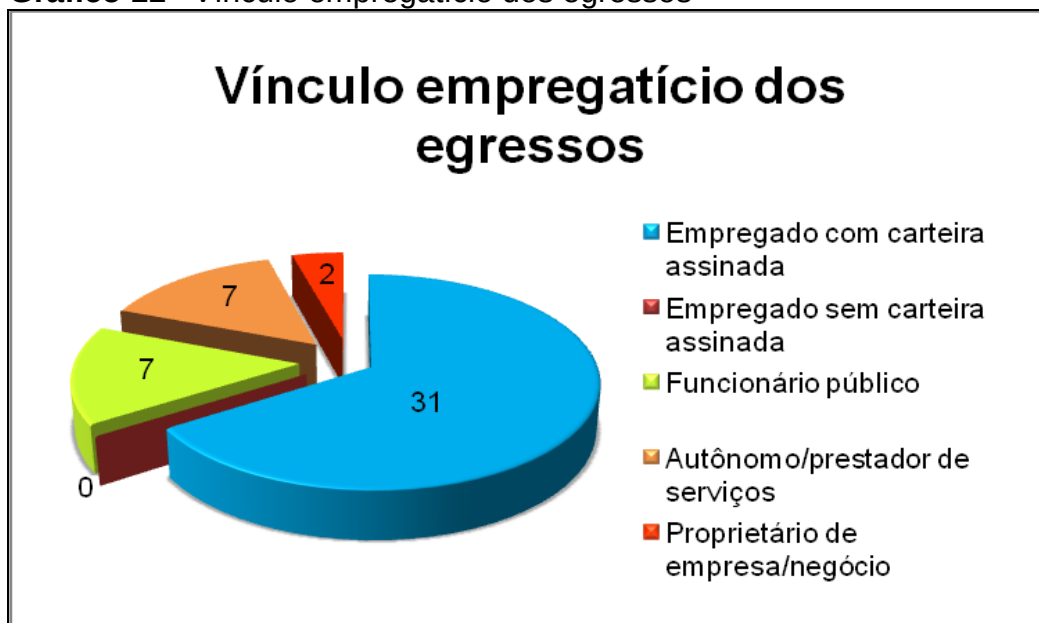
Fonte: Elaborado pela autora.

Quanto à melhoria salarial a partir da formação técnica, o gráfico 10 expõe que (39%) dos egressos concordam totalmente que houve um aumento da renda salarial após o curso, (35%) disse que concorda parcialmente, (18%) nem concorda e nem discorda e (8%) discordou totalmente.

Deste modo, nota-se que os dados demonstram percentuais positivos quanto à melhoria salarial de alguns egressos. Todavia, os egressos indecisos e os que discordam totalmente, justificaram que a falta de oportunidades de emprego e a desvalorização salarial impedem a almejada ascensão financeira.

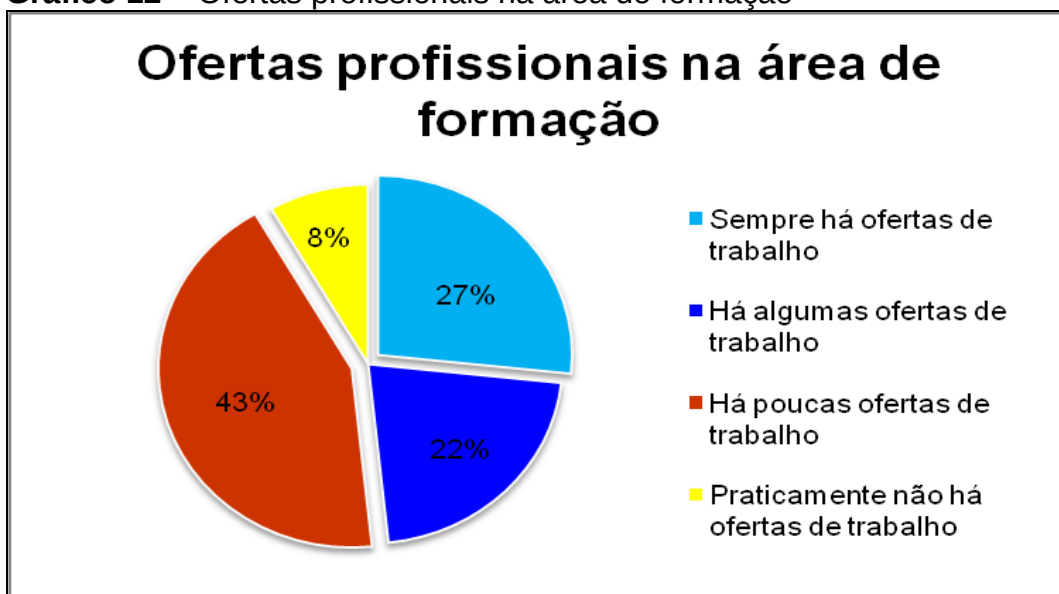
O gráfico 11 mostra que dentre os (47) egressos que estão trabalhando, (31) têm carteira assinada, (7) são funcionários públicos, (7) exercem função autônoma como prestadores de serviços, (2) são proprietários de empresa, e nenhum alegou que trabalha sem carteira assinada.

Gráfico 11– Vínculo empregatício dos egressos



Fonte: Elaborado pela autora.

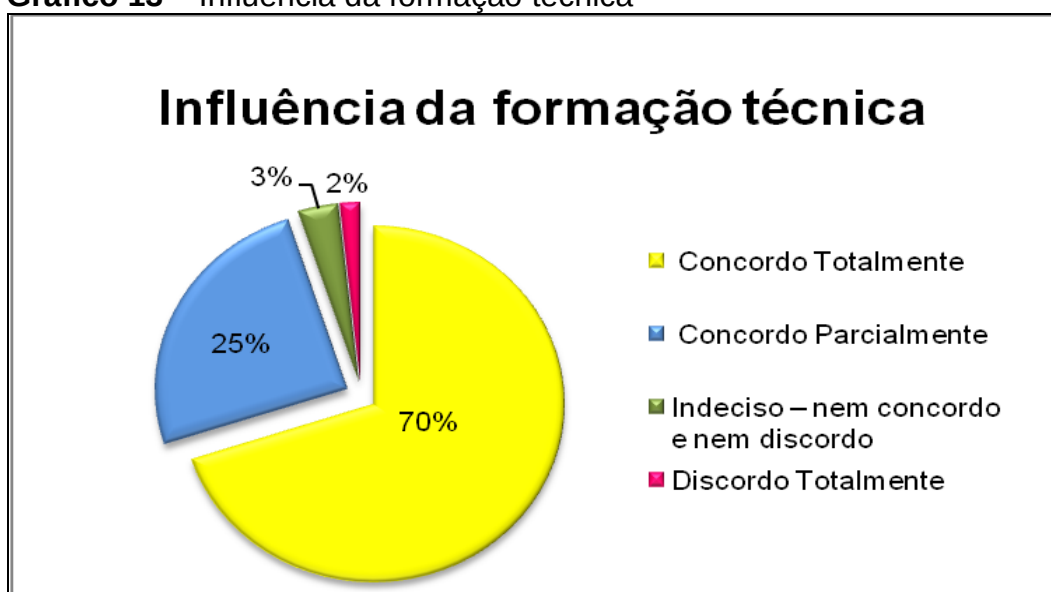
Vale ressaltar, que dentre os egressos considerados funcionários públicos, (1) é efetivo na área da Educação, (1) é efetivo na área da Saúde, (4) trabalham sob o regime de contrato temporário e (1) é policial militar aposentado.

Gráfico 12 – Ofertas profissionais na área de formação

Fonte: Elaborado pela autora.

O gráfico 12 mostra que (43%) dos egressos de 2015 informou que há poucas ofertas de trabalho na área de formação técnica, (27%) que sempre há ofertas de trabalho, (22%) afirmou que há algumas ofertas e (8%) disse que praticamente não há ofertas de trabalho.

Deste modo, destaca-se a dificuldade para ingressar na área de formação dos egressos, que conforme exposto pelos mesmos, além da escassa oferta de vagas de trabalho, ainda há forte concorrência com outras pessoas para conquistar a vaga almejada.

Gráfico 13 – Influência da formação técnica

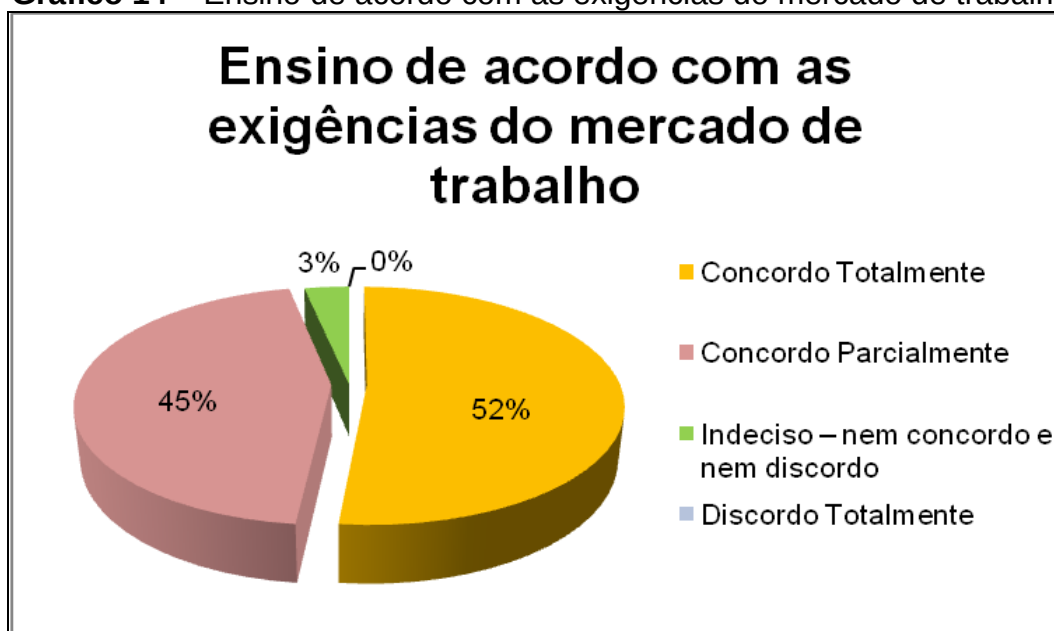
Fonte: Elaborado pela autora.

O gráfico 13 aponta que (70%) dos egressos concorda totalmente que a formação técnica influencia na conquista de oportunidade no mercado de trabalho, (25%) concorda parcialmente, (3%) nem concorda e nem discorda e (2%) discorda totalmente.

Conforme manifestado pela maioria dos egressos, os mesmos acreditam que esta influência se dá em decorrência do respaldo que o Instituto Federal tem diante da sociedade.

O gráfico 14 enfatiza que (52%) dos egressos concorda totalmente que a formação técnica proporciona um ensino de acordo com as exigências do mercado de trabalho, (45%) concorda parcialmente, (3%) nem concorda e nem discorda e nenhum discorda totalmente.

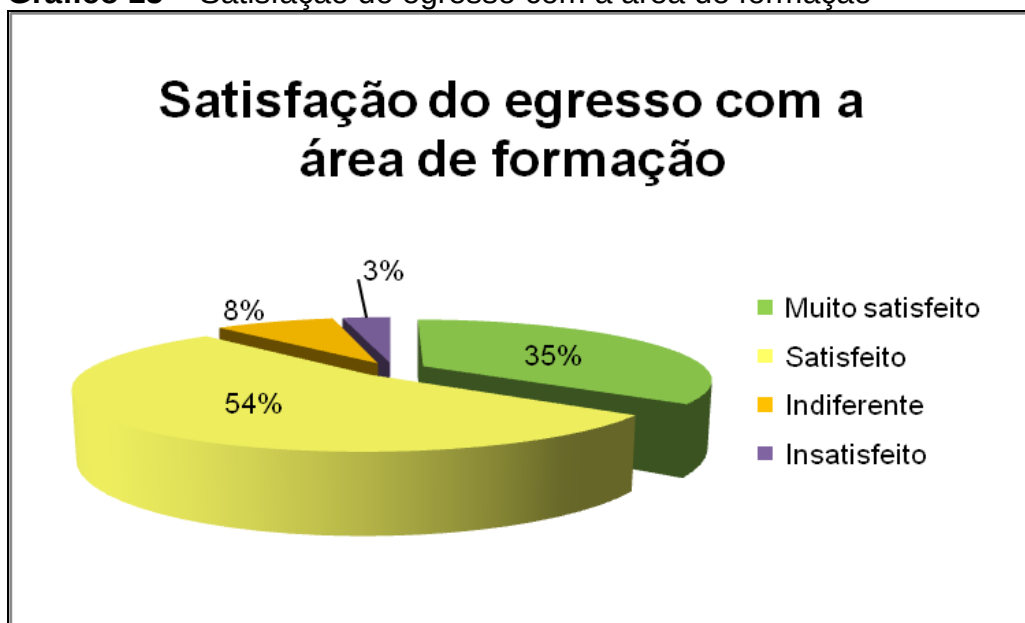
Gráfico 14 – Ensino de acordo com as exigências do mercado de trabalho



Fonte: Elaborado pela autora.

Deste modo, (27) egressos destacaram a necessidade de adequação de técnicas para o manuseio de equipamentos, como também a aquisição de alguns equipamentos mais modernos para as aulas práticas.

O gráfico 15 revela o quanto os egressos sentem-se satisfeitos com a área formação. Assim, (35%) afirmou que estão muito satisfeitos, (54%) que estão satisfeitos, (8%) indiferentes e (3%) insatisfeitos.

Gráfico 15 – Satisfação do egresso com a área de formação

Fonte: Elaborado pela autora.

Com estes dados, verifica-se que a maioria dos egressos está satisfeita com a formação técnica. No entanto, (7) egressos externaram negativamente quanto a este aspecto, (5) por estarem desempregados, (2) pela insatisfação com os trabalhos atuais e rendas mensais.

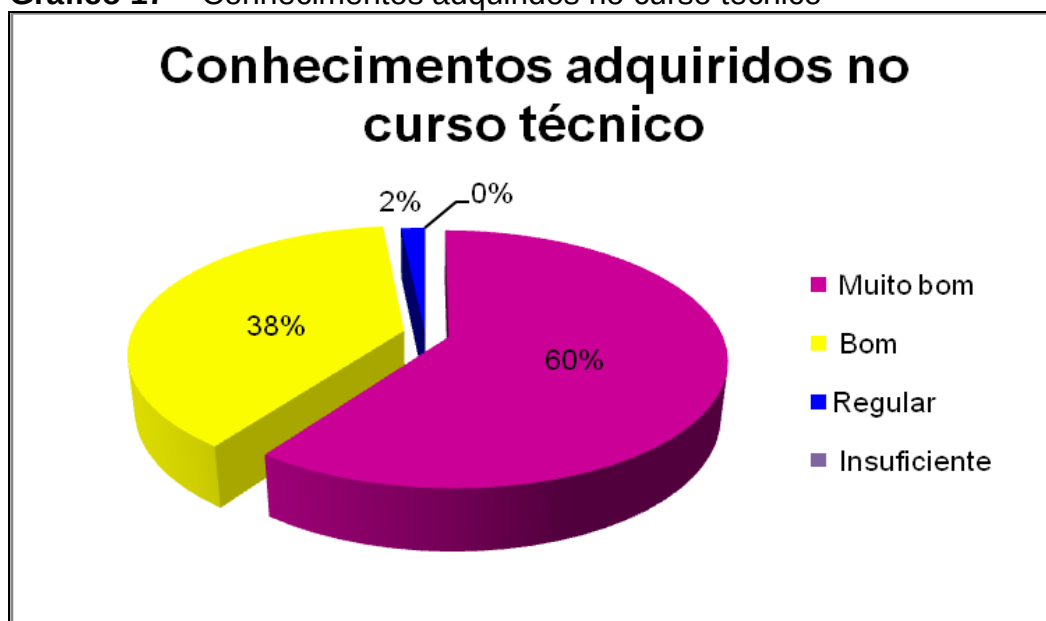
Gráfico 16 – Expectativas em relação ao curso técnico

Fonte: Elaborado pela autora.

O gráfico 16 mostra que (17%) dos egressos afirmou que o curso técnico subsequente superou as expectativas, (60%) disse que atendeu as expectativas, (23%) que atendeu parcialmente as expectativas, e nenhum deles respondeu que o curso não atendeu as expectativas.

O gráfico 17 expõe que (60%) dos egressos de 2015 consideram os conhecimentos adquiridos no curso técnico como muito bons, (38%) caracterizam como bons, (2%) como regulares, não havendo nenhum egresso que tenha considerado insuficiente.

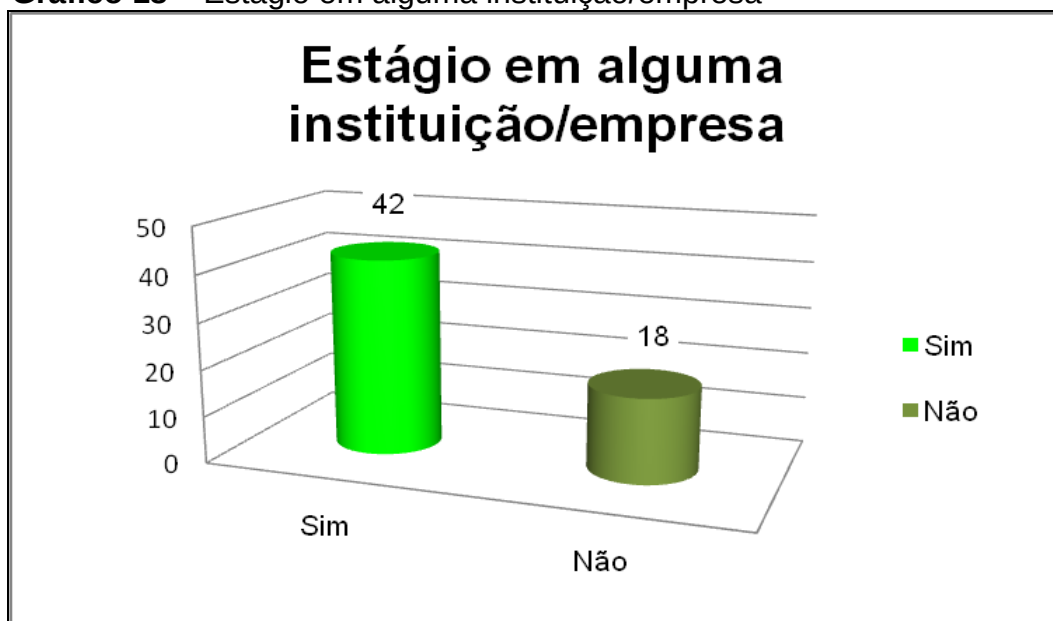
Gráfico 17 – Conhecimentos adquiridos no curso técnico



Fonte: Elaborado pela autora.

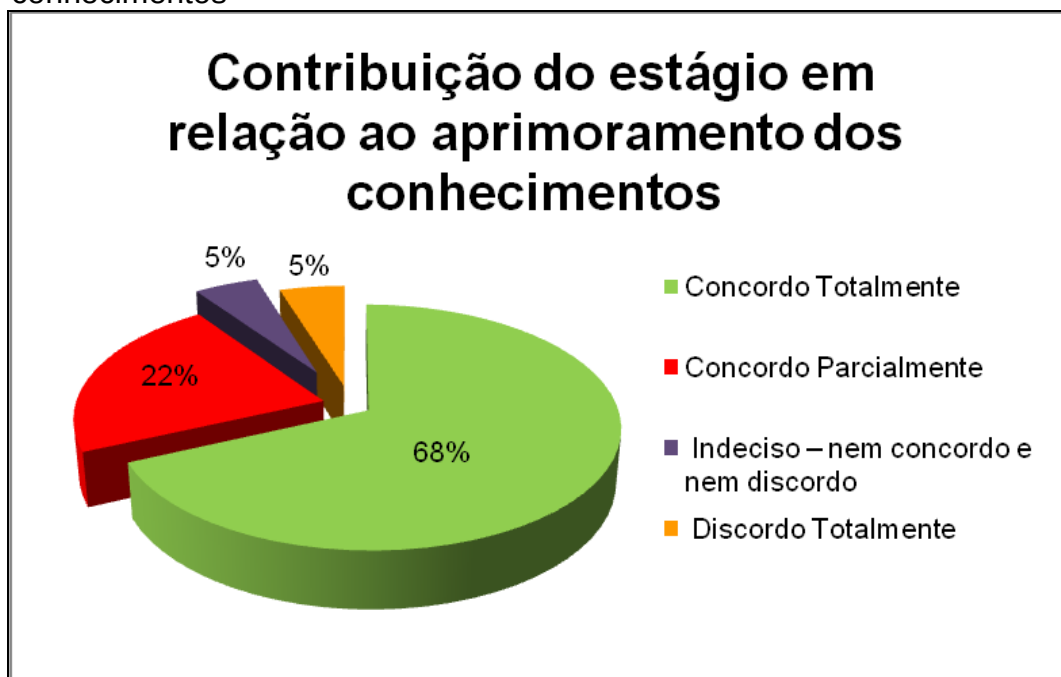
Deste modo, a maioria dos egressos manifestou-se favoravelmente quanto aos conhecimentos adquiridos com os cursos técnicos, sendo fator positivo para o IFTO em relação à formação ofertada.

O gráfico 18 apresenta o quantitativo de egressos que estagiaram em instituições ou empresas, no período em cursaram o ensino técnico.

Gráfico 18 – Estágio em alguma instituição/empresa

Fonte: Elaborado pela autora.

De acordo com os dados coletados, (42) egressos estagiaram em empresas da iniciativa privada ou em instituições públicas e (18) não estagiaram pelo fato do estágio supervisionado não configurar exigência para o curso, justificando que em substituição ao estágio, seus cursos exigiram a realização de projetos integradores.

Gráfico 19 – Contribuição do estágio em relação ao aprimoramento dos conhecimentos

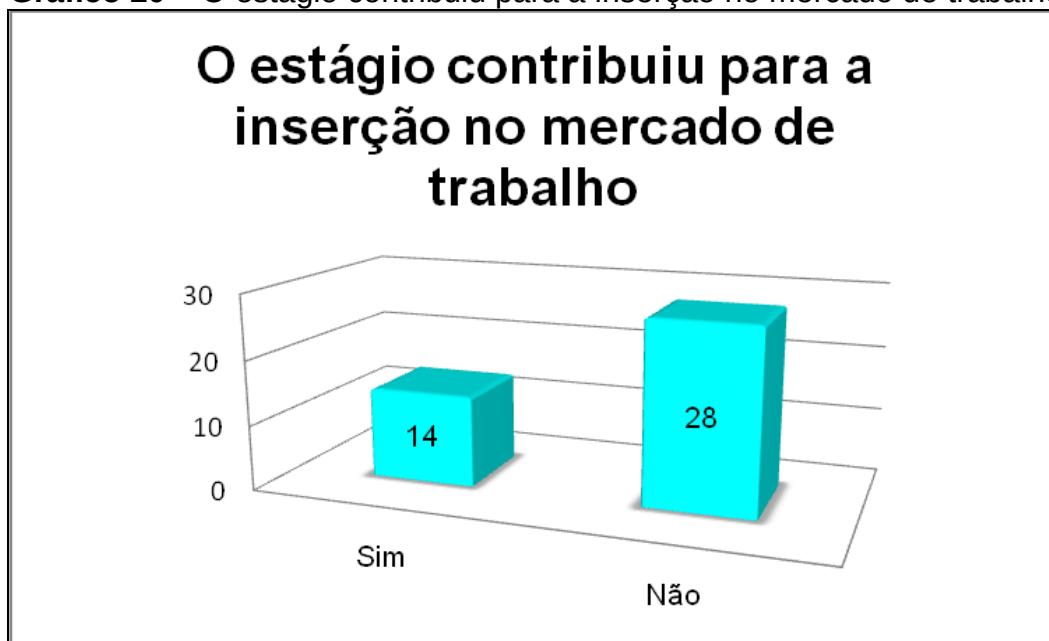
Fonte: Elaborado pela autora.

O gráfico 19 mostra que (68%) dos egressos concordam totalmente que o estágio supervisionado contribuiu para aprimorar a prática dos conhecimentos adquiridos, (22%) concorda parcialmente, (5%) não concorda e nem discorda e (5%) discorda totalmente.

Segundo destacaram (9) egressos, o estágio supervisionado é importante, pois complementa o processo de aprendizagem e aprimoramento das técnicas de trabalho.

O gráfico 20 mostra que (14) egressos afirmaram que o estágio supervisionado contribuiu para a inserção no mercado de trabalho e (28) disseram que não.

Gráfico 20 – O estágio contribuiu para a inserção no mercado de trabalho



Fonte: Elaborado pela autora.

Assim, para os egressos de 2015, verificou-se que as contribuições do estágio para a inserção no mercado de trabalho ainda não apresentam índices satisfatórios, visto que de um total de (42) egressos que realizaram estágio, apenas 14 conseguiram vaga no setor produtivo.

A seguir, serão apresentados os resultados da aplicação do questionário a (26) dirigentes de empresas da iniciativa privada do município de Palmas/TO.

Inicialmente, buscou-se conhecer a área de atuação de cada empresa participante do estudo.

Deste modo, o questionário foi aplicado a (4) empresas da área de Agrimensura, (3) da área de Controle Ambiental, (3) de Edificações; (2) de Eletrotécnica, (4) de Informática, (3) de Mecatrônica, (3) de Secretariado e (4) do ramo de Segurança do Trabalho.

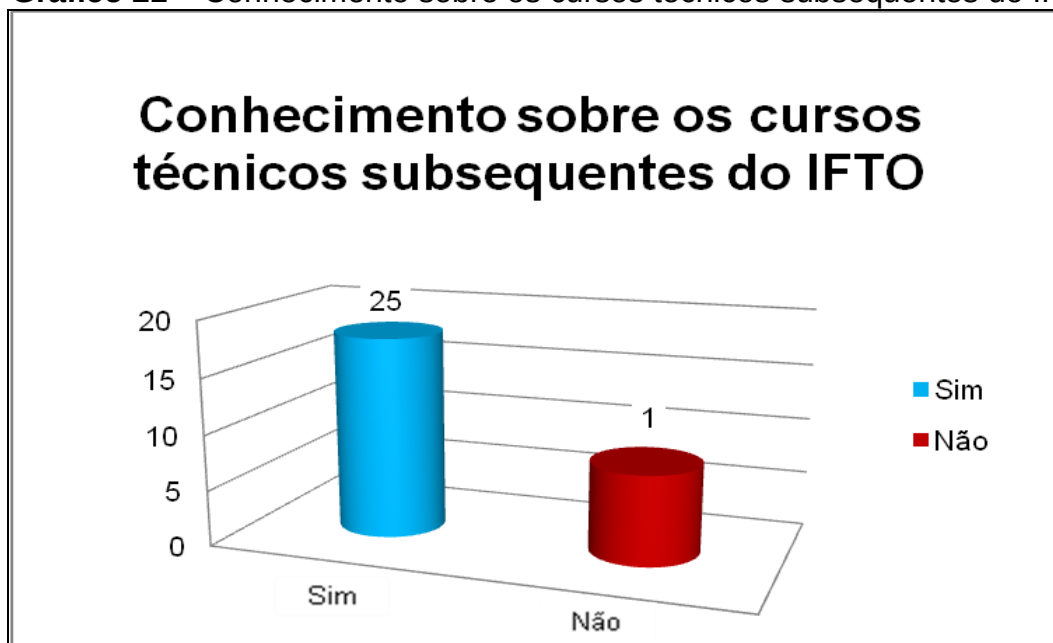
Quadro 12 – Área de atuação das empresas

Curso Técnico Subsequente	Área de atuação da empresa
Agrimensura	1- Assistência técnica, meio ambiente e agrimensura; 2- Engenharia ambiental, georeferenciamento e licenciamento ambiental; 3- Gerenciamento de engenharia, consultoria, imobiliário, gestão empresarial e a agronomia; 4- Serviços de Agrimensura.
Controle Ambiental	1- Assessoria e Consultoria Ambiental; 2- Licenciamento, Consultoria e Monitoramento Ambiental; 3- Projetos, Engenharia e Consultoria.
Edificações	1- Construção Civil; 2- Construção Civil; 3- Construção Civil.
Eletrotécnica	1- Eletrônica industrial; 2- Venda de componentes eletrônicos e manutenção de eletroeletrônicos.
Informática	1- Estudos, serviços, consultoria e formação em TI; 2- Soluções tecnológicas em TI; 3- Serviços de informática e desenvolvimento de softwares. 4- TI e telecomunicações;
Mecatrônica	1- Tecnologia automotiva; 2- Venda e manutenção de veículos; 3- Venda e manutenção de veículos.
Secretariado	1- Comércio varejista de móveis, equipamentos e serviços de aluguel manutenção de máquinas; 2- Mobiliário para escritórios; 3- Varejo de artigos de papelaria, informática, materiais pedagógicos e corporativos.
Segurança do Trabalho	1- Construção civil; 2- Construção civil; 3- Medicina e Segurança do Trabalho; 4- Meio ambiente, Agronegócio e Segurança do trabalho.

Fonte: Elaborado pela autora.

O gráfico 21 expõe que (25) empresas têm conhecimento sobre os cursos técnicos subsequentes do *Campus Palmas/IFTO* e apenas (1) informou que desconhece os referidos cursos.

Gráfico 21 – Conhecimento sobre os cursos técnicos subsequentes do IFTO



Fonte: Elaborado pela autora.

A empresa que desconhece a oferta desses cursos esclareceu que como não disponibiliza vagas para estágio, não buscou conhecer as instituições que ofertam cursos profissionalizantes em Palmas/TO.

Gráfico 22 – Disponibilidade de vagas para estágio



Fonte: Elaborado pela autora.

O gráfico 22 mostra que (18) empresas disponibilizam vagas para estágio aos estudantes do ensino técnico subsequente do *Campus Palmas/IFTO* e (8) não disponibilizam.

Das (8) empresas que alegaram não disponibilizar vagas para estágio, (5) justificaram que não ofertaram vagas pela falta de procura de estágio por parte dos alunos; (2) delas disseram que em função da contenção de gastos, resolveram não ofertar vagas de estágio no ano de 2014 e 2015, e (1) por ser uma microempresa não vê a necessidade de inserção de estagiários.

Nesse contexto, o quantitativo de vagas que as (18) empresas oportunizam aos estudantes dos cursos técnicos subsequentes são: (4) vagas para o curso de Agrimensura, (3) para Controle Ambiental, (5) para Edificações, nenhuma para Eletrotécnica, (2) para Informática, (3) destinadas ao curso de Mecatrônica, (5) para secretariado e (5) para Segurança do Trabalho.

As constatações desta abordagem permitiram verificar que as empresas de médio e grande porte são as que mais disponibilizam vagas para estágio.

O gráfico 23 apresenta, dentre as (26) empresas participantes deste estudo, quantos ainda não ofertam vagas de estágio para o *Campus Palmas/IFTO* e têm o interesse em disponibilizar estas vagas.

Gráfico 23 – Interesse das empresas em ofertar vagas para estágio



Fonte: Elaborado pela autora.

Assim, (7) empresas demonstraram interesse em oportunizar esta parceria com o IFTO e (1) mostrou-se desfavorável. Esta é uma microempresa que atua no ramo de informática e, conforme relatou o proprietário, até o momento não necessita de outros integrantes para compor o grupo de trabalho.

O gráfico 24 informa que (7) estudantes dos cursos técnicos subsequentes estavam estagiando nas empresas participantes desta pesquisa no período de aplicação do questionário, sendo (2) na área de Agrimensura, (2) na área de Secretariado, (2) no ramo de Segurança do Trabalho e (1) em Controle Ambiental.

Gráfico 24 – Estagiários atuando na empresa



Fonte: Elaborado pela autora.

Conforme informações prestadas por alguns dos gestores, dentre as (26) empresas do estudo, ainda existem entraves quanto à adesão de estagiários nas empresas, por motivo de contenção de gastos, e, principalmente, pelo fato dos estudantes estarem em processo de formação, fazendo com que estes colaboradores contribuam parcialmente nas atividades desenvolvidas na empresa.

O gráfico 25 mostra que (5) empresas já contrataram funcionários em função dos desempenhos em estágios e (21) empresas não realizaram essas contratações.

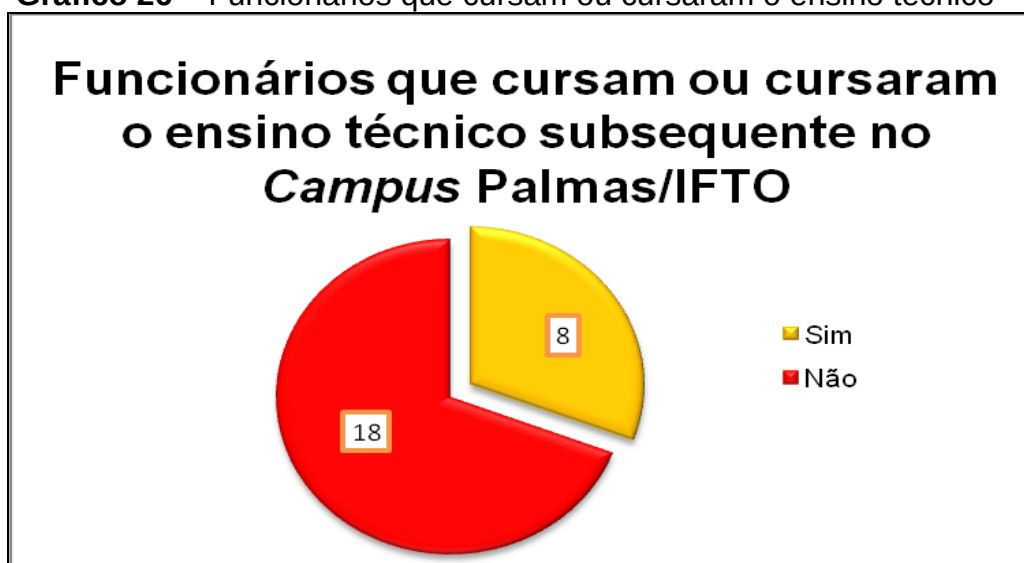
Gráfico 25 – Funcionários admitidos em função do desempenho nos estágios

Fonte: Elaborado pela autora.

Assim sendo, nota-se que cerca de (80,8%) das empresas parceiras não efetivaram seus estagiários, sendo que apenas (19,2%) já realizaram essas efetivações.

Deste modo, ocorreu (1) contratação na área de Agrimensura, (1) no ramo de Mecatrônica, (1) na área de Secretariado e (2) em Segurança do Trabalho.

Conforme exposto pelos participantes desta pesquisa, as causas que fundamentam o baixo percentual dessas contratações são: falta de experiência profissional, desinteresse, falta compromisso e de proatividade por parte de alguns estagiários.

Gráfico 26 – Funcionários que cursam ou cursaram o ensino técnico

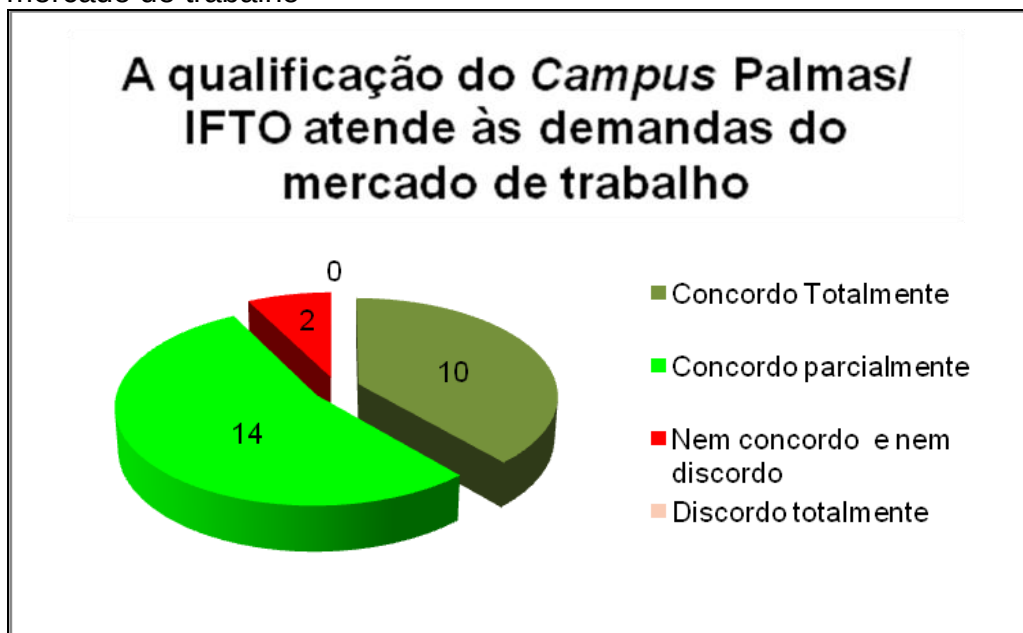
Fonte: Elaborado pela autora.

O gráfico 26 expõe que (8) empresas possuem funcionários que cursam ou cursaram o ensino técnico subsequente e (18) informaram que não.

Dentre as (8) empresas que confirmaram, (4) funcionários estão estudando e (7) já concluíram seus cursos.

Buscando verificar o grau de concordância ou discordância no que se refere à qualificação do IFTO atender às demandas do mercado de trabalho, constatou-se que (10) concordam totalmente, (14) concordam parcialmente, (2) nem concordam e nem discordam e nenhum discordou totalmente.

Gráfico 27 – A qualificação do *Campus Palmas/IFTO* atende às demandas do mercado de trabalho



Fonte: Elaborado pela autora.

Os dados do gráfico 27 mostram que a maioria destes empreendedores afirma que a qualificação do IFTO atende às demandas do mercado de trabalho. Sendo que (5) deles sugeriram que o Instituto intensifique mais as aulas práticas.

O gráfico 28 apresenta as principais características apontadas pelos empregadores ao contratar um profissional.

Para essa informação foram solicitadas (3) características para cada participante. No entanto, algumas citaram apenas (2).

Assim, as informações foram organizadas considerando a quantidade de vezes que as características foram mencionadas, ficando disposto da seguinte

forma: (20) capacitado/qualificado, (18) responsável, (9) comprometido, (5) interessado, (3) Ético, (2) organizado, (1) assíduo e (1) dinâmico.

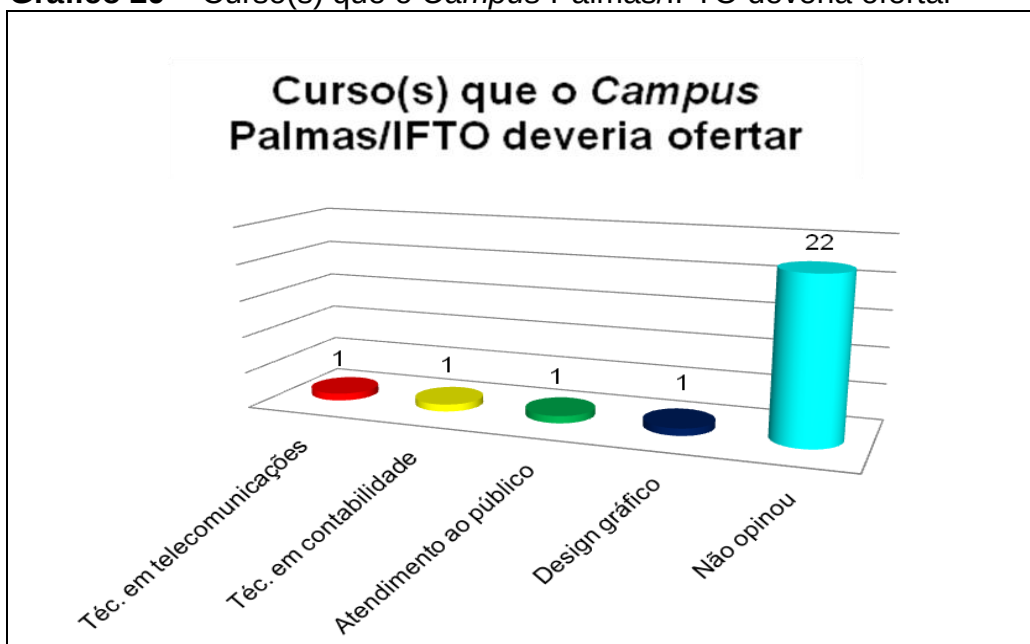
Gráfico 28 – Características que a empresa busca ao contratar um profissional



Fonte: Elaborado pela autora.

As informações comprovam que as empresas buscam, principalmente, o profissional “capacitado/qualificado” e “responsável”. Sendo que o conjunto das demais características complementa o perfil profissional almejado por essas organizações.

Gráfico 29 – Curso(s) que o Campus Palmas/IFTO deveria ofertar



Fonte: Elaborado pela autora.

O gráfico 29 apresenta as opiniões de empregadores da iniciativa privada sobre qual(is) curso(s) o *Campus Palmas/IFTO* deveria ofertar. Do total de (26) empresas que compuseram este estudo, somente (4) sugeriram cursos, conforme suas respectivas necessidades. Assim, (1) empresa sugeriu o curso de Técnico em telecomunicações, (1) Técnico em Contabilidade (1) Atendimento ao Público e (22) empresas não opinaram.

Para esse questionamento, os (22) empregadores que não opinaram, justificaram que em suas áreas de atuação não viam necessidades de oferta de novos cursos técnicos para suprissem suas demandas.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo de caso teve como objetivo verificar as conquistas profissionais e as contribuições do ensino técnico na vida dos egressos de 2015, que concluíram os cursos subsequentes ao ensino médio, no *Campus* Palmas/IFTO. Os cursos envolvidos na pesquisa foram: Agrimensura, Controle Ambiental, Edificações, Eletrotécnica, Informática, Mecatrônica, Secretariado e Segurança do Trabalho. Nesta pesquisa buscou-se também, a visão de empreendedores da iniciativa privada de Palmas/TO, que apresentaram suas percepções quanto aos benefícios destas formações no que tange o atendimento às demandas dos setores produtivos da região.

Inicialmente, constatou-se que jovens e adultos, com idade entre 18 e 30 anos, optaram pelos cursos técnicos por serem formações com duração em menor período, acreditando na possibilidade da rápida inserção no mercado de trabalho. Os egressos com idade acima de 31 anos representaram a minoria dos que cursaram o ensino técnico. Estes declararam que a procura pela qualificação ocorreu pelo fato de já atuarem profissionalmente na área de formação.

Em relação à procura por outras qualificações, constatou-se que, 42% dos egressos participantes da pesquisa estão cursando formação de nível superior.

Já sobre a inserção no mercado de trabalho, a estudo revelou que 60% dos egressos de 2015 não trabalham na área de formação técnica. Sendo um fator preocupante quanto aos objetivos da oferta da educação profissional e tecnológica do IFTO.

Apesar do expressivo número de egressos que não trabalham na área de formação técnica, a maioria afirmou que o ensino técnico trouxe melhorias significativas relacionadas à aprendizagem, ao desenvolvimento profissional e social.

Os resultados indicaram ainda, que 26% egressos não tiveram melhorias salariais. Estes acreditam que fatores sociais próprios da região, relativos à falta de oportunidades de emprego e à desvalorização profissional são as principais causas que dificultam a almejada ascensão financeira.

Outro aspecto destacado pelos egressos refere-se à forte concorrência para conquistar de uma vaga de trabalho na área de formação. Podendo ser constatado por meio do quadro de oferta de vagas do SINE, que entre os anos de 2015 e 2016,

teve o total de pretensões de vagas de trabalho superior ao quantitativo de vagas disponíveis.

Quanto ao cumprimento da certificação dentro do período letivo pré-estabelecido no Projeto Pedagógico do Curso, a pesquisa apontou que, de um modo geral, os egressos pesquisados concluíram os cursos dentro do prazo previsto; configurando um fator positivo à administração do IFTO. Contudo, tanto os setores produtivos quanto os egressos, destacaram a necessidade de mais práticas no currículo escolar e de métodos docentes inovadores.

Outro fator evidenciado pelos setores produtivos refere-se à falta de experiência profissional, que constitui a principal causa para baixo índice de efetivação dos técnicos no mercado de trabalho. A classe empresarial destacou ainda, que prioriza o profissional que tem qualificação e responsabilidade, que tenha compromisso, seja proativo, interessado, ético, organizado, assíduo e dinâmico.

Diante das informações apresentadas pelos egressos de 2015, dos cursos técnicos subsequentes e pelos representantes dos setores produtivos de Palmas/TO, percebeu-se que os objetivos dispostos no Artigo 6º, que trata das finalidades da Lei nº 11.892/2008, não foram integralmente contemplados, posto que a maioria desses egressos não trabalha em suas respectivas áreas de formação. Sendo necessário viabilizar políticas de parcerias entre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins e os arranjos produtivos de Palmas, com o intuito de reestruturar os projetos educacionais desenvolvidos no IFTO, em relação às reais demandas do mercado de trabalho local e, em contra partida, oportunizar a inserção do profissional técnico no mercado produtivo, de forma mais articulada e efetiva, contribuindo assim, para a consolidação do desenvolvimento socioeconômico da região.

REFERÊNCIAS

ALVES, Wilson João Marcionilio; RADO, Sonia Cristina. **A educação profissional no Paraná e as mudanças no mundo do trabalho**. Curitiba: 2009. In: IX Congresso Nacional de Educação – EDUCERE – III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia, PUCPR, 26 a 29 de outubro de 2009.

BAUER, A. **Avaliação de impacto no Brasil: é possível mensurar impactos de programas de formação docente?** Estudos em Avaliação Educacional, São Paulo, v. 21, n. 46, p. 229-251, ago. 2010.

BRASIL. Constituição (1988) **Constituição: República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Decreto – Lei 20.158, de 30 de janeiro de 1931. **Organiza o ensino comercial**.

BRASIL. Decreto – Lei 5.154, de 23 de julho de 2004. **Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Brasília, DF: 23 de julho de 2004.

BRASIL. Decreto – Lei 8.529, de janeiro de 1946. **Lei Orgânica do ensino Primário**.

BRASIL. Decreto – Lei 8.530, de 2 de janeiro de 1946. **Lei orgânica do ensino normal**.

BRASIL. Decreto – Lei 8.621, de 10 de janeiro de 1946. **Cria o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC)**.

BRASIL. Decreto – Lei 9.613, de 20 de agosto de 1946. **Lei orgânica do ensino agrícola**. Rio de Janeiro, 20 de Agosto de 1946, 125º da Independência e 58º da República.

BRASIL. Decreto n. 2.208, de 17 de abril de 1997. **Regulamenta o parágrafo 2 do art. 36 e os arts. 30 a 42 da Lei n. 9.394 de 20.12.1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, v. 135, n. 74, p. 7760-7761, 18 abr. 1997. Seção I.

BRASIL. Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909. **Cria nas capitais dos estados da república escola de aprendizes artífices, para o ensino profissional primário e gratuito**.

BRASIL. Decreto-Lei 4.073, de 30 de janeiro de 1942. **Lei orgânica do ensino industrial**. Coleção de Leis dos Estados Unidos do Brasil – 1942, Rio de Janeiro, v.1., p. 100-117, 1942.

BRASIL. Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008. **Institui a rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, e dá outras providências**. Diário Oficial da União de 30/12/2008. Brasília, 2008.

BRASIL. Lei 5.540, de 28 de novembro de 1968. **Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências.**

BRASIL. Lei 5.692, de 11 de agosto de 1971. **Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências.** Brasília, DF: 1971.

BRASIL. Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008. **Altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica.**

BRASIL. Lei nº 4.024 de 20 de dezembro de 1961. **Fixa diretrizes e bases para a educação nacional.** Brasília: DF. 1961.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, v. 134, n. 248, p. 27833-27841, 23. dez.1996. Seção I.

BRASIL. Ministério da Educação. **O Plano de desenvolvimento da educação: razões, princípios e programas.** Brasília, 2007. Disponível em: Acesso: 20 de junho de 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio.** Brasília: MEC/SEMTC, 1999. BRASIL.

BRASIL, Portal. Economia e emprego. **Notícias. Políticas públicas asseguram mais trabalho e renda aos brasileiros.** Disponível em: www.brasil.gov.br. Acesso em: 28 de junho de 2016.

BUENO, Rodrigo. **Ensino médio em debate.** Onda Jovem: 2011. Disponível em: <http://www.ondajovem.com.br/acervo/20/ensino-medio-em-debate>. Acesso: 28 de junho de 2016.

CAMELO, Gerda L. P. e MOURA, Dante Henrique (2006). **Interfaces legais, políticas, pedagógicas e administrativas na trajetória do CEFET-RN.** In PEGADO, Erika Araújo da Cunha (org), 2006: 77- 102. A trajetória do CEFET-RN desde a sua criação no início do século XX ao alvorecer do século XXI. Natal: Editora CEFET-RN.

CARVALHO, Agenor Manoel de. **O impacto da tecnologia no mercado de trabalho e as mudanças no ambiente de produção.** Revista Evidência, v. 6, n. 6, 2012.

CERVO, A. L., BERVIAN, P. A.e SILVA, R. **Metodologia científica.** 6 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

_____. CNE/CEB. Resolução nº 4, de 08 de dezembro de 1999. **Institui as diretrizes curriculares nacionais para a educação profissional de nível técnico.** Brasília. 1999.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

_____. CONSUP/IFTO. Resolução nº 38, de 20 de agosto de 2013, **Regulamenta a organização didático-pedagógica do IFTO.** Palmas. 2013.

CORDONET, Angélica Nunes. **A relevância da comunicação no planejamento estratégico.** Maiêutica-Curso de Processos Gerenciais, v. 1, n. 1, 2013.

DIAS, R; MATOS, F. **O conceito de Política Pública.** In: _____. **Política Pública: princípios, propósitos e processos.** São Paulo: Atlas, 2012.

DOURADO, Luiz Fernandes. **A qualidade da educação: conceitos e definições.** 2007. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

ESPECIAL, Colaborador; BORDIGNON, Genuíno. **O planejamento educacional no Brasil.** 2011.

FERNANDES, Francisco C. M. (2009). **gestão dos institutos federais: o desafio do centenário da rede federal de educação profissional e tecnológica.** Revista Holos (2009: 3-9) – ISSN 1807 – 1600, v. 2. Natal.

FERNANDES, Francisco C. M. **Racionalidades e ambiguidades da organização instituto federal: o caso do Rio Grande do Norte.** Tese de Doutorado em Ciências da Educação Especialidade de Organização e Administração Escolar. Braga. 2015.

FERREIRA, Luiz Antonio Miguel; NOGUEIRA, Flávia Maria de Barros. **Impactos das políticas educacionais no cotidiano das escolas públicas e o plano nacional de educação.** @ rquivo Brasileiro de Educação, v. 3, n. 5, p. 102-129, 2016.

FLEURY, S. **Democracia, descentralização e desenvolvimento:** Brasil e Espanha. Rio de Janeiro. FGV, 2006.

GHIRALDELLI, Paulo, **História da Educação.** São Paulo: Cortes, 2000.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. **Grupo de trabalho permanente para arranjos produtivos locais:** Manual de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais. Portaria nº187, de 31 de outubro de 2006.

GUIMARÃES, Marlon da Costa. 10 anos do decreto Nº 5.154/04 e o caso do Programa Dupla Escola. **Marx e o marxismo,** v. 3, n. 4, 2015.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO TOCANTINS. **Projeto pedagógico do curso de engenharia civil** –. Disponível em: http://www.ifto.edu.br/portal/layout.php?pagina=page/doc_institucional.php. Acesso: 14 de junho de 2016.

JIMENEZ, Raimundo Vicente. **Perfil dos dirigentes de centro federais de educação tecnológica e contribuições para um programa permanente de capacitação profissional**. Dissertação. 2005. Disponível em: <http://livros01.livrosgratis.com.br/cp076816.pdf>. Acesso em: 03 de julho de 2016.

JURBERG, Claudia et al. **Álcool e câncer: análise da percepção de uma amostra da população por meio da ferramenta surveymonkey®**. Revista Eletrônica de Comunicação, Informação & Inovação em Saúde, v. 9, n. 3, 2015.

LOPES, Brenner; AMARAL, Jefferson Ney; CALDAS, Ricardo Wahrendorff. **Políticas públicas: conceitos e práticas**. Belo Horizonte: Sebrae/MG, 2008.

LOUSADA, Ana Cristina Zenha; MARTINS, Gilberto de Andadre. **Egressos como de informação à gestão dos cursos de Ciências Contábeis**. Revista Contabilidade & Finanças, v. 16, n. 37, p. 73-84, 2005.

MACHADO, Wladimir. **Governo e UFT vão mapear arranjos produtivos para fortalecer desenvolvimento regional no Estado**. 2016. Disponível em: <http://secom.to.gov.br/noticia/272686/>. Acesso: 19 de agosto de 2016.

MATOS, Daniel Abud Seabra. **Introdução à avaliação educacional**. UFOP, 2014.

MOURA, Dante Henrique. **Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectivas de integração**. HOLOS, v. 2, p. 4-30, 2008.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Centenário da rede federal de educação profissional e tecnológica**. Brasília/DF: MEC, 2009. Disponível em: <http://www.epsjv.fiocruz.br/upload/d/emDiaComAhistoria.pdf>. Acesso: 30 de junho de 2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Institutos federais de educação, ciência e tecnologia: concepção e diretrizes**. MEC/SETEC, Brasília, 2008.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Um novo modelo em educação profissional e tecnológica: concepção e diretrizes**. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica: 2010.

NOGUEIRA, Roberto. **Elaboração e análise de questionários: uma revisão da literatura básica e a aplicação dos conceitos a um caso real**. Rio de Janeiro: UFRJ/COPPEAD, 2002.

NOVAES, Marilda Aparecida Reis. **Educação profissional e ensino médio: separação versus integração**. Londrina: 2010. Disponível em:

<http://www.uel.br/ceca/pedagogia/pages/arquivos/MARILDA%20APARECIDA%20DOS%20REIS.pdf>. Acesso: 18 de maio de 2016.

OLIVEIRA, Adão Francisco de. **Políticas públicas educacionais: conceito e contextualização numa perspectiva didática**. FRANCISCO DE OLIVEIRA, Adão; PIZZIO, Alex; FRANÇA, George (orgs.). Fronteiras da educação: desigualdades, tecnologias e políticas. Goiânia: PUC Goiás, 2010.

OLIVEIRA, L. G; **Análise teórica conceitual sobre os resíduos industriais têxteis**. 2011. 34 f. Monografia (Especialização) - Curso de Geografia e Meio Ambiente, Universidade “presidente Antônio Carlos” – Unipac, Barbacena, 2011.

OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Tratado de metodologia científica: projetos de pesquisas, TGI, TCC monografias, dissertações e teses**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2002. Disponível em: <file:///C:/Users/lenovo%2015-03-2016/Downloads/2345Stieler.pdf>. Acesso: 20 de junho de 2016.

PACHECO, Eliezer Moreira; PEREIRA, Luiz Augusto Caldas; DOMINGOS SOBRINHO, Moisés. **Educação profissional e tecnológica: das escolas de aprendizes artífices aos institutos federais de educação, ciência e tecnologia**. T&C Amazônia, p. 1-7, 2009.

PEREIRA, S. **Centenário da rede de educação profissional**. Revista POLI: saúde, educação e trabalho - Ano I I - n 7 p13-14 set./out. 2009.

PIANA, Maria Cristina. **A construção do perfil do assistente social no cenário educacional**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. 233

PINTO, Aparecida Marcianinha. **As novas tecnologias e a educação**. ANPED SUL, v. 6, p. 1-7, 2004.

PORTAL FEDERATIVO – Secretaria de Governo. **Arranjos produtivos locais regionalizam plano Brasil maior**. 2014. Disponível em: <http://www.portalfederativo.gov.br/noticias/destaques/arranjos-produtivos-locais-regionalizam-plano-brasil-maior>. Acesso: 18 de agosto de 2016.

PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**- 2ª Edição. Editora Feevale, 2013.

RAMOS, Marise Nogueira. **História e política da educação profissional**. Coleção formação pedagógica, v. 5, 1ª edição. Curitiba, 2014.

RETAMAL, Denise. **O mercado de trabalho no mundo globalizado**. RHIOS Recursos Humanos: 2010. Disponível em: <http://blog.rhios.com.br/2010/04/22/o-mercado-de-trabalho-no-mundo-globalizado/>. Acesso: 28 de junho de 2016.

REZENDE FILHO, Cyro de Barros. **História econômica geral**. 9º ed. São Paulo: Contexto, 2008.

RIBEIRO, Kleber Ávila et al. **Arranjo produtivo local (apl) como estratégia de potencializar as fronteiras mercadológicas do apicultor no perímetro de irrigação senador Nilo Coelho em Petrolina-PE.** *Revista de Gestão, Finanças e Contabilidade*, v. 3, n. 2, 2013.

RIBEIRO, Maria Edilene da Silva; CHAVES, Vera Lúcia Jacob. **Gestão educacional: modelos e práticas.** 2012. Disponível em: http://www.anpae.org.br/iberoamericano2012/Trabalhos/MariaEdilenedaSilvaRibeiro_GT7.pdf. Acesso: 28 de junho de 2016.

ROSA, Ana Claudia Ferreira et al. **Contextualização do instituto federal do tocantins na esfera das políticas de educação profissional e tecnológica.** Background of the office of federal policy on ball Tocantins Professional Education and Technology. *Regae-Revista de Gestão e Avaliação Educacional*, v. 4, n. 7, p. 113-126, 2014.

SANTOS, Izaura Ceolin dos. Interdisciplinaridade como prática de ensino: um olhar sobre as políticas públicas educacionais. In: **Oficina de escrita – Série Pesquisa em Ciências Humanas**; v. 9, Frederico Westphalen: URI – Frederico Westph, 2014.

SECRETARIA DO TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL. **Vagas de emprego.** 2017. Disponível em: <http://setas.to.gov.br/vagas-de-emprego/>. Acesso em: 25 de janeiro de 2017.

SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL. **Plano de curso - técnico em manutenção e suporte em informática.** Disponível em: <http://www.sistemafieto.com.br/arquivos/pronatec/cursos/TEcnicoemManutencaoSupeInf1200h.pdf>. Acesso em: 11 de fevereiro de 2017.

SILVA, Francisca Vieira da. **Revisão bibliográfica as reformas da educação profissional de nível médio no instituto Federal do Maranhão – Campus Codó.** *Acta Tecnológica*, v. 6, n. 1, p. 152-167, 2011.

SILVA, Marta Leandro. **A educação profissional básica na reforma da legislação federal: a trajetória normativa do programa nacional de inclusão de jovens.** Modalidade urbano (2005 a 2011)= elementary professional education in the federal law reform.. *Camine: Caminhos da Educação= Camine: Ways of Education*, v. 7, n. 1, p. 70-85, 2015.

SOUZA, José dos Santos. **Trabalho, qualificação, ciência e tecnologia no mundo contemporâneo: fundamentos teóricos para um a análise da política de educação profissional.** *Revista FAEEBA*, v. 13, 2004.

_____. **Tecnologias da informação e comunicação e as mudanças no mercado de trabalho. Sociedade da informação: inclusão e exclusão.** 2001. Disponível em: <http://www.comciencia.br/reportagens/socinfo/info10.htm>. Acesso: 03 de julho de 2016.

_____. **Trabalho, educação e luta de classes na sociabilidade do capital.** In: SOUZA, José dos Santos; ARAÚJO, Renan. Trabalho, Educação e Sociabilidade. Maringá: Práxis: Massoni, 2010.

TREVISAN, Andrei Pittol; VAN BELLEN, Hans Michael. **Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção.** Revista de Administração Pública, v. 42, n. 3, p. 529-550, 2008.

TUDE, João Martins, FERRO, Daniel; SANTANA, Fábio Pablo. **Políticas públicas.** Curitiba: IESDE BRASIL, 2010.

VIDEIRA, Márcia Cristina Moraes Cotas; LEITE, Maria Dulcicleide Braga, ALVES; Sebastiana Aparecida Braga. **Qualidade da educação: escolas efetivas.** In: VII CONNEPI-Congresso Norte Nordeste de Pesquisa e Inovação. 2012.

XAVIER, Alex da Silva; KOIFMAN, Lilian. **Educação superior no Brasil e a formação dos profissionais de saúde com ênfase no envelhecimento.** Interface-Comunicação, Saúde, Educação, v. 15, n. 39, p. 973-984, 2011.

ZANATTA, Aline. Políticas de formação de professores: um olhar para a educação inclusiva. In: **Oficina de escrita** – Série Pesquisa em Ciências Humanas; v. 9, Frederico Westphalen: URI – Frederico Westph, 2014.

YIN, R. K. Estudo de Caso – **Planejamento e método.** 2. ed. São Paulo: Bookman, 2001.

APÊNDICE A – Solicitação de autorização para acesso às informações sobre os egressos dos Cursos Técnicos Subsequentes.

Palmas, 24 de agosto de 2016.

Ao Senhor
OCTAVIANO SIDNEY FURTADO
Diretor do IFTO - Campus Palmas
Nesta

Assunto: Autorização para a realização de pesquisa no IFTO - Campus Palmas.

Senhor Diretor,

Solicito a Vossa Senhoria autorização para que acadêmica Márcia Cristina Oliveira de Albuquerque, CPF 393.515.132-20, do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, do IFTO - Campus Palmas, possa realizar uma pesquisa referente aos egressos de 2014 e 2015, dos Cursos Técnicos Subsequentes (Agrimensura, Controle Ambiental, Edificações, Eletrotécnica, Informática, Mecatrônica, Secretariado e Segurança do Trabalho), com o objetivo de buscar dados para o trabalho de conclusão de curso – TCC, intitulado “Ensino Técnico Subsequente: Impactos da Educação Profissional na Vida dos Egressos de 2014 e 2013 do IFTO – Campus Palmas”, desenvolvido sob a minha orientação.

Atenciosamente,


Gislene Magali da Silva
Profª Ma. da área de Gestão e Negócios
SIAPE:1345656

Gmuentes
24.08.16

APÊNDICE B – Solicitação de autorização para realização de chamadas telefônicas de pesquisa.

Palmas, 24 de outubro de 2016.

Ao Senhor

SÉRGIO ROBERTO DOS SANTOS

Diretor de Relações Empresariais e Comunitárias – DIREC

IFTO - Campus Palmas

Nesta

Assunto: Autorização para a realização de chamadas telefônicas para realização de pesquisa.

Senhor Diretor,

Solicito a Vossa Senhoria autorização para a realização de chamadas telefônicas na Coordenação de Integração do Serviço Empresa-Escola (CISEE), que tem como objetivo a aplicação de questionários para os egressos de 2014 e 2015 dos Cursos Técnicos Subsequentes do *Campus* Palmas – IFTO, e empresários da cidade de Palmas.

A aplicação dos referidos questionários se faz necessária em função da pesquisa do Trabalho de Conclusão de Curso que estou realizando, sob a orientação da Professora Mestra Gislene Magali da Silva, intitulado: **“A educação profissional na vida dos egressos do ensino técnico subsequente do *Campus* Palmas/IFTO: um estudo de caso na perspectiva dos egressos 2014/2015”**.

Atenciosamente,



Márcia Cristina Oliveira de Albuquerque

Acadêmica do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública

RECEBI EM,
24/10/2016 - 17:05h
Sergio Roberto

APÊNDICE C – Solicitação de autorização para fornecimento de contatos telefônicos pela Cores – *Campus* Palmas/IFTO dos egressos/2014 dos Cursos Técnicos Subsequentes.

Palmas, 09 de dezembro de 2016.

Ao Senhor
OCTAVIANO SIDNEY FURTADO
Diretor do IFTO - Campus Palmas
Nesta

Assunto: Autorização para fornecimento de contatos telefônicos pela Cores --
Campus Palmas/IFTO dos egressos/2014 dos cursos técnicos subsequentes.

Senhor Diretor,

Solicito a Vossa Senhoria autorização para que a Cores- Campus Palmas/IFTO forneça os contatos telefônicos dos egressos/2014, dos Cursos Técnicos Subsequentes (Agrimensura, Controle Ambiental, Edificações, Eletrotécnica, Informática, Mecatrônica, Secretariado e Segurança do Trabalho).

Esta solicitação se faz necessária em função da pesquisa que a acadêmica Márcia Cristina Oliveira de Albuquerque, CPF 393.515.132-20, esta desenvolvendo para seu trabalho de TCC do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública, do IFTO - Campus Palmas, intitulado: **“A educação profissional na vida dos egressos do ensino técnico subsequente do Campus Palmas/IFTO: um estudo de caso na perspectiva dos egressos 2014/2015”**, desenvolvido sob a minha orientação.

Para a coleta de dados será aplicado questionário, via telefone, sendo garantido o anonimato de todos os participantes.

Atenciosamente,


Gislene Magali da Silva
Profª Ma. da área de Gestão e Negócios
SIAPE:1345656

Recebido: 09/12/16
às 17h 57 horas
Ass. [Assinatura]

APÊNDICE D – Questionário – Egresso

QUESTIONÁRIO – EGRESSO

A aplicação deste questionário se faz necessária em função da pesquisa do Trabalho de Conclusão do Curso de Tecnologia em Gestão Pública que estou realizando, sob a orientação da Professora Mestra Gislene Magali da Silva, intitulado: **“A educação profissional na vida dos egressos do ensino técnico subsequente do *Campus* Palmas/IFTO: um estudo de caso na perspectiva dos egressos 2014/2015”**, que será realizada via telefone, garantindo o anonimato a todos os participantes.

DADOS PESSOAIS

1- Faixa etária.

- a) 18 a 25 anos
- b) 26 a 30 anos
- c) 31 a 40 anos
- d) 41 a 50 anos
- e) mais de 51 anos

ESCOLARIDADE

2- Que curso técnico subsequente você fez no *Campus* Palmas/IFTO?

3- Você concluiu o curso dentro do prazo previsto para o término?

() Sim

() Não. Por quê? _____

4- Você está cursando alguma formação?

() Sim

() Não

5- Se SIM. Que curso está formando ou tem formação, atualmente?

a) Curso técnico

b) Curso superior

c) Pós graduação

d) Outros. Quais: _____

6- Se NÃO. Qual a causa de não ter dado continuidade aos estudos ?

a) Não quer estudar mais

b) Está desmotivado

c) O curso técnico supriu sua necessidade

d) Não conseguiu entrar em processo seletivo

e) Outros. Quais: _____

EMPREGO/RENDA

7- Atualmente, você trabalha na área em que se formou no curso técnico subsequente do IFTO/Campus Palmas?

a) Sim

b) Não, trabalho em outra área. Qual? _____

c) Estou desempregado

d) Estou somente estudando

8- Você já atuava na área antes de ingressar no curso técnico ?

() Sim

() Não

9- Os conhecimentos adquiridos no curso melhoraram o seu desempenho profissional?

a) Totalmente

b) Tive muitas melhorias

c) Tive poucas melhorias

d) Não tive melhorias

10- A formação técnica contribuiu para a sua melhoria salarial.

a) Concordo Totalmente

b) Concordo Parcialmente

c) Indeciso – nem concordo e nem discordo

d) Discordo Totalmente

11- Qual o seu vínculo empregatício?

a) Empregado com carteira assinada

b) Empregado sem carteira assinada

c) Funcionário público

d) Autônomo/Prestador de serviços

e) Proprietário de empresa/negócio

12- Como são as ofertas profissionais da sua área de formação?

a) Sempre há ofertas de trabalho

b) Há algumas ofertas de trabalho

c) Há poucas ofertas de trabalho

d) Praticamente não há ofertas de trabalho

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

13- A formação técnica no IFTO/*Campus* Palmas influência na inserção no mercado de trabalho.

- a) Concordo Totalmente
- b) Concordo Parcialmente
- c) Indeciso – nem concordo e nem discordo
- d) Discordo Totalmente

14- A formação técnica no IFTO/*Campus* Palmas proporciona um ensino de acordo com exigências do mercado de trabalho.

- a) Concordo Totalmente
- b) Concordo Parcialmente
- c) Indeciso – nem concordo e nem discordo
- d) Discordo Totalmente

15- Qual o seu grau de satisfação com a área profissional em que fez o curso técnico?

- a) Muito satisfeito
- b) Satisfeito
- c) Indiferente
- d) Insatisfeito

16- Como foi o curso técnico subsequente em relação a sua expectativa?

- a) Superou as expectativas
- b) Atendeu as expectativas
- c) Atendeu parcialmente as expectativas
- d) Não atendeu as expectativas

17- Como você avalia os conhecimentos adquiridos no curso técnico?

- a) Muito bom
- b) Bom
- c) Regular
- d) Insuficiente

18- Você estagiou em alguma instituição/empresa?

- () Sim
- () Não

19- Se SIM. O estágio contribuiu significativamente para a prática dos conhecimentos adquiridos no curso técnico.

- a) Concordo Totalmente
- b) Concordo Parcialmente
- c) Indeciso – nem concordo e nem discordo
- d) Discordo Totalmente

20- O estágio contribuiu para a sua inserção no mercado de trabalho?

- () Sim
- () Não. Por quê?

APÊNDICE E – Questionário – Empresa

QUESTIONÁRIO – EMPRESA

A aplicação deste questionário se faz necessária em função da pesquisa do Trabalho de Conclusão do Curso de Tecnologia em Gestão Pública que estou realizando, sob a orientação da Professora Mestra Gislene Magali da Silva, intitulado: **“A educação profissional na vida dos egressos do ensino técnico subsequente do *Campus Palmas/IFTO*: um estudo de caso na perspectiva dos egressos 2014/2015”**, que será realizada via telefone, garantindo o anonimato a todos os participantes.

1- Qual o área de atuação da empresa ?

2- A empresa tem conhecimento sobre os cursos técnicos subsequentes do *Campus Palmas/IFTO*?

- () Sim
() Não

3- A empresa disponibiliza vagas de estágio para estudantes do ensino técnico subsequente do *Campus Palmas/IFTO* ?

- () Sim. Quantas ? _____
() Não

4- Se não. Tem interesse em ofertar vagas de estágio para o *Campus Palmas/IFTO*?

- () Sim
() Não

5- Atualmente, há estagiário(s) do ensino técnico subsequente do *Campus Palmas/IFTO* atuando na empresa?

- () Sim. Quantos ? _____
() Não

6- A empresa possui funcionário(s) admitidos em função do desempenho no estágio ?

- () Sim. Quantos? _____
() Não

7- A empresa possui funcionário(s) que cursam ou cursaram o ensino técnico subsequente no *Campus Palmas/IFTO* ?

- () Sim. Cursam _____ Cursaram _____
() Não

8- A qualificação do *Campus Palmas/IFTO* atende às demandas do mercado de trabalho?

- a) Concordo Totalmente
b) Concordo parcialmente
c) Indeciso – nem concordo e nem discordo
d) Discordo Totalmente

9- Quais características a empresa busca ao contratar um profissional?

10- Qual(is) curso(s) o *Campus Palmas/IFTO* deveria ofertar?

ANEXO I – Vagas ofertadas pelo SINE em 2015

Vagas			
Informações das vagas oferecidas no Sistema Nacional de Emprego (SINE).			
Conteúdo: Qtd Vagas Oferecidas			
	Posto Gestor-SINE Estadual TOCANTINS		
Ocupação	Sine Palmas/To	Sine Taquaralto/To	Total
Recepcionista, em Geral	145	33	178
Eletricista de Manutenção Eletroeletrônica	49	11	60
Eletricista de Instalações	24	12	36
Recepcionista de Hotel	25	8	33
Técnico em Manutenção de Equipamentos de Informática	20	1	21
Mecânico de Manutenção e Instalação de Aparelhos	14	4	18
Telefonista	11	4	15
Técnico em Segurança No Trabalho	12	1	13
Técnico Eletrônico	12	0	12
Eletrotécnico	9	1	10
Técnico de Obras Civis	8	1	9
Mecânico de Manutenção de Máquinas de Construção	8	1	9
Recepcionista de Consultório Médico Ou Dentar	7	1	8
Mecânico de Manutenção de Máquinas, em Geral	6	1	7
Técnico de Manutenção Eletrônica	6	0	6
Operador de Computador (Inclusive Microcomputador)	6	0	6
Operador de Telemarketing Ativo	3	3	6
Montador de Equipamentos Elétricos (Centrais)	3	3	6
Eletrotécnico na Fabricação, Montagem e Instalações	3	1	4
Instalador de Sistemas Eletroeletrônicos	3	0	3
Técnico Eletricista	2	0	2
Técnico em Secretariado	1	0	1
Eletricista de Instalações (Edifícios)	1	0	1
Total	378	86	464
<i>Consulta executada em 09-08-2016 às 17:13h</i>			

Seleções vigentes		
Variável	Critério	Valor
Entidade Conv Cadastro	(ou) igual a	Sine Estadual - Tocantins
Entidade Conv Gestão Vaga	(ou) igual a	Sine Estadual - Tocantins
Entidade Conv Validação	(ou) igual a	Sine Estadual - Tocantins
Posto Gestor	igual a	Sine Palmas/To; Sine Palmas/To; Sine Taquaralto/To; Sine Taquaralto/To
Competência Cadastro	igual a	2015/01; 2015/02; 2015/03; 2015/04; 2015/05; 2015/06; 2015/07; 2015/08; 2015/09; 2015/10; 2015/11; 2015/12

Adaptado pela autora. SINE (2016).

ANEXO II – Pretensões profissionais dos trabalhadores inscritos no SINE - Palmas

Pretensão Trabalhador	
Informações sobre as pretensões profissionais dos trabalhadores inscritos no Sistema Nacional de Emprego (SINE).	
	Mun. Trabalhador-TO
Ocupação Pretendida	TO-Palmas
Recepcionista, em Geral	1.472
Operador de Telemarketing Receptivo	305
Recepcionista de Hotel	115
Telefonista	106
Operador de Telemarketing Ativo e Receptivo	99
Mecânico de Manutenção de Automóveis, Motocicletas e Veículos Similares	68
Eletricista de Instalações	60
Técnico em Manutenção de Equipamentos de Informática	51
Recepcionista de Consultório Médico Ou Dentário	49
Digitador	35
Operador de Telemarketing Ativo	34
Técnico em Segurança No Trabalho	31
Técnico de Obras Cíveis	24
Eletricista de Manutenção Eletroeletrônica	23
Técnico de Manutenção Eletrônica	21
Técnico Eletrônico	12
Técnico em Secretariado	12
Técnico em Instalação de Equipamentos de Áudio	12
Supervisor de Crédito e Cobrança	12
Eletrotécnico	11
Técnico de Apoio Ao Usuário de Informática (Helpdesk)	10
Técnico de Controle de Meio Ambiente	7
Operador de Computador (Inclusive Microcomputador)	7
Técnico em Mecatrônica - Automação da Manufatura	5
Eletricista de Instalações (Edifícios)	3
Montador de Equipamentos Eletrônicos (Computadores e Equipamentos Auxiliares)	3
Montador de Equipamentos Elétricos (Centrais Elétricas)	3
Montador de Equipamentos Eletrônicos	3
Eletrotécnico na Fabricação, Montagem e Instalação de Máquinas e Equipamentos	2
Mecânico de Manutenção de Máquinas, em Geral	2
Mecânico de Manutenção de Máquinas de Construção e Terraplenagem	2
Técnico em Mecatrônica - Robótica	1
Técnico em Agrimensura	1
Eletrotécnico (Produção de Energia)	1
Total	2.606
Consulta executada em 09-08-2016 às 17:25h	
Seleções vigentes	
Variável	Critério
Entidade Conv Cadastro	(ou) igual a
Mun Trabalhador	igual a
Competência Inscrição	igual a

Adaptado pela autora. SINE (2016).

ANEXO III – Painei de Vagas em 25/01/2017

Secretaria do Trabalho
e Assistência SocialGOVERNO DO
TOCANTINS

GERÊNCIA DE GESTÃO DAS UNIDADES DO SINE

PAINEL DE VAGAS – 25.01.2017

PALMAS		
Código da Vaga	Descrição	Total
3966058	Aplicador de silkscreen	1
3960435	Auxiliar de laboratório de análises clínicas	1
3926801	Churrasqueiro	1
3964455	Contador	1
3970330	Cozinheiro de restaurante	1
3926570	Cozinheiro de restaurante	2
3962993	Eletricista de instalações de veículos automotores	1
3971701	Instalador de sistemas eletroeletrônicos de segurança	1
3975835	Manicure	2
3946863	Manicure	1
3902614	Mecânico de automóveis e caminhões	2
3930147	Mecânico de bombas diesel (exceto de veículos automotores)	1
3970083	Salgadeira	1
3969456	Vendedor de serviços	1
3931668	Vendedor praticista	2
3946885	Vendedor praticista	3
3933259	Vendedor praticista	1
3971761	Vendedor praticista	1
3930671	Vendedor praticista	2
Total Geral		26

Adaptado pela autora. SETAS (2017).